

Rodrigo Alvarenga
Jucimeri Isolda Silveira
(Organizadores)



JOVEM

NOVAS ABORDAGENS E
METODOLOGIAS NO TRABALHO
SOCIOEDUCATIVO COM CRIANÇAS
E ADOLESCENTES



ORGANIZADORES

Rodrigo Alvarenga
Jucimeri Isolda Silveira

**GO
NE Jovem
XÃO**

NOVAS ABORDAGENS E
METODOLOGIAS NO TRABALHO
SOCIOEDUCATIVO COM
CRIANÇAS E ADOLESCENTES


PUCPRESS

Curitiba
2021

©2021, Rodrigo Alvarenga e Jucimeri Isolda Silveira
2021, PUCPRESS

Este livro, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)

Reitor

Waldemiro Gremski

Vice-Reitor

Vidal Martins

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Paula Cristina Trevilatto

PUCPRESS

Coordenação

Michele Marcos de Oliveira

Edição

Susan Cristine Trevisani dos Reis

Edição de arte

Rafael Matta Carnasciali

Preparação de texto

Juliana Almeida Colpani Ferezin

Revisão

Juliana Almeida Colpani Ferezin

Capa e Projeto gráfico

Indianara de Barros

Diagramação

Indianara de Barros

Impressão

Reproset - Indústria Gráfica

Conselho Editorial

Alex Villas Boas Oliveira Mariano

Aléxei Volaco

Carlos Alberto Engelhorn

Cesar Candiotto

Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Cloves Antonio de Amassis Amorim

Eduardo Damião da Silva

Evelyn de Almeida Orlando

Fabiano Borba Vianna

Katya Kozicki

Kung Darh Chi

Léo Peruzzo Jr.

Luis Salvador Petrucci Gnoato

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Rafael Rodrigues Guimarães Wollmann

Rodrigo Moraes da Silveira

Ruy Inácio Neiva de Carvalho

Suyanne Tolentino de Souza

Vilmar Rodrigues Moreira

PUCPRESS / Editora Universitária Champagnat

Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar

Campus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR

Tel. +55 (41) 3271-1701

pucpress@pucpr.br

Dados da Catalogação na Publicação

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR

Biblioteca Central

Pamela Travassos de Freitas – CRB 9/1960

C747
2021

Conexão jovem : novas abordagens e metodologias no trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes / Rodrigo Alvarenga, Jucimeri Isolda Silveira, (organizadores). – Curitiba: PUCPRESS, 2021.

184 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografias
ISBN 978-65-87802-32-9 (e-book)

1. Assistência a menores – Paraná. 2. Crianças socialmente excluídas.
3. Exclusão social. 4. Jovens – problema. 5. Menores – Uso de drogas.
6. Política pública. 7. Serviço social com jovens. 8. Violência. I. Alvarenga, Rodrigo. II. Silveira, Jucimeri Isolda. III. Título.

SUMÁRIO

Prefácio	5
<i>Marcelo Kimati</i>	
Apresentação	11
<i>Os organizadores</i>	
Conexão Jovem: prevenção ao uso e abuso de drogas e à violência, por meio da educação em direitos humanos junto a crianças e adolescentes .	15
<i>Rodrigo Alvarenga, Jucimeri Isolda Silveira, Adriana Stall de Souza, Jakeline Silvestre Fascina Vitor, Talita Quinsler Veloso, Ramon Andrade Ferreira, Bruna Karina Barbieri, Deby Eidam, Rafael Menegaldo Abrahão e André Ferreira Barros</i>	
Anexo A - Metodologia da intervenção conversando sobre drogas, música e cidadania: metodologia prática	59
Atuação interdisciplinar em direitos humanos, saúde mental e redução de danos com o público infantojuvenil: um relato de experiência	79
<i>Adriana Stall de Souza, Jakeline Silvestre Fascina Vitor e Talita Quinsler Veloso</i>	
Direitos humanos e políticas públicas: por uma política de drogas antirracista	97
<i>Ramon Andrade Ferreira, Bruna Karina, Deby Eidam, Rafael Menegaldo e André Ferreira</i>	
Propulsão: transvendo fissuras, territórios e subjetividades	115
<i>André Fabrício de Souza, Henrique Costa Brojato, Isabel Janay Hinça da Silva e Vanessa Tauscheck</i>	
Dependência tecnológica e os fatores de risco e proteção de crianças e adolescentes	139
<i>Caroline Ferreira Costa Serqueira, Cineiva Campoli Paulino Tono e Roseane Mendes Bernartt</i>	
Passos da criança: aprender para construir e transformar	153
<i>Cristiane Faria Honório e Marlene Schüssler D'Aroz</i>	
Centros de convivência e cultura: possibilidades de construção de subjetividades, cidadania e suporte comunitário a crianças e adolescentes	165
<i>Luís Felipe Ferro</i>	

PREFÁCIO

O fenômeno de uso de drogas é universal: em qualquer cultura e em qualquer momento histórico se identifica a procura por efeitos psicotrópicos decorrentes do uso de substâncias ingeridas, inaladas, aplicadas ou absorvidas pelo corpo de alguma forma. O consumo de drogas adquire diferentes significados de acordo com o contexto, grupo e/ou cultura na qual se dá. Ainda que este fenômeno tenha a marca da heterogeneidade, há hoje uma forte tendência no país a entender os usuários como pessoas que são paulatinamente reduzidos às características impostas pela droga. Nesta perspectiva, o usuário de cocaína, cannabis, alucinógenos e outras drogas ilícitas é reduzido à figura do *drogado*, ou quando a cultura absorve a caracterização da psiquiatria, do *dependente químico*.

Esta perspectiva de entendimento do uso de drogas é predominante no país hoje. Há poucos meses foi aprovado no senado um projeto de lei sancionado nas últimas semanas pela presidência cujas principais características são as seguintes: reconhecimento e instituição de formas de financiamento público para entidades de internação de longa permanência, assunção da abstinência a drogas como a grande diretriz da política nacional e a exclusão de práticas de redução de danos como estratégia de cuidado.

Neste âmbito (e contexto histórico), a publicação sobre o projeto *Conexão* é um marco de resistência em Curitiba: resistência de práticas de saúde e assistência que tornem possível individualizar o cuidado, tomando como referência o sujeito, e o uso de drogas como uma das práticas que esta pessoa realiza ao longo de sua vida social; resistência de uma política voltada ao cuidado, e não à repressão; e resistência de uma perspectiva sobre drogas que considera sua heterogeneidade, complexidade social do consumo de uma forma amoral.

O projeto que deu origem à experiência relatada neste livro foi desenvolvido no âmbito de uma gestão pública que considerava o uso de drogas como um fenômeno heterogêneo. Isto, por sua vez, implicava numa decisão política de realizar projetos voltados não para todas as formas de uso de

drogas, mas àquelas que envolviam populações mais vulneráveis e expostas a violência, fracasso escolar e a processos de ruptura e exclusão social. Estes fenômenos podem ser observados em populações em situação de rua, transexuais, profissionais do sexo, adolescentes em processo de abandono escolar, especialmente em áreas mais pobres da cidade, com poucas oportunidades de lazer e cultura. Esta perspectiva se inseria em um amplo conjunto de ações desenvolvidas no âmbito de um projeto de governo denominado Curitiba Mais Humana.

Este projeto municipal tinha como objetivo a diminuição da desigualdade social, a erradicação da fome e a proteção de populações vulneráveis, o que implicava na abordagem de diversas populações usuárias de drogas. Com estes referenciais, foram elencadas situações de uso e populações usuárias cujo consumo produzia e reproduzia exposição ao tráfico, criminalidade ou violência policial, além das vulnerabilidades associadas ao uso da droga em si. Da mesma forma, foram identificados fenômenos de uso de drogas que, longitudinalmente, implicavam em impacto a médio e a longo prazo, como situações de evasão escolar associadas ao uso de cannabis. Ainda em relação a populações jovens em Curitiba, o fenômeno ainda incluía aqueles em situação de rua, usuários de cocaína, cannabis e inalantes, implicando em vulnerabilidade e constituindo situações dramáticas do ponto de vista humanitário e de violação de direitos. Um conjunto de diferentes dispositivos da saúde e assistência realizava abordagens articuladas, como o Consultório na Rua, o Resgate Social e, posteriormente, o Projeto Intervidas.

O CONTEXTO DO PROJETO

A história do projeto Conexão Jovem começa em 2013, quando a Secretaria Antidrogas, dispositivo de gestão municipal voltado ao combate ao tráfico de drogas foi extinta, dando origem a um departamento ligado à Secretaria da Defesa Social. Este novo dispositivo de gestão tinha enfoque na atuação intersectorial e desenvolvimento de ações em vários eixos: prevenção ao uso de drogas, ações de promoção, qualificação do funcionalismo público para atuação junto a usuários de drogas. Neste mesmo período, uma reorganização da estrutura

da Secretaria de Saúde criou um departamento de saúde mental, que avançou na qualificação dos serviços, abertura de centros de atenção psicossocial de funcionamento 24 horas, num projeto de governo fortemente alinhado à Política Nacional de Saúde Mental e à Reforma Psiquiátrica Brasileira. Entre 2013 e 2014, seis centros de atenção psicossocial passaram a funcionar 24 horas por dia, houve municipalização de serviços que eram terceirizados e criadas estratégias de articulação intersectorial nos distritos sanitários.

Em 2015, o Departamento de Políticas sobre Drogas foi realocado na Secretaria Municipal de Saúde, como forma de reunir os dois processos numa só política. Com apoio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça, a partir deste ano, o município criou oficinas profissionalizantes para populações jovens, foi criado e ampliado um programa de acesso de usuários de drogas que se encontravam em situação de rua, além da ampliação de ações de redução de danos no centro da cidade. A política voltada ao cuidado de usuários de drogas se inscrevia num projeto de governo denominado “Curitiba Mais Humana”, pautado no: *“Compromisso firmado com o Plano Plurianual e no Plano de Governo, em consonância com os Objetivos do Milênio (ONU), que enfrenta os desafios de erradicar a extrema pobreza e garantir um conjunto de políticas articuladas para o desenvolvimento dos territórios, assegurar o acesso a direitos sociais e humanos e combater todas as formas de discriminação, alcançando novos patamares de civilidade (Plano de Governo Municipal, 2013).*

Como referencial de planejamento, salienta-se os seguimentos referenciais de gestão: **1) Vulnerabilidade como referencial prioritário** no desenvolvimento de políticas públicas voltadas a usuários de drogas; **2) Ruptura com o trinômio prevenção-tratamento-reinserção social.** A maior parte dos órgãos públicos (departamentos, áreas técnicas, secretarias) de gestão de políticas sobre drogas atua com referência na sistematização de práticas voltadas para duas a quatro ações: prevenção (frequentemente pautada na mesma lógica antidrogas presente no discurso proibicionista); tratamento (frequentemente baseado em ofertas de promoção de abstinência); reinserção e redução de danos. Tomando como referência que uma mesma droga é utilizada de formas diferentes por populações diversas, implicando em diferentes impactos, há pouco sentido em desenvolver práticas preventivas que envolvam fenômenos

de consumo diferentes; **3) Cuidado em Rede Intersectorial.** Nenhum campo de conhecimento no setor público concentra tecnologia suficiente para apreender a complexidade do fenômeno do uso de drogas. Da mesma forma, o setor público é historicamente fragmentado e a exemplo de várias políticas intersectoriais, há uma dificuldade permanente de desenvolvimento de ações que envolvem setores com culturas institucionais, história, olhares e avaliações diferentes sobre o mesmo fenômeno.

O projeto Conexão Jovem surgiu como estratégia de intervenção da Prefeitura de Curitiba referenciada nos princípios apontados anteriormente. Um conjunto de dados epidemiológicos gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no levantamento da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) apontaram a necessidade de intervenção junto à população jovem. O levantamento de 2016 apontou um aumento da prevalência do uso de drogas, tanto em escolas públicas quanto privadas em Curitiba. Da mesma forma, a série histórica mostrava um início de uso cada vez mais precoce. Em termos absolutos, ainda, o consumo de drogas em Curitiba era maior em relação à média nacional. Os dados do PeNSE apontavam para a necessidade urgente de desenvolvimento de ações específicas voltadas à população jovem. Um dos recortes identificados como prioritários foram adolescentes usuários de drogas em espaços públicos, com contato precoce com o tráfico, baixo rendimento e abandono escolar. Um dado que interferiu na identificação destes fenômenos e a priorização, em diferentes contextos, de populações adolescentes, foram os dados do PeNSE, que mostraram ao longo dos últimos doze anos, uma diminuição da idade de início de uso de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, assim como uma maior prevalência do consumo.

O Conexão Jovem sobreviveu e agora faz parte de um repertório de boas experiências nacionais na área das políticas sobre drogas. Esta sobrevivência de boas práticas, sua análise e avaliação são fundamentais para o atual contexto das políticas em saúde mental. Os últimos anos têm sido marcados por uma profunda crise do regime político inaugurado a partir de um pacto social que tem sua formalização na constituição de 1988. O país projetado desde então considerava a universalidade dos direitos sociais e políticos num projeto em que estes eram consolidados e ampliados em direção a uma

sociedade cada vez menos desigual e mais inclusiva. Esta crise é expressa no embate entre os poderes, restrição progressiva dos direitos, ameaças à liberdade de expressão e opinião, em ataques diários à democracia. Neste processo, populações historicamente excluídas e priorizadas em ações do Estado Brasileiro ao longo dos últimos trinta anos, como usuários de drogas e portadores de transtornos mentais graves, são particularmente vulneráveis ao desinvestimento público. Foram estas, particularmente, as populações beneficiadas pelo projeto Conexão.

Neste sentido, o desenvolvimento, divulgação e análise do projeto tornam-se marcos de resistência. Este livro aponta a um imenso conjunto de possibilidades que surgem quando se volta um olhar humano, não tomado de preconceitos e afetivo para pessoas que usam drogas. O projeto Conexão Jovem faz parte de um conjunto de boas experiências que esperam por uma nova inflexão da política, atualmente voltada à segregação e exclusão. Esperam por nova inflexão, natural nos processos cíclicos da história, em que o poder público torne-se novamente sensível e empático, para que assim possam ser nacionalmente reproduzidas.

Marcelo Kimati¹

¹ Psiquiatra, doutor em Ciências Sociais, professor de Saúde Coletiva na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e secretário da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME).

APRESENTAÇÃO

O projeto Escola de Gestão Social, coordenado pelo Núcleo de Direitos Humanos, compõe um conjunto de iniciativas de fortalecimento da capacidade gestora dos municípios e organizações da sociedade civil, especialmente na execução de programas, projetos e serviços sociais, no contexto do pacto federativo pós Constituição Federal de 1988, sob as diretrizes da descentralização político administrativa e da participação social.

O Núcleo de Direitos Humanos, localizado na Escola de Educação e Humanidades da PUCPR, como um espaço permanente de interlocuções entre acadêmicos, docentes e demais atores sociais, em funcionamento desde 2012, possui atuação no ensino, na pesquisa e na extensão universitária em direitos humanos e políticas públicas. Dentre os objetivos estratégicos do NDH destaca-se o aprimoramento de políticas públicas, legislações e sistemas de proteção e garantia de direitos. Desse modo, presta serviços de assessoria e consultoria a órgãos públicos, entidades e empresas, visando à qualificação de competências em gestão social, trabalho social e mecanismos de controle democráticos e participação social. Visa-se a produção de conhecimentos científicos e de práticas coletivas e institucionais que favoreça o compromisso mútuo na qualificação dos serviços prestados pelo Estado, de modo a possibilitar a reversão dos indicadores sociais críticos, por meio do auxílio à organização da gestão pública, na perspectiva da expansão dos direitos da população.

Sendo assim, a composição de uma rede de especialistas e a produção de pesquisa e inovação em saúde mental foram escolhidas como uma das principais áreas de atuação do Núcleo de Direitos Humanos, visando vincular metodologias de abordagem com tecnologias de atuação intersetorial que possibilitem o desenvolvimento social e territorial. A proposta se justifica pela necessária incidência de conhecimentos e metodologias produzidos no ambiente acadêmico e aplicados na metodologia da pesquisa-ação, sobretudo em temas e problemas mais complexos identificados pelas próprias equipes inseridas nas políticas de saúde e de assistência social.

Foi nesse sentido que se firmou a parceria entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná para realizar o projeto Conexão Jovem, objetivando qualificar o atendimento na área de políticas públicas sobre drogas, por meio da criação de novas metodologias de abordagem com crianças e adolescentes, que possam ser monitoradas e reestruturadas por meio da pesquisa, com base no trabalho de campo.

A obra que se apresenta traz os principais resultados obtidos entre 2017 e 2018 com o projeto Conexão Jovem no trabalho com crianças e adolescentes em regiões de vulnerabilidade social. Além disso, compõe a obra alguns artigos teóricos sobre a atuação no território com o público jovem, que visam oferecer uma reflexão aprofundada sobre as necessidades, desafios e propostas existentes nesse campo.

Os organizadores



1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

26 JAN 21 1971
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

CONEXÃO JOVEM: PREVENÇÃO AO USO E ABUSO DE DROGAS E À VIOLÊNCIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS JUNTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rodrigo Alvarenga¹, Jucimeri Isolda Silveira², Adriana Stall de Souza³, Jakeline Silvestre Fascina Vitor⁴, Talita Quinsler Veloso⁵, Ramon Andrade Ferreira⁶, Bruna Karina Barbieri⁷, Deby Eidam⁸, Rafael Menegaldo Abrahão⁹ e André Ferreira Barros¹⁰

O Conexão Jovem, executado pelo Núcleo de Direitos Humanos da PUCPR, em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio do Departamento de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Defesa Social,

-
- ¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas e coordenador geral do Projeto Conexão Jovem.
 - ² Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas e coordenadora técnica do Projeto Conexão Jovem.
 - ³ Pós-graduada em Escolas Restaurativas com Enfoque em Direitos Humanos. Pós-graduada em Gestão de Políticas, Programas e Projetos Sociais pela PUCPR. Graduada em Serviço Social.
 - ⁴ Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUCPR. Especialista em Gestão de Políticas, Programas e Projetos Sociais pela PUCPR. Graduada em Musicoterapia pela UNESPAR.
 - ⁵ Doutoranda em Educação – PUCPR. Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas - PUCPR. Graduada em Psicologia - PUCPR.
 - ⁶ Psicólogo clínico graduado pela PUCPR, educador social na Unidade Propulsão e Conselheiro Suplente do Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Foi membro da equipe do Conexão Jovem.
 - ⁷ Psicóloga, membro da equipe do Conexão Jovem.
 - ⁸ Bacharel em Serviço Social, artecientista pela UPAC, mestranda em filosofia pela PUCPR, conselheira do CRESSPR e membro do Conexão Jovem.
 - ⁹ Cientista social e educador. Membro da equipe do Conexão Jovem.
 - ¹⁰ Assistente social e educador social no Centro educacional Eunice Benato. Membro da equipe do Conexão Jovem.

desenvolveu suas ações com foco no território Vila Torres – pertencente à regional matriz do município. Durante a execução do projeto as atividades foram expandidas para demais regiões no entorno do território, mais especificamente nos bairros Jardim Botânico e Uberaba.

O projeto implementado no ambiente acadêmico e territorializado teve a finalidade principal de contribuir para a qualificação da política pública sobre drogas no município de Curitiba, no que se refere ao trabalho de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas entre crianças, adolescentes e jovens, e atenção especializada secundária e terciária, por meio da realização de uma pesquisa-ação que possa identificar formas mais efetivas de atuação na perspectiva da redução de danos. Nesse sentido, tratou-se da busca de soluções para os problemas e dificuldades de atuação na prevenção primária e secundária, iniciando pela identificação dos principais desafios, o planejamento das estratégias de atuação, sua implementação, monitoramento e avaliação da efetividade.

Desse modo, as intervenções desenvolveram-se a partir da execução de determinadas ações em áreas específicas da região de Curitiba, onde a incidência do uso de drogas na infância e juventude se revelam mais graves, em função da condição de alta vulnerabilidade social nos territórios. O objetivo foi desenvolver e sistematizar estratégias de cuidado junto a populações vulneráveis, bem como fundamentar sua legitimidade teórico-conceitual, na medida em que se reflete sobre a prática. Tratou-se de descobrir caminhos que permitam identificar de modo precoce as situações de uso abusivo de drogas, a fim de promover a saúde e o restabelecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio da ampliação do acesso às redes de atenção psicossocial.

A investigação ocorreu a partir das próprias ações desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar e pesquisadores, visando principalmente a criação e o fortalecimento de vínculos com jovens em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de fomentar estratégias singulares e coletivas de cuidado. Tais estratégias foram apoiadas pela realização de atividades artísticas, esportivas e culturais, formação de grupos de apoio e rodas de conversa, atendimentos técnicos especializados para viabilizar orientação social e de saúde, encaminhamentos em rede e outras ações de prevenção e cuidado. Foram adotadas estratégias que facilitem a vinculação por relações

de confiança entre a população jovem vulnerável e equipes interdisciplinares, de modo a possibilitar o interesse pela inserção em serviços de atenção e proteção da saúde e da assistência social, caso fosse o caso.

Considerando o entendimento de que as ações do projeto Conexão Jovem concentraram-se inicialmente na Vila Torres, o Núcleo de Direitos Humanos atuou em diferentes frentes no território, visando prioritariamente o fortalecimento e desenvolvimento da rede de atenção psicossocial, não apenas a rede pública, mas também a rede de organizações da sociedade civil que desenvolvem trabalhos e atividades com os sujeitos de direitos.

Compreende-se a importância do poder público e da universidade atuando no território, com base na identificação e mapeamento dessa rede de atenção psicossocial, propondo a formação de parcerias que possam potencializar as diferentes iniciativas, assim associando-se ao atendimento relativo ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Na medida em que a equipe multidisciplinar realizou essa aproximação, ficaram mais evidentes as reais necessidades da comunidade no que se refere a esta temática, sendo possível planejar junto com a comunidade e os serviços as melhores estratégias de abordagem e intervenção.

Nesse sentido, realizaram-se inicialmente uma série de reuniões e visitas técnicas às diferentes entidades e organizações para possíveis vinculações ao projeto, sendo estas do poder público, da rede marista de solidariedade e demais organizações da sociedade civil, não apenas para identificação e mapeamento, mas para refletir coletivamente sobre as estratégias de articulação e as possíveis intervenções em parceria. Foi a partir da participação nessa rede que acessamos o público-alvo com o qual se pretendia atuar na prevenção ao uso de drogas e à violência.

OBJETIVOS

- Realizar mapeamento da rede de atenção psicossocial atuante no território e desenvolver estratégias de redução de danos e prevenção às drogas, de modo integrado às políticas públicas, programas e projetos relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes;

- Desenvolver estratégias metodológicas de abordagem com crianças e adolescentes por meio da educação em direitos humanos, arte, cultura e esporte, na perspectiva do fortalecimento dos vínculos sociais;
- Sensibilizar quanto aos riscos e agravos à saúde provocados pelo uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, por meio de rodas de conversa mediadas por intervenções musicais em organizações da sociedade civil e escolas públicas;
- Identificar uso abusivo e procurar despertar o interesse em abandonar o uso de drogas e apoiá-los neste processo;
- Encaminhar situações de vulnerabilidade e riscos identificadas no trabalho em rede;
- Formar agentes multiplicadores que possam contribuir para a prevenção e redução de danos.

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A primeira etapa do projeto consistiu na identificação e mapeamento da rede, por meio de reuniões e visitas técnicas aos serviços ofertados por parte do poder público, das unidades sociais do grupo Marista e demais entidades da sociedade civil. Quanto às organizações e entidades da sociedade civil, a atuação ocorreu em dois eixos principais: Rede Marista de solidariedade e entidades públicas, priorizando projetos que atuam com crianças e adolescentes. O objetivo da equipe multidisciplinar foi o de trabalhar em parceria com essa rede de serviços e atendimentos, a fim de fortalecer os projetos desenvolvidos por cada equipamento ou entidade que tenham potencial redutor de danos e preventivo. Nesse sentido, as intervenções foram planejadas junto com a comunidade e demais prestadores de serviços, na medida em que se formam os vínculos e, por consequência, os processos criativos e efetivos que decorrem do pensar, discutir, planejar e fazer juntos.

Focados nessa perspectiva, a intervenção inicial, após as reuniões com as unidades da rede e as visitas técnicas aos trabalhos em desenvolvimento, se deu a partir da realização de rodas de conversas nos diferentes espaços

destinados à criança e adolescente, onde foi possível desenvolver intervenções sobre as questões das drogas, do uso abusivo e da dependência. Inicialmente propomos rodas de conversa com os próprios profissionais, professores e educadores, famílias e demais pessoas envolvidas no atendimento, com o objetivo de apresentar e discutir o projeto Conexão Jovem e pensar juntos as possíveis iniciativas com crianças e adolescentes.

O eixo de atuação inicial se deu com os adolescentes vinculados ao contraturno do Centro Educacional Marista Irmã Eunice Benato, onde desenvolveram-se intervenções por meio de rodas de conversa estimuladas por arte e cultura, com base em princípios da musicoterapia e das metodologias de grupo da psicologia e do Serviço Social. A mesma metodologia desenvolvida no Centro Educacional Marista Irmã Eunice Benato foi aplicada nas escolas da região, de acordo com as especificidades de cada unidade, conforme adaptações necessárias evidenciadas em rodas de conversa com os professores, professoras e equipe pedagógica. As escolas em que se realizaram as intervenções foram Hildebrando de Araújo, Elysio Vianna, Vila Torres e Manoel Ribas.

Paralelamente às intervenções descritas, ocorreram momentos específicos de formação da equipe multidisciplinar que fizeram parte do projeto e que se estenderam à comunidade acadêmica e discente, bem como aos profissionais das entidades locais e da rede de atenção psicossocial. Ao final do processo formativo, foram elaboradas de forma conjunta as intervenções com as crianças e adolescentes nesses espaços. Além disso, todo o trabalho orientou-se pela metodologia da pesquisa-ação, por meio de uma prática social testada e analisada com base em indicadores que possam favorecer a descoberta e consolidação das melhores práticas de intervenção. Cabe salientar que essa proposta inicial foi constantemente revista e reconstruída conforme os resultados das experiências de campo.

A construção da metodologia de intervenção do Projeto Conexão Jovem embasou-se nos fundamentos das estratégias de Redução de Danos, na área da proteção e prevenção primária e secundária, tendo como objetivo desenvolver abordagens que visem vincular crianças e adolescentes a atividades artísticas e culturais que promovam a diminuição da vulnerabilidade relacionada ao consumo de droga. “As ações de prevenção consideradas mais

eficazes são aquelas que atuam na interação, objetivando minimizar os fatores de risco e maximizar os fatores de proteção que ampliam a coesão social” (BRASIL, 2015, p. 49).

Sobre a estratégia de Redução de Danos, ela visa a reduzir danos causados pelo consumo de entorpecentes e é adotada como tratamento para indivíduos que desenvolvem comportamentos de risco relacionados ao uso de drogas. Propõe efetiva participação dos sujeitos e da comunidade nas estratégias de intervenção, com base no protagonismo e na troca simbólica, por meio da horizontalidade da relação entre agentes redutores de danos e população-sujeito. Instiga, ainda, a valorização do saber que os sujeitos têm sobre suas vidas, sendo esses agentes que assumem responsabilidades sobre seus comportamentos (SANTA CATARINA, 2003).

Tal proposta segue alguns princípios, tais como a deliberação, o protagonismo, a autonomia, a coparticipação e a corresponsabilidade. Com isso, há um efeito da coprodução de saúde, visto que regras de condutas são criadas e adotadas a partir do encontro e do vínculo do grupo, bem como a criação de redes de cooperação, as quais definem um “território existencial para os usuários de drogas” (PASSOS e SOUZA, 2011, p. 161). Também buscou-se ampliar as ofertas de cuidado dentro de um cenário deliberativo e de construção conjunta.

Mais especificamente, a proposta de intervenção *Conversando sobre drogas, música e cidadania* foi sistematizada em quatro módulos de ação, que pressupõe temáticas que envolvem diferentes estilos musicais, sendo cada um deles – Funk, Reggae, Música Eletrônica e Hip-Hop – mediadores de diálogo, debate, reflexão e construção do pensamento crítico sobre as vulnerabilidades associadas ao consumo de drogas (metodologia completa no apêndice).

A vinculação com os jovens nas atividades aconteceu a partir dos saberes da equipe, conhecimentos estes fundamentados na Psicologia e Sociologia, compreendendo o sujeito adolescente na sua individualidade e na relação com os demais e inserido em seu meio biopsicossocial,¹¹ sendo esse

¹¹ Conceito que compreende a formação do indivíduo a partir da constituição biológica, psicológica e social.

momento um ciclo vital marcado principalmente pelas novas experiências e sentimentos intensos que fazem parte do processo identitário da adolescência, entendendo que as transições corporais e psíquicas servem como uma abertura para a descoberta da individualidade e saída da infância marcada pela dependência, fator primordial na constituição do sujeito. Partindo também do entendimento filosófico a respeito da potência dos afetos (SPINOZA, 2010) e de seu caráter para impulsionar novas percepções da realidade, sobretudo através da arte e da cultura, buscou-se promover um despertar da autonomia, abrangência na participação coletiva, melhor adaptação aos momentos hostis desse período de vida, sendo talvez o contato direto com o jovem a principal ferramenta de trabalho. As discussões de caso e estudos foram basilares para que o desenvolvimento do vínculo fosse executado de maneira ética e responsável. De outra face, estabeleceu-se o entendimento de que crianças e adolescentes estão em fase peculiar de desenvolvimento e como sujeitos de direitos devem se expressar nos espaços sociais para a abertura de processos sociais e educativos. Assim, importa compreender a realidade social, a materialidade das relações entre as redes primárias e secundária, tendo em vista mudanças positivas e transformadoras; vínculos sociais e afetivos, bem como laços sociais e comunitários fortalecidos.

Os territórios brasileiros expressam desigualdades e processos de vulnerabilidade que engendram violações diversas. Processo aprofundado pela frágil resposta estatal na estruturação de políticas públicas com potência democrática, tanto na oferta de serviços, programas e projetos que impactem positivamente nas condições de vida, quanto na adoção de estratégias deliberativas e participativas. De outra face, as iniciativas solidárias ou em negócios sociais, mostram-se pouco efetivas quando desconsideram as particularidades territoriais, em termos das desigualdades, assim como as potencialidades sociais, políticas, econômicas e culturais.

Compreende-se, nesse sentido, que a desigualdade, as vulnerabilidades e as violações de direitos são produzidas socialmente nos territórios, assim como as formas institucionalizadas ou não para o seu enfrentamento. Os territórios são mais que espaços geográficos, expressam históricas, memórias, formas de organização, o legal e o ilegal (KOGA, 2013). O trabalho em

rede requer a análise do território como base de atuação, em sua dinâmica, demandas e potencialidades.

Alguns elementos podem ser destacados para atuação em territórios e formação de redes: reconhecer dinâmicas sociais, memórias e identidades; analisar a realidade das famílias, de grupos específicos, modos de organização e subjetividades objetivadas; identificar e analisar expressões de desigualdades, vulnerabilidades e violações; analisar o nível de proteção pública e da sociedade, redes; reconhecer a percepção e ações dos agentes, dos sujeitos de direitos; identificar possibilidades de afiliações a projetos coletivos, interações sociais e culturais; potencializar espaços de socialização e capacidades, com fortalecimento de vínculos e laços sociais, no enfrentamento à crise de afinidades e liquidez dos vínculos sociais e emocionais; adotar estratégias de mobilização e organização; analisar e incidir nas respostas institucionais, no ciclo das políticas públicas; inovar no trabalho social e nas atividades institucionais; adotar novas formas de solução de conflitos e participação; reconhecer o cotidiano como base de intervenção; entre outros.

A atuação em rede requer análise crítica dos fenômenos e problemas complexos, os pontos fortes e fracos, o alcance das ações, a potência das estratégias empreendidas. Nesse sentido, alguns procedimentos são fundamentais, como mapear redes institucionais e comunitárias, formar e alimentar redes, desenhar processos de gestão, com organização de fluxos e momentos de maior interação, diálogo e proposição, com adoção de mecanismos de decisão colegiada, participativa, e com atuação para fora da rede, especialmente na incidência e formulação de políticas públicas, considerando a complexidade dos fenômenos.

As redes possuem uma dimensão social, técnica e política. Aspectos de gestão devem ser considerados na formação e na alimentação das redes. Entretanto, a concepção de políticas públicas e gestão é fundamental. As práticas tendem a reproduzir a hierarquia na esfera do Estado, o controle das pessoas, ou seja, uma mentalidade tecnocrática que reforça o gerencialismo.

A partir da metodologia desenvolvida pela equipe, onde utilizou-se a música como expressão artística para trabalhar temas voltados à educação em Direitos Humanos na perspectiva da Política de Redução de Danos ao uso abusivo de álcool e outras drogas com crianças e jovens, avaliamos

que as intervenções foram assertivas pela alta adesão nas atividades. Percebeu-se que a aproximação da linguagem artística com o contexto dos jovens despertou novos olhares e compreensão do seu cotidiano, principalmente nas relações individuais e coletivas de sua vivência em adolescer.

COLÉGIO ESTADUAL MANOEL RIBAS

O colégio Manuel Ribas foi um dos primeiros focos de atuação do projeto Conexão Jovem, considerando a proximidade com a universidade e os graves problemas evidenciados no dia a dia da escola, que se manifesta no número reduzido de estudantes e no alto índice de evasão.

Logo em nossa primeira intervenção, após uma primeira roda de conversa com a turma do 1º ano do ensino médio, vivenciamos uma cena bastante grave, em que o diretor teve que retirar da escola um ex-estudante, junto com outros dois amigos mais velhos, por estarem portando cigarro de maconha, provavelmente com intuito de vender.

A atuação do Conexão Jovem na escola Manoel Ribas não ocorreu de forma sistemática, como nas demais escolas, devido a algumas dificuldades colocadas pela direção, que inviabilizaram o acesso às turmas. Assim, tivemos espaço apenas para realizar no final do ano letivo de 2017 uma oficina intitulada *O Hip-Hop como Resistência*, por meio da qual buscou-se fortalecer vínculos comunitários e desenvolver ação preventiva por meio de



roda de conversa, utilizando os elementos do movimento hip-hop, especificamente o grafite e o rap. Foi elaborado um grafite em um dos muros da escola para representar o contexto que estava sendo trabalhado no encontro.

O elemento central da roda de conversa seguiu os parâmetros da metodologia do projeto conforme já foi descrita, sendo que o diferencial foi ter ocorrido no espaço da escola no final de semana, permitindo uma vivência diferente na escola. O diálogo com os jovens no espaço onde eles se sentem pertencentes e a pintura do grafite garantiram um diálogo amplo e provocativo. A intervenção aponta para uma possibilidade de mudança nas relações dos jovens com a escola, considerando a ausência de atividade voltadas para eles nos finais de semana. Desse modo, a escola aberta nos fins de semana oferecendo propostas criativas pode ser bastante preventivo com relação às drogas e à violência, no sentido de apresentar outras possibilidades de vivências e oportunidade para os/as jovens.

COLÉGIO ESTADUAL HILDEBRANDO DE ARAÚJO

O Colégio Estadual Hildebrando de Araújo foi a principal escola de atuação do projeto. Na primeira apresentação houve o relato das principais angústias dos/das professores/as quanto às subjetividades que ocorrem na Vila Torres que afetam diretamente o trabalho dos profissionais em sala de aula, exemplos como o uso de substâncias psicoativas antes de entrar em



sala de aula, como os acontecimentos que causam óbito na Vila, impactam como um todo o comportamento dos alunos e alunas, com isso se fez fundamental a apresentação do Projeto Conexão Jovem para que pudesse ser construída de forma interdisciplinar a proposta ofertada.

Foram 4 reuniões com a diretoria e equipe pedagógica, 3 apresentações para professores, 15 atividades com turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano, totalizando 5 turmas e 2 encaminhamentos para atividades externas.

A partir das conversas com a equipe pedagógica da escola e com os professores, as atividades seguiram com a metodologia vigente do Conexão Jovem - Música e cidadania e as rodas de conversa. Cada turma tinha sua especificidade, tanto na aceitação da proposta, entrosamento como na participação nas rodas de conversa, comportamentos que pareciam estar bastante vinculados ao modelo da escola. Tendo em vista que os profissionais já haviam relatado a dinâmica de algumas turmas que se caracterizavam como estigmatizadas pela escola, em cada uma delas foi importante a aplicação de formas de abordagem específica, onde se fez necessária a participação das pesquisadoras técnicas para que pudessem mediar as questões que carregavam demandas coletivas da turma.



Para que a Educação em Direitos Humanos acontecesse de maneira efetiva, foram utilizadas estratégias à parte do que conta na metodologia para que a turma pudesse de uma maneira mais sensível compreender o papel do projeto na escola. Uma das estratégias era abrir a conversa com um diálogo voltado para a escuta das demandas, onde os/as estudantes pudessem relatar a rejeição à atividade, fato ocorrido em uma das turmas estigmatizadas por parte da escola como a “pior” turma. De fato, foram encontradas dificuldades e para isso, em determinada atividade, foi necessário um diálogo mais aberto onde os/as estudantes pudessem relatar também suas dificuldades e falta de interesse na participação de uma atividade que está fora do enquadramento de sala de aula e conta com propostas dinâmicas. No entanto, com essa abertura ao diálogo, a turma relatou dificuldade na relação com uma profissional da pedagogia, expressando isso em um cartaz, o que acabou gerando um problema no relacionamento entre a pedagoga e alguns estudantes.

Nos dias seguintes, a atividade repercutiu de modo que se fez necessário uma reunião com a diretoria da escola com a presença dos professores Rodrigo Alvarenga e Cesar Bueno, do corpo docente do Mestrado de Direitos Humanos da PUCPR. O professor Cesar Bueno desenvolve pesquisa científica na temática de Justiça restaurativa através de práticas restaurativas que resgatam a memória da situação privilegiando o direito de errar, perdão e a responsabilização pelos atos e não da proibição. A partir da reunião de conciliação com a diretoria e pedagogia da escola, foi acordado perante a equipe em fazer da próxima atividade um círculo de diálogo na proposta restaurativa, refletindo sobre o que foi escrito no cartaz e a responsabilização do ato além da retratação responsável do ato referido sem a intenção de ofender. Foi elaborada uma nota com pedido de desculpas e entregue à profissional, o que permitiu a equipe usar o exemplo desse ocorrido para atividades posteriores.



Compreendendo os limites dos colégios estaduais como um todo, devido à complexidade de cada região, a estrutura e grade curricular se encontram engessadas apesar de todo movimento no contexto social. Nesse sentido, avaliamos necessário que em complemento à grade curricular, a educação em direitos humanos, diversidade e cidadania são temas que toda a comunidade escolar precisa se atentar; a lógica proibicionista e autoritária nas escolas parecem não alcançar as principais referências que um jovem pode ter através do ensino. Segundo pesquisa realizada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) foi revelado que 12% dos estudantes da rede pública em todo o país deixaram de frequentar a escola no decorrer do ensino médio entre 2014 e 2015.

Mesmo o Paraná sendo o segundo estado com o segundo menor índice de evasão escolar, no governo de 2013 foi construído o Programa de Combate ao Abandono Escolar, por compreender que a evasão escolar se mantinha crescente.

A escola, deverá sempre representar (...) um espaço democrático e emancipatório por excelência, constituindo-se, juntamente com a família, em extraordinária agência de socialização do ser humano, destinada aos propósitos de formação, valorização e respeito ao semelhante. É sobretudo na escola que a criança e o adolescente encontram condições de enriquecimento no campo das relações interpessoais, de desenvolvimento do senso crítico, de consciência da responsabilidade social, do sentimento de



solidariedade e de participação, de exercício da criatividade, de manifestação franca e livre do pensamento, de desenvolvimento, em necessário preparo ao pleno exercício da cidadania. (SOTTO MAIOR NETO, 2004)

Portanto, apresenta-se um amparo por parte do Estado e do Governo Federal em novas medidas educacionais que avancem nos processos de ensino, mantendo o direito de acesso a todas as matérias, porém incluindo propostas inovadoras que promovam informação, compreensão, autonomia e emancipação.

Observou-se a fragilidade da escola na participação da Rede de Proteção e na compreensão das demandas dos jovens. É concebível que o papel da escola é primordialmente informar e ensinar, porém as especificidades de algumas profissões se fazem emergentes na escola pública, de modo a não apenas orientar, mas também encaminhar individualmente os casos específicos de cada jovem ou até mesmo desenvolver atividades voltadas para a educação em direitos humanos.

Foi avaliado que a proposta de um projeto itinerante é um serviço complementar para o funcionamento do colégio público, no entanto temporário. O ideal seria poder contar com uma equipe psicossocial permanente além de frequente

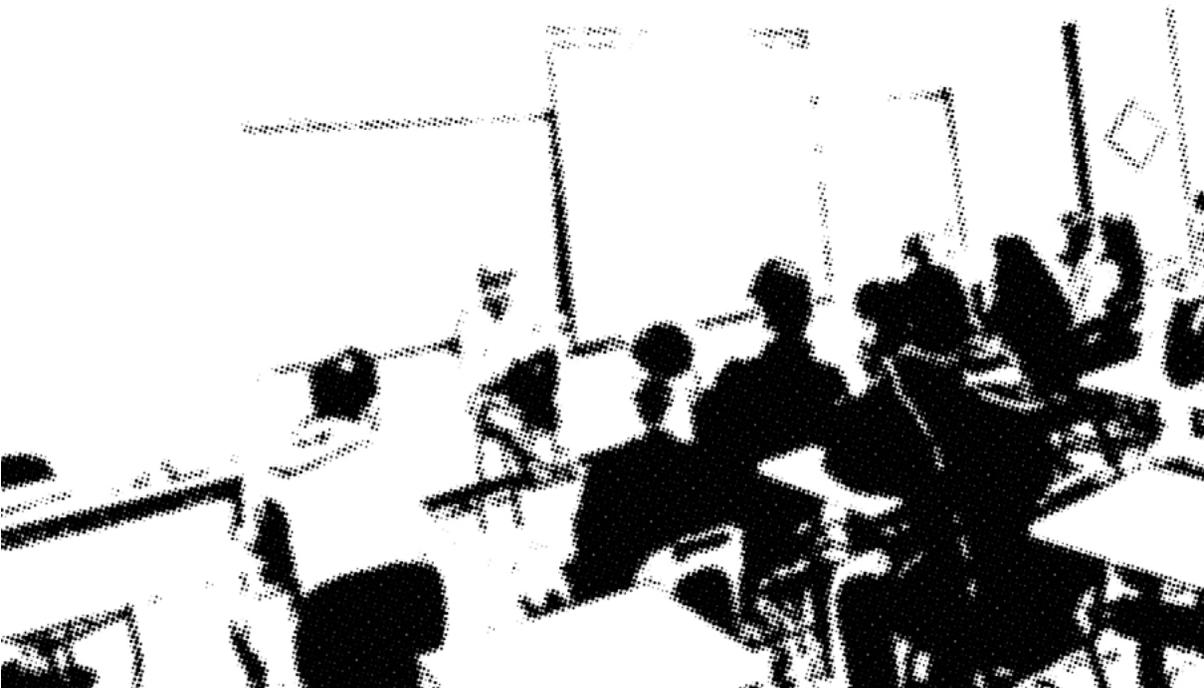


formação com a equipe escolar de maneira interdisciplinar e de trocas, capazes de promover senso coletivo e comunitário.

CENTRO SOCIAL IRMÃ EUNICE BENATO

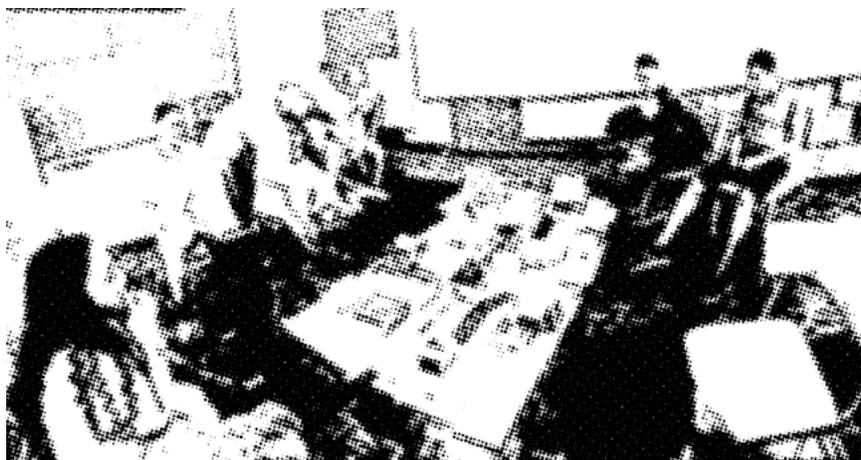
O Centro Social Ir^a Eunice Benato - Unidade da Rede Marista de Solidariedade, atende os serviços de Educação Infantil, Conviver Marista, Jovem Aprendiz e Unidade de Saúde, e atuam em três frentes: Educação Infantil – atende 110 crianças na modalidade de educação infantil, conveniada à Prefeitura de Curitiba; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – atende 100 adolescentes de 11 a 16 anos nos projetos “Nóis na fita”, “Conviver” (identidade cultural) e “É o poder” (relações de poder); Jovem Aprendiz – atende 107 adolescentes de 15 a 17 anos que desenvolvem as atividades teóricas no centro social e práticas nos setores Marista. A parceria com o centro social se deu em conjunto com a equipe pedagógica possibilitando atividades conjuntas voltadas à Redução de Danos desde que as metodologias se insiram nos projetos em andamento do grupo. Foi acordado que as atividades aconteceriam juntamente com o Projeto Conviver, nas quintas-feiras à tarde.

Para que fosse possível a parceria com o Centro Social Ir^a Eunice Benato, realizou-se reuniões em conjunto com a equipe pedagógica do centro



educacional e a equipe Conexão Jovem, assim complementamos as atividades dentro da proposta já existente. Inicialmente executamos a metodologia de oficina de música e cidadania. Por se tratar de um projeto acoplado com a PUCPR, foi possível explorar os espaços da universidade desde as salas com multimídia aos bosques e quadras. Encerrando esse ciclo, as atividades foram construídas conjuntamente e outras práticas foram elaboradas, seguindo ainda os princípios da metodologia central de cada projeto. Também ocorreram atividades externas, como a participação no evento Xpress, Planeta PUC e passeio ao Parque Tingui.

Considera-se satisfatória a execução das atividades com os jovens do Centro Social Ir^a Eunice Benato devido ao corpo operativo da instituição que proporcionou diálogos abertos, referentes às singularidades dos jovens, os quais foram feitos em grupos devido ao já existente trabalho de equipe multidisciplinar efetivo no projeto Eunice Benato. Julgamos que o tempo foi hábil para concluir as atividades de maneira informativa quanto aos objetivos a serem alcançados. Cada oficina tinha como finalidade despertar em cada jovem o sentimento de pertencimento, compreensão sobre o processo de adolecer, além de desenvolver elementos para o planejamento futuro. A atividade pode ser finalizada com a proposta de realização dos sonhos, certificando os mesmos pela participação nas 10 oficinas nomeadas como Minha Casa, Nosso Projeto de Cida (metodologia completa em anexo), que executaram nos espaços da PUCPR.



Foi avaliado que a consistência das oficinas nesse projeto foi dada por pontos que se considera fundamentais como: equipe multidisciplinar, famílias participativas, trabalho em rede com os demais atores sociais do território. O Centro Social Ir^a Eunice Benato já desenvolve plano de ação com a comunidade de maneira bastante consolidada. Esse fato certamente contribuiu na observação e compreensão do atendimento socioeducacional; a troca possibilitou a participação nos encontros, facilitando os encaminhamentos.

COLÉGIO ESTADUAL ELYSIO VIANNA

Foram realizadas 4 reuniões pedagógicas, duas em 2017 e duas em 2018 para acordar questões pedagógicas, e 6 discussões de casos. Definidos as datas e horários das atividades, as abordagens com as turmas do Colégio Elyσιο Vianna seguiram os parâmetros metodológicos como apresentados anteriormente, ficando definida a atuação com as turmas do 8º e 9º ano, durante as duas últimas aulas, preferencialmente nas terças e quintas.

Realizaram-se encontros com turmas do 8º e 9º ano em 2017 e turmas do 6º e 7º ano em 2018, foram dez oficinas de *Conversando sobre drogas, música e cidadania*, além dos atendimentos individuais a seguir. Foi possível observar a efetividade das oficinas pelos retornos recebidos dos estudantes, não somente pela participação nas rodas de conversas, mas pelas discussões acerca das temáticas fora da sala de aula.

Ao término das ações do ano de 2017, a equipe avaliou que houve grande envolvimento dos adolescentes na discussão do tema Funk, relacionando-o a questões como: sexualidade, aborto, racismo, preconceito, discriminação, questão social, tráfico, políticas públicas, aspectos históricos, políticos e sociais. Percebeu-se também que no caso deste grupo, foi possível aprofundar a discussão destes temas relacionando-os à Educação em Direitos Humanos.

Tendo em vista alguns exemplos trazidos por um dos adolescentes, como conflito armado, crime organizado, falta de acesso da população aos serviços públicos como saúde, onde “milhares de pessoas morrem nas filas dos hospitais” (sic), considerou-se relevante o fortalecimento do desenvolvimento da cultura de paz.

Os encaminhamentos no ano de 2018 feitos com jovens que apresentaram demandas específicas se deram pelas reuniões pedagógicas com a diretora e pedagoga da escola, além da observação feita durante as oficinas. A partir da reunião pedagógica com a diretora, foi estabelecido atendimento individual com os jovens que aparentavam indícios de conflitos pessoais, já com histórico de violações de direitos apresentados pela diretora.

Acordamos que seriam três encontros quinzenais, com duração de mais ou menos 40 a 50 minutos cada conversa, dividida entre a assistente social e a psicóloga com discussão de caso para devidos encaminhamentos das áreas da Assistência Social ou da Psicologia. Realizados os encaminhamentos, a equipe manteve acompanhando os serviços de atendimentos juntamente com a direção da escola até a consolidação da competência do projeto.

Os encaminhamentos feitos foram para UBS Canal Belém, CRAS Cajuru, tendo sido realizada visita domiciliar segundo relato da direção da escola que pode acompanhar diariamente os jovens atendidos. O fechamento da parceria com a escola se deu após a conclusão dos encaminhamentos, recebendo da direção convite para a continuidade dos atendimentos individuais.

Em alguns setores – por sigilo ético – certas informações não foram passadas, conforme prevê a Lei nº 1656/58, Art. 207. Assim, foi possível o acompanhamento somente pela diretora da escola, que relatou o encaminhamento efetivado após mais ou menos 30 dias depois do pedido de visita domiciliar para esclarecimentos de dúvidas que trazia o jovem em questão.



ESCOLA MUNICIPAL VILA TORRES

A parceria com a escola Vila Torres iniciou-se no final do primeiro semestre de 2018, sendo esta uma das últimas entidades a aplicarmos o projeto. A particularidade da escola está no público atendido, onde nos inserimos no contexto infantil, atendendo crianças entre 7 e 10 anos de idade que fazem parte do período integral. Essa modalidade de atendimento também é nova para a equipe pedagógica da escola, sendo o primeiro ano de experiência com uma turma de período integral, onde as crianças atendidas frequentam durante a manhã as aulas de 3º e 4º ano do ensino fundamental e à tarde seguem com outro cronograma, abrangendo atividades lúdicas voltadas para sua faixa etária. Após a primeira reunião do projeto junto à equipe pedagógica, o projeto enquadrou-se no cronograma da turma dentro das práticas artísticas com o propósito de trabalhar arte e cultura baseadas na Educação em Direitos Humanos.

Os encontros aconteceram quinzenalmente, havendo a necessidade de adequação das atividades para a idade dos alunos. A pretensão de atuação na Escola Vila Torres foi a de contribuir na formação e no despertar da autonomia via relação afetiva, criativa e responsável, fortalecendo o convívio coletivo e o diálogo entre crianças e adultos. Concebendo o perfil de idade do público, compreendemos o brincar como um ato de expressão artística – além de ser um direito social. Para isso, os temas dos quatro encontros das oficinas

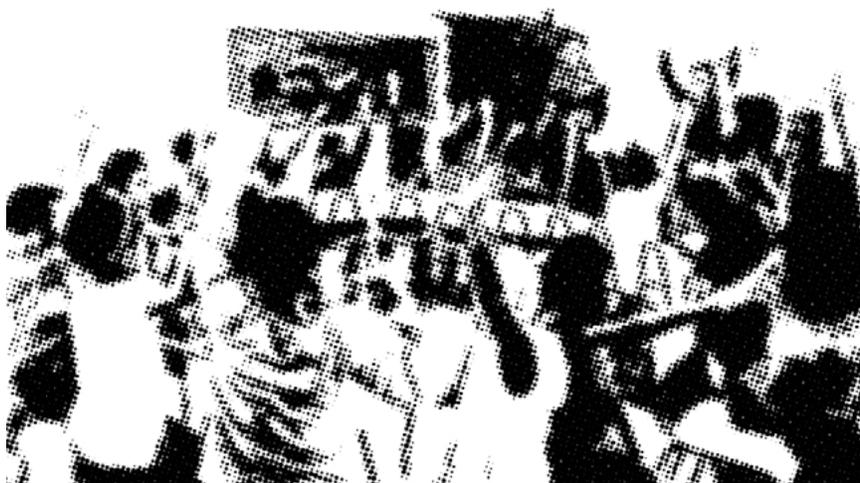


Conversando sobre drogas, música e cidadania passaram por algumas modificações, e os conteúdos das rodas de conversa e dinâmicas foram alteradas para haver melhor adesão nas atividades e para que os assuntos trabalhados estivessem de acordo com a compreensão do universo infantil.

Essa proposta foi alterada em oficinas que valorizassem a infância sem deixar de tocar em assuntos que abrangem a violação de direitos. Para isso, utilizamos vídeos da campanha *Defenda-se*, elaborado pelo Centro Marista de Defesa da Infância que aborda temas relacionados à infância com ênfase na autodefesa da criança e prevenção de abusos infantis (descrição metodológica em anexo).

Foram realizadas 2 reuniões de planejamento e adaptação ao cronograma junto à equipe pedagógica da escola, e mais 1 reunião de encerramento e avaliação do projeto, e 5 oficinas.

O retorno da equipe pedagógica a respeito do projeto foi satisfatório, com relatos da mudança de comportamento das crianças em sala de aula. A pedagoga Suelen relatou que ao final do projeto as crianças pareceram mais calmas durante as atividades do currículo do período integral, sendo que antes da aplicação do projeto esta turma era uma das mais agitadas da escola. Foi possível observar a afetividade por parte das crianças ao se relacionar com a equipe. As produções realizadas nos encontros demonstram a efetiva aplicação da metodologia adaptada para a faixa etária. No último encontro, as crianças realizaram uma singela homenagem, confeccionando



mandalas para cada membro da equipe e escrevendo uma carta coletiva sobre como foi a experiência deles com o projeto.

A escola esteve receptiva à proposta do projeto e mantendo-se aberta caso houvesse continuidade do projeto. Compreendendo a fragilidade dos projetos que iniciam propostas em escolas públicas ou demais equipamentos com tempo pré-determinado no fortalecimento dos vínculos, o rompimento do vínculo pode gerar frustrações precoces; sendo assim, foi pensado em uma finalização possível no cessar a atividade sem danos, construindo uma lembrança afetiva de recordação com uma roda de cantigas de despedida.

A escola tem atuação presente na Rede de Proteção, garantindo às crianças uma assistência assistida de forma direta e efetiva. A direção da



escola atua na Vila já há alguns anos, o que gera uma relação com os equipamentos e familiares bastante eficiente, tornando a escola autônoma nos encaminhamentos das crianças.

CENTRO DA JUVENTUDE

O Centro da Juventude Audi/União¹² situado no bairro Cajuru sediou o espaço para as atividades do Projeto Conexão Jovem, com estudantes do

¹² O Centro da Juventude é um espaço acessível de convivência para adolescentes e jovens que oferece, em tempo integral, atividades de lazer, esportes, cultura e qualificação profissional. É um programa desenvolvido pelo Governo do Estado para afastar adolescentes e jovens de situações de exposição ao risco e vulnerabilidade social e realizar ações que favoreçam a sua formação pessoal, profissional e política. O programa é baseado em três pilares: cidadania, convivência e formação, e faz parte da rede socioassistencial de Proteção Social, pois seus objetivos convergem com os dos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social (Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná).



Colégio Alfredo Parodi e usuários do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) do CRAS. Foram feitas visitas no Colégio no período da manhã nas turmas do 9º ano e no CRAS de referência do bairro.

A proposta era de apanhar os jovens do Colégio Alfredo Parodi e do CRAS com o automóvel (van) da prefeitura e levá-los até o Centro da Juventude, com o acompanhamento de educadores sociais e professores, no entanto os estudantes do colégio não aderiram à atividade, talvez pela pouca divulgação. De qualquer modo, foram realizados 5 encontros com os jovens atendidos pelo CRAS no Centro da Juventude, com 1 atividade externa, onde utilizamos a van do Departamento de Políticas sobre Drogas para locomoção.

A atividades executadas seguiram a metodologia do projeto, porém em ordens diferentes, de acordo com a sugestão dos jovens. Além da participação dos educadores do CRAS contamos com a presença da coordenadora técnica por parte da prefeitura em quase todas as atividades, o que proporcionou um debate ainda mais dinâmico, além do mais a infraestrutura do centro da juventude contribuiu com o espaço e equipamentos de multimídia.

Observou-se que os jovens fora da escola no período de contraturno entregam uma disponibilidade maior na participação e interação, mesmo os jovens com maior dificuldade de relação expunham opiniões acerca da



temática sobre drogas, conflitos familiares e as indagações que o processo de adolecer oferece de maneira involuntária.

Os entendimentos sobre o uso abusivo de drogas foi de maneira reveladora para os jovens, que relataram ainda não terem discutido com profissionais de maneira objetiva e desmistificada sobre as drogas porém, ainda que debatido de forma livre, foi possível notar que o discurso proibicionista ainda era latente para alguns jovens, para outros revelou-se um entendimento de não julgamento para as pessoas que fazem uso de drogas, mas sim a compreensão que o uso abusivo deriva das contradições diversas de cada pessoa. Foram coletados imagens e vídeos dos/das jovens relatando suas experiências no projeto e nesse momento observou-se um discurso mais parecido com uma opinião de senso comum e conservadora, compreendendo que há naturalmente uma inibição ao falar qualquer coisa que possa ser comprometedor frente a um equipamento de registro.

Por conta de os jovens já possuem grande adesão às atividades no CRAS, a vinculação foi de certa forma mais facilitada. As discussões foram muito proveitosas, surgindo questões não só da temática trabalhada em cada encontro, mas também conteúdos bastante individuais. Isso mostra como o fortalecimento do vínculo contribui para uma maior abertura da individualidade adolescente, na qual a equipe toma uma distinta posição profissional diante do jovem que se expõe, dando assim um outro lugar de fala, sendo um espaço por vezes quase nunca cedido a este jovem.

CLUBE DE MÃES | A MAGIA DO BOXE

O Projeto Clube de Mães foi citado por lideranças comunitárias e profissionais da Vila Torres, sendo uma referência no amparo ao atendimento às mulheres (mães moradoras da Vila Torres) e Magia do Boxe, no atendimento às crianças no fortalecimento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Foram realizados encontros de planejamento para que se efetuassem a parceria, 2 reuniões entre o Projeto Conexão Jovem, Clube de Mães e A Magia do Boxe (ambos acontecem no mesmo espaço). Ao longo foram 19 encontros, com rodas de conversa com as mulheres, confraternização e

fortalecimento de vínculos, participação em atividades externas, encontros para encaminhamentos e elaboração de propostas.

Em conversa com Irenilda, líder comunitária e fundadora do Clube de Mães, a entidade realiza ações sociais (como o “dia da beleza” e o “dia da pizza”), além de oficinas e ações como encaminhamento para emprego e orientação jurídica. São realizados, ainda, cursos profissionalizantes através de parcerias estabelecidas com órgãos como a FIEP e o SENAI. No que tange ao uso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes, Irenilda afirma que as famílias procuram a líder comunitária, que costuma aconselhar os familiares e realizar encaminhamentos para equipamentos de saúde, citando como exemplos a Unidade de Saúde e Clínica Heidelberg. Segundo Snoopy, um dos idealizadores do projeto social A Magia do Boxe, que acontece no Clube de Mães da Vila Torres, a iniciativa tem como objetivo formar atletas e cidadãos a partir de valores como a cidadania, o respeito e a humildade.

Para aproximação com as mães, foi construída uma proposta em conjunto com as mulheres do Clube de Mães, em que cada mulher pudesse desenvolver um artesanato e ensinar as outras, em encontros que aconteceriam quinzenalmente, com duração de duas horas.

A primeira proposta vinda de uma das mulheres foi o crochê, na qual ela ensinava a trama para outras mulheres e as que já sabiam iam auxiliando



as outras. Foram acessadas com essas atividades algumas questões relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas, um cenário já vigente no território. Desse modo foi feito o link do familiar com o jovem atendido na escola, onde as abordagens aconteceram seguindo a metodologia.

Compreendemos que o esporte tem potencial significativo para as crianças da Vila Torres, e nesse sentido foi encaminhada e apoiada a participação e competição da equipe Magia do Boxe e da turma de judô em campeonatos municipais de Curitiba, como Copa Curitiba, Copa Duque, 1º Shotyugueiko (treinamento de verão), uma imersão na Cultura Japonesa com o objetivo de aprender mais sobre o judô, sua história e filosofia, bem como para realizar treinamento com ênfase em competição.

Os objetivos centrais do apoio dado às turmas foram: oferecer aulas regulares de judô para crianças e adolescentes; desenvolver habilidades sociais, pessoais e cognitivas, com foco na educação em direitos humanos e formação para a cidadania; prevenir o uso precoce de álcool e outras drogas por meio do envolvimento com o esporte e o desenvolvimento e fortalecimento do ideal de ser atleta; formar atletas para competições locais e torná-los referência na comunidade e fonte de inspiração para as demais crianças e adolescentes.

No segundo semestre, após reunião de equipe para alinhamento de novas atividades na ONG, foi estipulado que semanalmente ocorresse um plantão de atendimento, no qual o estagiário da equipe faria o primeiro contato com as famílias que necessitassem de atendimento psicossocial, realizando um levantamento inicial das demandas da comunidade. Assim, nas últimas sextas-feiras do mês, a psicóloga e a assistente social da equipe realizariam os atendimentos já pré-agendados durante o mês, para iniciar os encaminhamentos. Nestes atendimentos, surgiram demandas específicas, como: documentação, reforço escolar e atendimento psicopedagógico.

As ações que competem às profissionais foram encaminhadas cumprindo o protocolo de cada equipamento. Para um dos encaminhamentos foi necessário compreender e resgatar o percurso de uma das mães desde sua inserção na Rede de Proteção em 2011, assim foi vasculhada a trajetória dos encaminhamentos, no qual não pôde ser concluído devido ao

não comparecimento da interessada. Se fez, então, um documento de relato do encaminhamento, que foi arquivado, para que possa ser acessado.

RESULTADOS

Quanto aos resultados quantitativos, conforme Tabela 1, recolheu-se números durante o período de realização do projeto que refletem sobre os atendimentos em nível geral de atuação. No período de julho de 2017 a julho de 2018, conferindo 1 ano de experiência em pesquisa-ação, contabilizou-se mais de 3 mil atendimentos a adolescentes, familiares e profissionais, sendo que quanto ao público-alvo específico, realizaram-se 2.379 abordagens.

Tabela 1 – Resultados gerais

	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17
Acumulado	99	367	581	1.055	1.447	1.651
Total	99	268	214	474	392	204
Adolescentes	58	71	47	420	341	197
Familiares	0	24	6	0	11	7
Profissionais	41	173	161	54	40	0
Novos Atendimentos	58	42	28	144	87	0
Adolescentes	58	42	28	144	87	0
% sobre mês	58,6%	15,7%	13,1%	30,4%	22,2%	0,0%
% sobre total	58,6%	11,4%	4,8%	13,6%	6,0%	0,0%

Encaminhamentos	0	12	9	15	49	15
% sobre mês	0,0%	4,5%	4,2%	3,2%	12,5%	7,4%

Cont.

Conclusão

	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	Total
Acumulado		1.696	2.055	2.365	2.673	2.907	3.026	
Total		45	359	310	308	234	119	3.026
Adolescentes		0	344	306	264	222	109	2.379
Familiares		0	6	2	39	1	5	101
Profissionais		45	9	2	5	11	5	546

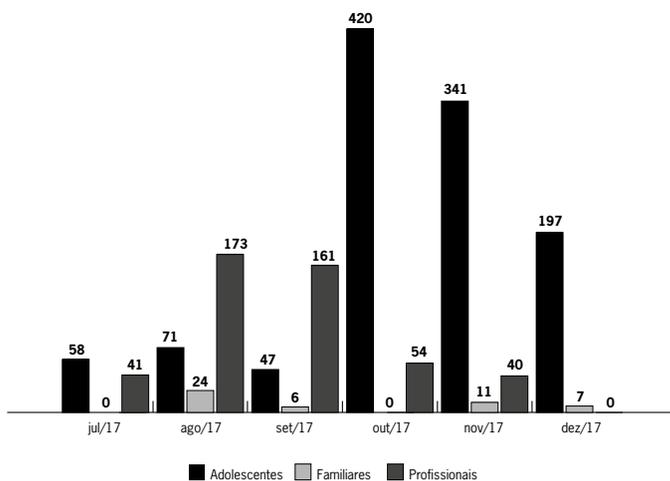
Novos Atendimentos		0	114	83	56	100	24	736
Adolescentes		0	114	83	56	100	24	736
% sobre mês		0,0%	31,8%	26,8%	18,2%	42,7%	20,2%	
% sobre total		0,0%	5,5%	3,5%	2,1%	3,4%	0,8%	

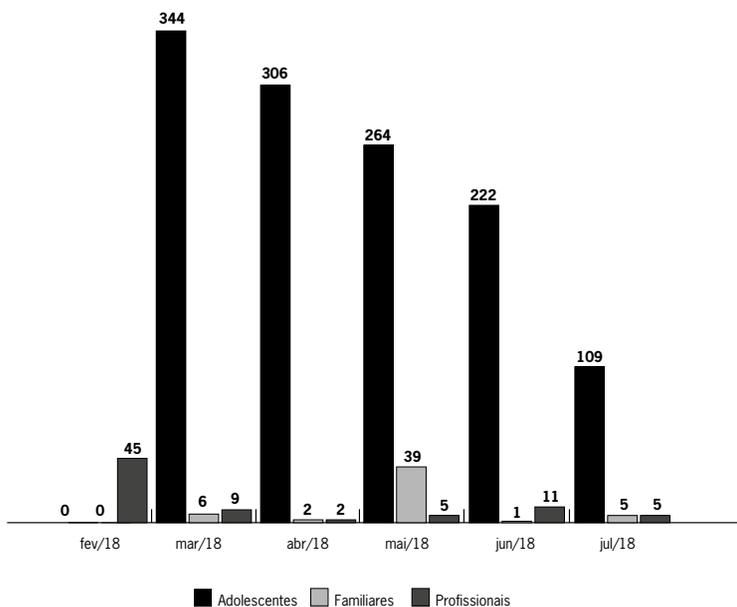
Encaminha- mentos		0	43	94	3	13	0	253
% sobre mês		0,0%	12,0%	30,3%	1,0%	5,6%	0,0%	

Fonte: Relatório Projeto Conexão Jovem

No Gráfico 1, estão demarcados os atendimentos de acordo com o público, separado pelo mês de atuação.

Gráfico 1 – Atendimentos realizados por público

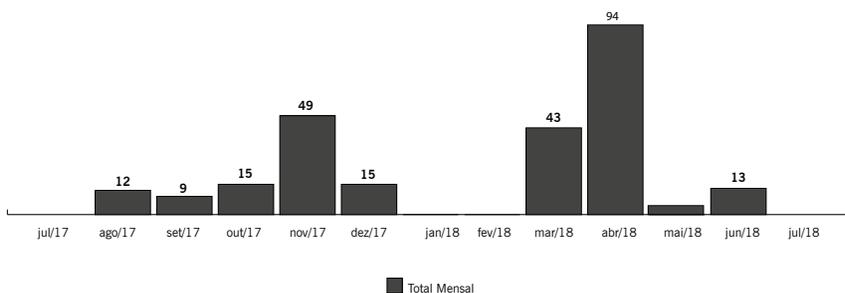




Fonte: Relatório Projeto Conexão Jovem

O Gráfico 2 é referente à evolução histórica dos encaminhamentos realizados durante a execução do projeto:

Gráfico 2 – Encaminhamentos mensais



Fonte: Relatório Projeto Conexão Jovem

Considerando as metas não alcançadas relativas aos encaminhamentos do Projeto Conexão Jovem, gostaríamos de justificar considerando os pontos abaixo:

1. Como o projeto teve seu público-alvo concentrado em escolas, centros educacionais, ONGs e projetos sociais, o potencial de encaminhamentos se reduziu, tendo em vista que os adolescentes já se encontravam institucionalizados;
2. Dificuldades na articulação com a rede de atenção psicossocial no território;
3. Impossibilidade de levantar a expectativa de encaminhamento perante a comunidade e nos espaços de atuação, considerando a falta de um fluxo próprio ao qual o Conexão Jovem estaria integrado;
4. Mudança de perspectiva do projeto de prevenção terciária para prevenção primária e secundária.

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

A equipe do projeto Conexão Jovem, composta por profissionais da Filosofia, Serviço Social, Psicologia e Ciências Sociais, durante o período de aplicação da proposta metodológica, tanto no seu desenvolvimento quanto na execução, embrenhou-se no território com o propósito de conhecer e participar das dinâmicas da comunidade. Utilizando essa proximidade entre equipe e moradores, foi possível verificar o funcionamento dos serviços vinculados à rede pelas vias de acesso oferecidas aos seus usuários, buscando também oportunizar um espaço de escuta das demandas da população.

O funcionamento dos dispositivos entre a rede, a comunidade da Vila Torres e as escolas da região foi potencializado pelo projeto Conexão Jovem, tanto no caráter da assistência social como na efetividade das ações realizadas. Todas as questões que permeiam essa dinâmica foram percebidas, analisadas e debatidas pela equipe do Conexão Jovem, a fim de propor melhorias e pareceres técnicos acerca dos pontos de fragilidade identificados na relação entre população e serviços públicos. Para isso, é preciso compreender a noção de território, questionando seu caráter social, político e econômico, que definem as correspondências que nele se realizam. Para isso, como ponto de partida, tomamos os equipamentos públicos e privados de serviços voltados à comunidade.

O território da Vila Torres, com suas múltiplas dimensões, pode ser compreendido primeiramente como uma área irregular ocupada na década de 1950, onde os moradores originais da comunidade não adquiriram os imóveis de maneira formal, fazendo ocupação dos terrenos desordenadamente. O surgimento da Vila Torres deu-se no processo de desenvolvimento do município como uma zona de periferia, já que o distrito de Curitiba tinha menor área de extensão. A Vila também chama atenção por estar no coração da capital paranaense, 16ª cidade mais desigual do mundo segundo a ONU, retratada por seus ícones que lhe dão o título de cidade modelo e que ocultam o outro lado da dialética da sociedade urbana: as vilas e favelas.

Ainda sobre a questão do território, Santos (1987, p. 81) revela que sua riqueza se dá por uma série de elementos, afirmando que:

[...] cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Partindo desse entendimento sobre território, observa-se que a população da Vila Torres sofre muitas estigmatizações, sendo fundamentadas em especial pelo lugar onde vivem. Os moradores relutam constantemente para que esses estigmas se desfaçam, sendo eles também um obstáculo que dificulta ou impossibilita a acessibilidade e cidadania dentro de sua região e município no geral. Se esses impedimentos se modificassem, o morador poderia sentir-se mais pertencente à sua cidade, usufruindo e vivenciando de forma aberta o que seu território pode promover.

Isso evidencia a desterritorialização em que sofre a população, em que os residentes compreendem que sua zona de origem não tem mais valor por conta do sentimento de abandono comunitário, idealizando que sair de seu território de nascimento proporcionará melhor qualidade de vida. Quando a comunidade não se reconhece pertencente ao seu território, não compreende suas próprias demandas e não recebe assistência, as organizações da sociedade civil tornam-se muito fragilizadas para sua incorporação e efetividade, tornando quase inviáveis a resolução dos problemas recorrentes aos abusos e violação de direitos.

Para Bourdieu (1989), o território é uma realidade concreta e física que serve de referência para seus habitantes, desmistificando os pressupostos de espaços geográficos advindos das relações entre a população e estado, sobretudo na mira do poder econômico e político nas suas mais diversas formas. Portanto, os moradores sofrem com uma variedade de contingências decorrentes das disputas de liderança, comprometendo a relação entre usuários e dispositivos de referência do território.

O que se percebeu nesse período de contato junto às entidades públicas, para além das relações de poder, compreendendo tanto a escola quanto os dispositivos da rede, foram as resistências de algumas lideranças em aceitar novas propostas de projetos, como o Conexão Jovem, que está vinculado à Pontifícia Universidade Católica do Paraná e à Prefeitura de Curitiba, ambas com históricos significativos de atuação na Vila Torres. Em alguns espaços as relações foram mais restritas, o que demanda atuação cooperativa e coletiva devido às competições por espaço ou poder.

Tendo isso em vista, compreende-se que a promoção de espaços com potencialidades artísticas, esportivas e culturais são fundamentais para a atual conjuntura da Vila Torres, que ainda vive um cenário de grande vulnerabilidade, não somente social ou econômica, mas também sofrendo as contingências da violação de direitos fundamentais.

Assim sendo, as equipes de saúde devem atuar na busca ativa como forma de vinculação e aderência ao tratamento, para assim motivar uma referência territorial mais consistente, favorecendo a relação entre moradores e os equipamentos públicos, estimulando o conhecimento do território por parte das equipes para que assim se conceba as fragilidades da população de maneira mais abrangente.

O Conexão Jovem trabalhou no desenvolvimento de atividades que promovessem a cidadania, voltando o olhar para dentro da comunidade, utilizando a arte e cultura como ponto de partida para a tomada de decisão e consciência sobre o território. Inúmeras dificuldades foram identificadas nos encaminhamentos destinados a espaços de contraturno, esporte ou lazer, e também na promoção de serviços realizados por ONGs da região. Uma alternativa, como oportunizado no Clube de Mães, é o aproveitamento das potencialidades dos moradores, organizando encontros onde a população possa realizar trocas entre si, tanto com atividades esportivas que envolvem crianças, adolescentes e adultos, como o Projeto Magia do Boxe, quanto em oficinas voltadas para a economia solidária.

No território da Vila Torres existem serviços psicossociais realizados por instituições não governamentais, como o Centro Social Marista Propulsão, entidade referência da rede Marista de Solidariedade, especializada no atendimento a jovens que estiveram ou estão em tratamento por conta do uso abusivo de álcool e outras drogas, voltado para o público entre 14 e 18 anos.

Mesmo com o trabalho promovido por entidades privadas ou da organização civil, onde o trabalho individual junto com o jovem acontece, ainda há fragilidade no acesso a serviços relacionados ao atendimento familiar, pois seu alcance é insuficiente para a atenção em grande escala, havendo necessidade de ampliação do público, no desenvolvimento de estratégias junto com a família, possibilitando maior abrangência na atenção psicossocial de acordo com suas urgências no território.

O que se sugere é um planejamento estratégico no qual as realidades locais sejam um ponto de partida na construção de ações comunitárias promovidas pelos seguimentos da assistência pública, e não apenas ações já propostas que em maior parte são incompatíveis com a vivência dos moradores, em relação ao contexto territorial, suas organizações, assembleias, e participação dos representantes da comunidade.

Quanto à Rede de Proteção, seu principal papel é atuar de maneira integrada na promoção de ações em prevenção e redução da violência contra crianças e adolescentes no município, principalmente em suas regiões mais vulneráveis. A rede promove a defesa dos direitos que estão articulados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde seus principais eixos de

atuação visam a identificação da situação de violência, oferecendo atendimento necessário à vítima e à família, diminuindo a reincidência da violência e monitorando as situações de violação de direitos, assim também desenvolvendo ações voltadas para a prevenção da violência (Protocolo Rede de Proteção, 2008). A ação preventiva é compreendida como estratégia fundamental de combate efetivo ao cerceamento de direitos humanos que envolvem as periferias da cidade, considerando que a prevenção aumenta a proteção dos habitantes no território.

Ainda no Protocolo da Rede de Proteção (2008), são classificados os tipos de atuação que compõem ações preventivas, sendo elas:

- Prevenção Primária: sensibilização dos profissionais e da comunidade a respeito de medidas preventivas da violência. Tem como objetivo principal a não ocorrência do fenômeno. São fatores preponderantes para a implementação de políticas públicas.
- Prevenção Secundária: identificação da violência e as estratégias para a intervenção precoce, impedindo atos de violência ou evitando reincidências.
- Prevenção Terciária: atendimento e acompanhamento da criança ou do adolescente, de sua família e do autor da violência.

As ações preventivas direcionadas à questão da violência são permeadas por temas não só relacionados à violação de direitos, mas também ao uso e abuso de substâncias psicoativas, como também o envolvimento no tráfico de drogas. Para isso, a atuação da Rede de Atenção Psicossocial deve ser direta e efetiva nos casos.

A política de atenção aos usuários de drogas no âmbito de atuação do Ministério da Saúde está integrada às propostas elaboradas pela Área Técnica de Saúde Mental/Álcool e Drogas, articulando com as demais áreas do próprio ministério. Também estão em consonância com os princípios da política mental vigente do Ministério da Saúde, regulamentada pela Lei Federal 10.216 (BRASIL, 2001) sancionada em 6 de abril de 2001, constituindo a política de Saúde Mental. Visando minimizar riscos e danos associados ao uso e abuso de drogas, as estratégias de redução de danos estão amparadas

pelo artigo 196 da Constituição Federal, que define a saúde como direito de todos e dever do Estado, cujas políticas sociais e econômicas devem reduzir o risco de doença e outros agravos, e as estratégias de redução de danos devem incluir ações de saúde preconizadas pelo Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde publicou portarias para a estruturação dessas políticas, sendo elas: Portaria GM/MS nº 336 de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002), que define normas e diretrizes para a organização de serviços que prestam assistência em saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, os CAPS-AD; Portaria SAS/MS nº 189 de 20 de março de 2002, que amplia a Portaria GM/MS nº 336 e cria “os serviços de atenção psicossocial para o desenvolvimento de atividades em saúde mental para pacientes com transtornos decorrentes do uso prejudicial e/ou dependência de álcool e outras drogas” (BRASIL, 2002). Direcionado para a reabilitação e reinserção social dos usuários, o Ministério da Saúde no âmbito do SUS instituiu o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, via Portaria GM/MS nº 816 de 30 de abril de 2002 (BRASIL, 2002).

Assim, em 2011, é instituída a Rede de Atenção Psicossocial, amparada pela Portaria nº 3.088, tendo a atenção voltada para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). As ações dessa rede voltam-se ao respeito da dignidade da pessoa humana a fim de obter a promoção de saúde necessária, combatendo os preconceitos e possíveis estigmas, de modo a não deixar os usuários à margem da sociedade. Assim, objetivam assegurar o acesso de qualidade à assistência médica, psíquica e social, com atendimento multidisciplinar e integralizado, pois a humanização é o foco a ser alcançado com estratégia do autocuidado. Também defende a promoção de ações educativas e preventivas, entendendo que o consumo de drogas pode trazer transtornos mentais e sociais que carecem de tratamento terapêutico integral. Deve promover o acesso à atenção psicossocial da população nas unidades básicas de saúde, tratando o problema do consumo de drogas como uma questão social, tendo as famílias como ponto de apoio ao tratamento, articulando e integrando os pontos de atenção das redes de atendimento.

Portanto, tendo em vista toda sua estruturação, a Rede de Atenção Psicossocial deve assegurar o atendimento nas dimensões da prevenção primária, secundária e terciária, englobando a comunidade, as famílias, crianças, adolescentes, e idosos, a fim de promover o desenvolvimento dos espaços de convivência entre toda a população, garantindo acesso a saúde, educação, moradia, lazer e cultura.

Ainda sobre prevenção:

O objetivo das ações preventivas devem ser o empoderamento das famílias, a fim de que se tornem competentes e capazes, em vez de criarem dependência de profissionais e de sistemas de ajuda. O empoderamento acontece quando os integrantes do sistema familiar são tratados com respeito, dignidade e confiança, e quando são usadas técnicas de escuta empática e reflexiva como formas de compreender e apoiar as famílias. Intervenções efetivas são aquelas positivas e proativas, voltadas não só para a identificação de pontos de vulnerabilidade, mas também para os recursos disponíveis (Protocolo Rede de Proteção, 2008).

Quanto a isso, cabe ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) recuperar esta relação, sendo este da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias, realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva; possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários. Desse modo, indica-se a consolidação das propostas de programas educacionais que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, sobretudo a Educação em Direitos Humanos (EDH), para a garantia de seus direitos e construção de autonomia e participação ativa no pertencimento ao território.

Na Resolução nº 1 do Ministério da Educação, de 30 de maio de 2012, que instaura as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, seu Art. 2º refere-se à EDH como o uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas; no Art. 3º estabelece como finalidade a promoção da educação para a mudança e transformação social; e no Art. 5º entende como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural (Brasil, 2006). Isto posto, fica evidente o grande potencial de mudança na comunidade que programas socioeducacionais têm competência de oportunizar, principalmente quando pautados na Educação em Direitos Humanos, oferecendo espaço para a escuta dos problemas e necessidades em relação aos direitos fundamentais do cidadão no território.

O ambiente escolar ainda é o espaço de maior concentração do público infantojuvenil, onde seus espaços possuem grande potencialidade de acolhida e adesão a projetos socioeducativos, culturais e esportivos, assim como espaços reflexivos sobre questões que permeiam a juventude periférica. Contudo, o investimento em atividades efetivas nesse ambiente ainda é insuficiente, tanto pela própria escola, que amiúde ignora o potencial de seus encontros, quanto pelo investimento público em projetos que trabalhem com a narrativa da Educação em Direitos Humanos e Redução de Danos, daí o mérito de projetos como o Conexão Jovem, em que se possibilita um diálogo mais aberto, principalmente sobre temas que permeiam o uso de drogas, para que assim o jovem que vivencia essas questões seja acessado, oferecendo um espaço de escuta dentro do ambiente que lhe é habitual.

Não compete à equipe pedagógica da escola fornecer atendimento de demandas específicas de seus alunos, como o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, que é frequentemente observado entre os alunos, cabendo à rede essa prestação de serviço e acolhimento de casos encaminhados pela escola. Atualmente a escola encontra-se diante de um desafio, no qual educar para a prevenção parece ser a melhor alternativa para o enfrentamento do consumo de drogas. O ato de prevenir dentro desse espaço é separado por

três níveis, onde a prevenção primária busca intervir antes que o consumo de drogas ocorra. Cabe à instituição escolar oportunizar o conhecimento sobre um estilo de vida saudável. A prevenção secundária destina-se aos estudantes que apresentam uso leve ou moderado de drogas. A prevenção terciária destina-se ao aluno que já está no uso abusivo, em que a função da escola é prestar auxílio ao aluno no apoio e recuperação, reintegrá-lo na escola, no grupo de amigos, na família. Novamente não compete à escola o tratamento, mas sim encaminhar adequadamente o caso.

Também se leva em conta a formação dos professores que atuam na rede pública, onde os métodos de ensino por vezes são desatualizados em relação à nova juventude, tolhendo o possível diálogo sobre drogas entre professores e alunos. Com isso, é evidente a necessidade da oferta de formação continuada para a equipe de profissionais, oferecendo formação sobre as diretrizes de políticas para a infância e adolescência, em queo entendimento e assimilação das questões relacionadas ao uso e abuso de drogas e suas decorrências, como o envolvimento no tráfico de drogas e no trabalho infantil, mas também sobre a cultura da paz e mediação de conflitos dentro da escola, pode proporcionar novas formas de vinculação junto ao jovem, diminuindo as tensões provocadas pelo ambiente pouco acolhedor, melhorando assim não só a convivência entre alunos e professores, mas também o envolvimento da escola com sua comunidade.

A entrada de jovens ao tráfico de drogas, por exemplo, acaba sendo fermentada pela falta de políticas públicas voltadas à melhora da qualidade de oferta dos direitos sociais. Sem projetos de referência, que soem como oportunidade efetiva de melhoria de qualidade de vida, que possam gerar trabalho e renda para a família, a juventude procura dentro da comunidade vias de referência nesse sentido, que apresenta uma rede de serviços sem registro na carteira de trabalho como fonte de renda. O mais rendoso deles, porém violento e perigoso, é o tráfico de drogas. A falta de alternativas e oportunidades artísticas, educacionais, culturais e esportivas, acaba expondo mais os jovens ao tráfico e ao trabalho infantil como opção de ajuda no sustento da família. O uso abusivo de drogas acaba tornando-se corriqueiro quando não há uma atenção psicossocial que ajude a lidar com a realidade e ampliar o leque de opções e oportunidades de crescimento pessoal, social e profissional.

Quanto à insuficiência nas ações preventivas, estas se amplificam e ficam mais complexas nos âmbitos de ações secundárias e terciárias. Quando se identifica a situação de uso abusivo de drogas, ou de envolvimento no tráfico, não existe nenhum serviço de referência na comunidade como proposta de atendimento e resolução desses casos no âmbito das políticas públicas. Faz-se necessário o desenvolvimento de alternativas para a juventude que está envolvida no tráfico, vulnerável e exposta à violência e ao alto índice de mortes violentas. Para uma maior efetividade em ações de prevenção, é preciso fomentar e desenvolver projetos e programas, como em modelos já existentes, a exemplo do Centro Social Marista Propulsão, ampliando a cobertura e acesso às famílias, e não só ao jovem, para uma possibilidade maior de atendimento das principais demandas das famílias da comunidade.

Ao final do projeto Conexão Jovem, é nítido também que há sérios problemas na descontinuidade de projetos sociais de criação de vínculo e prevenção. Se o projeto busca o fortalecimento entre comunidade e serviços públicos, programas sociais, escolas, CRAS, saúde preventiva; se não há essa responsabilidade na continuidade de projetos semelhantes, o vínculo criado se quebra. Contando com a avaliação das escolas e famílias envolvidas, é possível observar que o projeto Conexão Jovem despertou grandes expectativas de potencialidade em programas interdisciplinares e de atenção psicossocial, porém sua descontinuidade provoca mais distanciamento entre população e órgão públicos.

Nas ações preventivas, seguindo os dados obtidos e a análise e discussão entre os profissionais envolvidos na equipe do projeto Conexão Jovem, recomenda-se o aperfeiçoamento técnico nos seguintes eixos de atuação:

- **Ampliação da Rede de Atenção Psicossocial:** ampliar o atendimento às famílias da comunidade, fortalecendo os vínculos, investindo em projetos entre as escolas, os representantes da comunidade, a população e a rede.
- **Estratégias de busca ativa:** Facilitar e ampliar os acessos da comunidade aos serviços públicos voltados a direitos sociais; fortalecer os programas e políticas públicas no território; levantar as demandas de maneira mais ampla, com um olhar interdisciplinar

e atuando dentro da comunidade, indo até as famílias, ofertando projetos no âmbito social.

- **Formação continuada para professores, em Educação em Direitos Humanos:** Promover a formação dos professores e profissionais voltada para a Educação em Direitos Humanos, capacitando para lidar com os casos de violação a esses direitos que aparecem no cotidiano. Os professores precisam saber como e para onde encaminhar cada demanda. Em práticas educacionais, é preciso o diálogo sobre uso de drogas, no sentido da formação do desenvolvimento infantojuvenil.
- **Fortalecimento da rede:** É necessário que os órgãos e instituições incumbidos de cada caso específico estejam estruturadas e preparadas para o atendimento de apoio às escolas, como também à comunidade, atendendo com amplitude as demandas, contando com profissionais de diferentes áreas do conhecimento.
- **Incentivo e oferta de projetos semelhantes ou parecidos com o Conexão Jovem:** É preciso um trabalho cíclico, rotativo e contínuo na comunidade, para o fortalecimento de vínculo e para o atendimento de diferentes demandas preventivas, antes que se tornem caso secundários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Conexão Jovem demonstrou-se inovador e efetivo em suas práticas educacionais. Unindo elementos da arte, presentes no cotidiano de vida das crianças e jovens, dialogando em uma proposta de Educação em Direitos Humanos, os educadores do projeto promoveram encontros e debates pautados em uma educação não formal, distanciando-se da formalidade dos conteúdos e calendários escolares de ensino, o que possibilitou uma maior abrangência de temas e um foco maior no acolhimento de demandas, assim como a criação de um vínculo de confiança e aproximação entre educadores e jovens.

Deste modo, reconhecemos a importância do Projeto Conexão Jovem no atendimento com crianças e adolescentes que enfrentam divergências

familiares e não contam com nenhuma rede afetiva. Nesse sentido, o atendimento nas atividades não apenas se comprometia com a atenção humanizada, mas também na troca dos afetos e da gentileza, pois compreende-se que a percepção mais aguçada nas relações possibilitava atingir a causa do problema de maneira mais global, no qual esse olhar integral para as crianças e adolescentes precisava ser motivado e fortalecido constantemente. Com o passar do tempo, observa-se profissionais muitas vezes desacreditados de sua atuação, embrutecidos pelos dilemas enfrentados diariamente. No transitar da infância para a adolescência é que se absorve os principais afetos, deste modo, quanto maior a amorosidade e abertura para os atendimentos e compreensão das dificuldades, maior a chance de executar um trabalho com efetividade e estimulação. A sensibilização deve ser constante para os profissionais da rede, com formação atualizada para que o preconceito e o moralismo não impeçam o avanço do trabalho em equipe, evitando agravos e fragilidades emocionais de todos os envolvidos, sendo até previsto pelo protocolo da Rede de Proteção como uma proposta de prevenção ações que possam promover a resiliência nas crianças que enfrentam traumas familiares. Portanto, os profissionais são aqueles que não podem inverter esse papel, necessitando de cuidado em equipe para que o trabalho seja mais efetivo com os públicos atendidos.

REFERÊNCIAS

CURITIBA. Secretaria Municipal da Saúde. *Protocolo da Rede de Proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para a violência*. Curitiba, 2008.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. *Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Diário Oficial da União, seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. *Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem*

crescente de porte/complexidade e abrangência populacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 fev. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. *Legislação em saúde mental: 1990-2004*. 5. ed. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 340 p. il. (Série E. Legislação de Saúde).

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Guia Estratégico Para O Cuidado de Pessoas Com Necessidades Relacionadas Ao Consumo De Álcool E Outras Drogas: Guia AD*. Brasília, 2015.

GUARÁ, I. et al. *Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. São Paulo: IEE/PUC – SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 16, n.1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de Danos e Saúde Pública: Construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 1, janeiro-abril, 2011, pp. 154-162.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Saúde. Diretoria Vigilância. Epidemiológica. *ABC Redução de Danos*. – Florianópolis: SES, 2003.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVEIRA, J. Assistência Social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n130/0101-6628-ssoc-130-0487.pdf>.

SOTTO MAIOR NETO, O. de S. *Introdução: Programa de Fortalecimento das Bases de Apoio Familiares e Comunitários nas Escolas - Estatuto da Criança e do Adolescente*, Piraquara PR, 2004.

SPINOZA, B. de; TADEU, T. *Ética*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ANEXO A - METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO CONVERSANDO SOBRE DROGAS, MÚSICA E CIDADANIA: METODOLOGIA PRÁTICA

APRESENTAÇÃO

A intervenção, embasada nos fundamentos das estratégias de Redução de Danos, na área da proteção e prevenção primária e secundária, teve como objetivo desenvolver intervenções que visem vincular adolescentes a atividades artísticas e culturais que promovam a diminuição da vulnerabilidade relacionada ao consumo de droga. “As ações de prevenção consideradas mais eficazes são aquelas que atuam na interação, objetivando minimizar os fatores de risco e maximizar os fatores de proteção que ampliam a coesão social” (BRASIL, 2015, p. 49).

Tal proposta seguiu alguns princípios, tais como a deliberação, o protagonismo, a autonomia, a coparticipação e a corresponsabilidade. Com isso, há um efeito da coprodução de saúde, visto que regras de condutas são criadas e adotadas a partir do encontro e do vínculo do grupo, bem como a criação de redes de cooperação, as quais definem um “território existencial para os usuários de drogas” (PASSOS e SOUZA, 2011, p. 161). Busca-se, ainda, ampliar as ofertas de cuidado dentro de um cenário deliberativo e de construção conjunta.

Metodologicamente, está sistematizada em quatro módulos de ação, que pressupõe temáticas que envolvem diferentes estilos musicais, sendo cada um deles – Funk, Reggae, Música Eletrônica e Hip-Hop – mediadores de diálogo, debate, reflexão e construção do pensamento crítico sobre as vulnerabilidades associadas ao consumo de drogas.

As ações artísticas e culturais que se utilizam da música como meio de comunicação e expressão humana podem ser compreendidas “como sistemas simbólicos especiais e tipos de ação social, como um quadro inato específico

de capacidades cognitivas e sensoriais que os seres humanos estão predispostos a usar na comunicação e na produção de sentido do seu ambiente” (BLACKING, 2007, p. 202). A música é uma capacidade humana, que favorece a construção de sentidos, potencialmente capaz de promover o fortalecimento dos laços sociais, além do protagonismo e participação social. O fazer musical é também uma ação social que pode promover a superação do cotidiano, construindo alternativas criativas de enfrentamento às situações de vulnerabilidade e risco social. Assim, as estratégias de ação artísticas e culturais são possibilidades de amenizar as vulnerabilidades sociais e o risco do desenvolvimento do uso e abuso do álcool e outras drogas.

Este material foi pensado como uma espécie de relato de prática para auxiliar pesquisadores, educadores e entidades que estão buscando o trabalho de educação em direitos humanos e redução de danos com adolescentes e jovens. O material contém informações básicas baseadas na prática do projeto conexão jovem.

MÓDULO FUNK

Objetivos

- Contextualizar historicamente a origem e expressões que o funk produz;
- Instigar a discussão por meio do sorteio de trechos de músicas, correlacionando redução de danos, racismo, violência, preconceito, discriminação, sexualidade e drogas;
- Promover reflexão acerca da temática (funk) e sua relação com o uso de substâncias psicoativas e comportamentos de risco.

*“Era só mais um Silva que a estrela não brilha,
ele era funkeiro, mas era pai de família”*

(Bob Rum, Rap do Silva)

O funk faz parte de uma construção histórica, manifesta como produto do cotidiano da juventude negra dos bairros pobres brasileiros. No Brasil passou a ter maior visibilidade na década de 70, com os “bailes da pesada”, nas casas de shows na zona sul do Rio de Janeiro. Com a disseminação do estilo musical pelo Brasil, foram surgindo movimentos de repressão, denominados “funk proibidão” que implicam em intervenções da polícia e do Estado, para impedir que os bailes funks aconteçam. Apesar de ser um ritmo considerado como marginal, que é produzido por grupos que estão à margem da sociedade, “a nacionalização do funk aconteceu com o disco do DJ Marlboro, em 1989, que, com o passar do tempo, foram introduzidos instrumentos originários do samba, como atabaque e o tamborim, que foram importantes para a origem do funk carioca” (RODRIGUEZ et al, 2011, p. 417), de maneira que teve influências das culturas afrodescendentes brasileiras e estadunidense.

O debate em torno do funk, enquanto manifestação histórica, artística e cultural, não pode deixar de considerar que o Brasil passou por uma escravatura que gerou desigualdades estruturantes, contribuindo para a discriminação, preconceito, vitimização e violência contra a população negra. Barros (2014) afirma que a questão das desigualdades e das diferenças são visões construídas em cada momento histórico e podem ser “empregadas para libertar ou para oprimir, para fazer arte ou para impor destruição”.

Dados alarmantes demonstram a violência voltadas para a juventude negra e pobre no Brasil, que legitima o funk como um ritmo musical relacionado à questão da segurança pública. “A territorialidade das favelas, desenhada por grupos ligados ao tráfico de drogas, se expressa em letras de funk proibido de facção” (RODRIGUEZ et al, p. 415, 2011). Segundo este autor, estas músicas são a expressão de uma cultura relativa à juventude urbana negra e pobre que desenham cenas do cotidiano das favelas e bairros desconhecidos para boa parcela da população, tecendo assim laços de pertencimento relativos às identidades étnicas e raciais.

O funk é, portanto, a “voz que vem das comunidades pobres”, como uma possibilidade de denúncia e de protesto sobre a realidade vivida, contudo, o lugar que esta manifestação cultural ocupa na sociedade, em grande parte, é associada pela mídia ao crime, sexo, violência, drogas e marginalização

do negro. Amaral (2011) traz contribuições importantes sobre a questão do conteúdo das letras do funk e os temas transversais à questão estruturante da discussão sobre o racismo e preconceito, que são atravessados pela questão das drogas, gênero, cor da pele, sexualidade e o crime organizado. “O funk recorre a uma imagem ‘escrachada’ da sexualidade, pondo a nu o que há de mais depreciativo sobre a mulher, como uma forma, justamente, de pôr em questão o machismo brasileiro”.

Portanto o cenário vivido e expresso por meio das experiências artísticas, culturais e do funk é o território onde as heranças históricas permeiam a realidade concreta, de um sistema marcado por desigualdades profundas que reproduzem a opressão, violência, racismo e preconceito. A música, torna-se uma possibilidade de denúncia, posicionamento e protagonismo social, capaz de favorecer o contraponto histórico da juventude negra, na medida que vocaliza por meio do canto/dança, seu cotidiano.

Etapas do desenvolvimento da intervenção - Funk

Por ser uma primeira aproximação com os adolescentes, apesar de ser um ritmo bastante ouvido e consumido por eles, é necessário que, para iniciar a atividade, faça-se uma rodada de apresentação, na qual perguntamos o nome, idade e quais os gostos que os adolescentes têm. É importante também que a equipe participe da roda de apresentação, permitindo que os jovens conheçam a equipe e compreendam que a intenção é a de promover um ambiente de troca em que as experiências e diferentes posições dos alunos serão respeitadas.

Antes de iniciar a conversa em roda, trabalha-se em todo encontro com a ambiência, em que algum elemento, além da música, possa trazer a ideia principal que será trabalhada em cada encontro. A atividade de funk assim como as vinculadas a outros estilos musicais tem uma metodologia e etapas pré-definidas, no entanto, cada atividade ocorre de maneira diferente pois surgem contribuições diferentes vindas dos alunos. Dessa forma, a sistematização serve como base para aplicação da atividade, mas não deve abrir mão da flexibilidade para que os alunos se sintam acolhidos e contribuam e participem ativamente das discussões.

Etapa 1 - História e contextualização do funk

Após as devidas apresentações, um integrante da equipe de aplicação da atividade irá tomar a frente como mediador da conversa inicial, contextualizando as origens do funk, baseadas principalmente na biografia do cantor James Brown, escrita por R. J. Smith. É interessante nesse relato trazer a questão da Revolta de Stono, a proibição do tambor devido ao acontecimento, e a reintrodução dos instrumentos de percussão na música negra americana feita por James Brown, criador do funk. Além dessa contextualização, é preciso trazer os significados da palavra funk e relacionar a arte como expressão de algo que acontece nas comunidades, nesse caso a comunidade negra e a hipererotização de corpos negros.

Após essa narrativa inicial mais relacionada à origem do estilo, é feita uma contextualização crítica-histórica, demonstrando como o estilo perdeu força e foi se reinventando até chegar ao funk carioca como conhecemos atualmente.

Etapa 2 - Roda de conversa

A roda de conversa ocorrerá através do uso de trechos de letras de músicas de funk. Na seleção dessas letras, que deve ser feita antes da intervenção, é interessante priorizar músicas que estão entre as mais tocadas, e que tenham letras que permitam a reflexão da questão de uso de drogas, relações sexuais e machismo. Por vezes, os alunos poderão ter algumas músicas que eles lembrem a partir da conversa e podem ser colocadas para tocar para pensar a letra da música que eles mesmos indicarem.

No entanto, é necessário ter selecionado trechos de músicas a serem problematizados antes da atividade, e ter esses trechos colocados em papéis. Após a contextualização histórica sobre o funk ser feita por um mediador, a sala será dividida em grupos e cada grupo irá receber um trecho de uma música. Cada grupo será instruído a ler o trecho, discutir em grupo para em seguida compartilhar as opiniões na roda de conversa, em que se formará novamente um grande grupo de conversa. Dá-se um tempo de cinco a dez minutos para que conversem sobre o trecho enquanto os integrantes do grupo que aplica a intervenção interagem com os grupos sanando dúvidas e ajudando nas reflexões. Sobre essa separação em grupos, é recomendável que

o mediador da conversa distribua esses grupos, pois os alunos podem ficar na zona de conforto e formarem grupos com os colegas que já são próximos. A distribuição pode ser feita dando um número de um a quatro aleatoriamente para os alunos em seguida se reunirem entre os números iguais.

Etapa 3 - Fechamento

No fechamento é importante “sentir” e avaliar como o grupo assimilou o contexto histórico e as temáticas contidas nas letras e cultura do funk contemporâneo e sua relação com o uso de substâncias psicoativas e os “comportamentos de risco”.

MÓDULO HIP-HOP

Objetivos

- Contextualizar o processo histórico dos elementos que compõem o hip-hop (grafite, dança, DJ e poesia rítmica); sua origem e significados através da roda de conversa com o grupo;
- Utilizar um ou mais elementos do hip-hop em uma prática. O Conexão Jovem tem utilizado o *breaking* para uma prática de dança grupal¹ com o intuito de gerar um sentimento de coletividade, e trabalhar os sentimentos de desafio com o adolescente, e como a coletividade pode contribuir para a superação desses desafios;
- Promover reflexões sobre os processos de superação e organização de problemas que as sociedades e os adolescentes vivem, a partir da cultura hip-hop;
- Demonstrar como qualquer atividade humana exigirá resiliência e persistência para o aprendizado.

¹ No Projeto Conexão Jovem, dispúnhamos de um integrante da equipe que dançava e ministrava oficinas sobre *break dancing* (modalidade de dança no hip-hop), portanto incluímos essa prática de dança na oficina. Contudo, em momentos que não dispúnhamos desse recurso, aplicávamos uma dança circular no ritmo de *break dancing*.

O hip-hop surgiu como um movimento cultural na comunidade periférica de Nova Iorque em meados dos anos 1970, mais especificamente no bairro do Bronx. Dessa maneira, surgiu dentro de um contexto no qual os adolescentes viviam um cenário socioeconômico desfavorecido. A população nesses bairros sofria com a intensa atividade do tráfico de drogas e com a violência que se faz presente nos ambientes das chamadas classes mais populares. A saída encontrada nesses bairros se deu quando essa população usou da arte como forma de manifestação do descontentamento perante um sistema e que tende a priorizar as classes dominantes e negligenciar serviços para as classes mais vulneráveis. Desse modo, havia diversas guerras entre gangues urbanas que disputavam territórios fazendo uso de extrema violência.

Com o surgimento do hip-hop, essas gangues se tornaram em grande parte grupos de intervenções culturais dentro das periferias. Houve, a partir disso, a conscientização desses jovens para práticas mais específicas e menos nocivas à própria população, por meio da compreensão de que a realidade que viviam era precária devido à falta de atenção governamental e que continuar a violência somente pioraria esse quadro de vulnerabilidade.

É comum o tema hip-hop ser abordado de forma reducionista, sendo tratado como se apenas um elemento da cultura fosse a totalidade do mesmo. No entanto, na prática, ele funciona dentro de uma lógica coletiva. É constituído de quatro elementos, sendo eles o rap, palavra que vem da expressão *rhythm and poetry*, que significa ritmo e poesia ou poesia rítmica, sendo o rap a manifestação musical do hip-hop; o grafite, que são os desenhos, letras, ou seja, as artes visuais; a dança, *breaking*, dentre elas o *b-boying* ou *b-girling*, o *poping* e o *locking*. Além desses três elementos, faz parte também da cultura hip-hop o DJ, que traz a mixagem e masterização² das músicas nos eventos de hip-hop.

² Em linhas gerais, a masterização é o balancear dos elementos na música, no caso, como os discos de vinil em alguns momentos eram reproduzidos em mono, com a mudança para estéreo, se obtinha alguns efeitos (o som ganhava mais vibração nos corpos). Tradicionalmente, a masterização é utilizada como equalização de áudio. Diferença entre som estéreo e mono. Fonte: <https://blog.bileskydiscos.com.br/2017/01/25/voce-sabe-a-diferenca-entre-som-estereo-e-mono-confira/>. Acesso em: mar. 2018.

Os elementos que fazem parte da cultura hip-hop já eram praticados antes da criação do movimento, da qual participaram especialmente nomes como Grandmaster Flash, Afrika Bambaataa e Kool Herc. O rap foi levado aos Estados Unidos pelos jamaicanos, país no qual já haviam os chamados *sound systems*, com a diferença de que na Jamaica o ritmo era de acordo com a cultura do país, com batidas mais próximas do reggae, e quando esta passa a ser praticada nos Estados Unidos, essas rimas passam a ser acompanhadas por um ritmo funk, ritmo que estava popularizado graças à forte influência dos movimentos contra a segregação racial no país, através de nomes como James Brown, Aretha Franklin e Nina Simone.

O Movimento Hip-Hop configura-se como um movimento social juvenil marcado pelo protesto e pela contestação. Assim como o rap é anterior à fundação do hip-hop como movimento, assim também aconteceu com suas danças. O *breaking b-boying* já ocorria antes de 1974, ano da fundação do movimento. Esse é dividido em três tipos de dança, o *b-boying* ou *b-girling*, que consiste em passos e movimentos acrobáticos, que também sofrem a influência da cultura no qual estão inseridos. Como exemplo, podemos citar a mistura entre o *breaking* e a capoeira no Brasil, a utilização de movimentos de ginástica rítmica, *house*, entre outros, pois a característica do *breaking* é ser híbrido e livre.

Apesar de ter suas origens norte-americanas, o hip-hop feito no Brasil tornou-se totalmente distinto e independente, pois as questões sociais são diferentes. Além do quê, cada vez mais os grupos brasileiros procuram incorporar ingredientes nacionais e locais ao movimento. Como exemplo, em Curitiba, temos o Hip-Hop Pinhão.

O hip-hop no Brasil despontou na periferia de São Paulo e desenvolveu-se ao longo dos anos 80, mas tornou-se popular somente na década de 90. A estação de metrô São Bento, no centro de São Paulo, é considerada o berço e referência da cultura hip-hop no Brasil (Lourenço, 2010).

Com o avanço das tecnologias de mídia e o maior alcance de informação na sociedade em que estamos inseridos, esse movimento cultural passou a fazer parte de várias comunidades em situação de vulnerabilidade pelo mundo todo, ou seja, está inserido no contexto sociocultural de jovens periféricos.

Etapas do desenvolvimento da intervenção - HIP-HOP

ETAPA 1 - História e contextualização do hip-hop em roda de conversa

Para iniciar a intervenção por meio do hip-hop, é necessário, assim como nas outras estratégias, tentar, de certa forma, envolver os adolescentes nessa contextualização para verificar quais os conhecimentos eles possuem sobre essa cultura. Algumas perguntas são feitas de modo a instigar a participação e o ideal é iniciar questionando o que os alunos acham que é o hip-hop. Em boa parte das vezes os alunos respondem essa questão dizendo que hip-hop é um estilo musical. Nesse sentido o aspecto da ambiência que proporciona esse diálogo e compreensão pode ser um spray e a pergunta: “Se hip-hop é música, por que estamos com um spray na mão?”. Assim, os alunos conseguem lembrar do grafite e podemos demonstrar que o hip-hop é um movimento cultural caracterizado por cinco elementos: o rap como expressão musical junto do DJ, o grafite como expressão visual e o breaking como expressão cultural além do conhecimento que como quinto elemento promove os valores da cultura hip-hop que são a paz, o amor, a união e a diversão. Assim como demonstramos no encontro anterior que o funk expressa problemas sociais, demonstramos que o hip-hop expressa também problemas parecidos e inter-relacionados.

Em seguida, é trazida a contextualização histórica do movimento que surgiu através de block parties, festas em que estes elementos estavam presentes e eram impulsionados por moradores da comunidade. O que ocorreu foi uma transição das gangues auto-organizadas na violência, para uma organização cultural. Dessa forma, o que surge é o aspecto relevante do hip-hop como redutor de danos, pois ao fazer atividades culturais os jovens periféricos já não tinham tanto tempo para estarem envolvidos com situações de uso abusivo de drogas, criminalidade entre outras coisas.

Nessa contextualização, é importante trazer noções de que o hip-hop não solucionou o problema que muitas comunidades ainda possuem com a violência, mas serve como uma alternativa contrária a essa lógica de guerra, ao mesmo tempo em que promove a disputa e o conflito através das batalhas de rap, de dança, etc.

ETAPA 2 - Dinâmica Prática de Grupo, dança *breaking*

Na parte prática desta intervenção, utilizamos a dança como elemento. No entanto, é importante perceber a dinâmica do grupo e pensar outras práticas com outros elementos, pois a dança exige uma descontração e uma consciência corporal e emocional que alguns jovens podem ainda não ter desenvolvido e esse fator pode influenciar na qualidade da atividade. Já foram utilizados em outros momentos sprays, tintas, etc para os adolescentes experimentarem fazer desenhos que expressem sentimentos em atividades em que o grafite se torna o elemento necessário para a prática. Podem ser feitas construções de poemas ou músicas rimadas utilizando-se do rap.

Na dinâmica do breaking, são ensinados apenas passos básicos e fundamentos da dança como top rocking (passos em pé), footwork (passos no chão), freezes (acrobacias). Há primeiro um momento em que são ensinados sem música e depois a música é colocada para que os adolescentes, auxiliados pelo mediador, tentem encaixar esses movimentos no ritmo da música.

Após o ensino desses passos, forma-se uma roda em que o mediador entra primeiro e convida o próximo a entrar, até que todos que queiram entrem individualmente nas rodas para executar os passos aprendidos. Aqui, novamente é necessário a flexibilidade de entender os limites e vontades de cada sujeito para que não se sinta obrigado a entrar na roda e ao mesmo tempo não se deixe levar pela vergonha para não fazer algo.

ETAPA 3 - Fechamento

No fechamento, forma-se uma roda para que eles possam compartilhar e ressignificar esse momento da atividade prática. São reforçados aspectos relacionados ao aprendizado e resiliência, além de questionar os participantes sobre os sentimentos que surgem de uma prática como essa em que são colocados no meio de uma roda e acabam tendo que enfrentar sentimentos como vergonha, medo, insegurança. No fechamento, é importante trazer a discussão sobre como alguns sentimentos nos impedem de aprender coisas legais e nos colocam numa rotina que não é saudável, pois devemos ser flexíveis consigo mesmos para ter oportunidade de aprender.

MÓDULO REGGAE

Objetivos

- contextualizar o processo histórico que permeia a cultura Rastafári e seus elementos culturais (música reggae) e sua relação de grupo com uso de maconha. Dinâmica: contato ou fabricação de instrumentos musicais e prática musical percussiva de grupo. Fechamento: reflexão sobre a importância do fortalecimento do grupo e a responsabilidade e diferenças de uso de maconha e suas implicações.

“Até que a filosofia que sustenta uma raça superior e outra inferior seja finalmente e permanentemente desacreditada e abandonada, haverá guerra. (...) até que todos os direitos básicos sejam igualmente garantidos para todos, sem discriminação de raça, haverá guerra”
(War, Bob Marley)

Surgido na segunda metade do século XX, na Jamaica, o reggae conheceu seu auge na década de 1970, através das composições de representantes expressivos como Jimmy Cliff e o lendário Bob Marley, considerados os principais responsáveis por propagar o gênero musical mundo afora.

A história do reggae pode ser compreendida como reflexo da trajetória histórica da ilha caribenha onde nasceu, já que o ritmo é considerado expressão de resistência às recorrentes opressões e dominações sofridas pelos territórios colonizados e duramente explorados pelos países europeus, como aconteceu com a Jamaica.

A “terra das primaveras” ou Xaymaca, como fora batizada pelos povos indígenas que a habitavam, sofreu a dizimação de sua população e a submissão à escravidão imposta aos negros trazidos da África Ocidental. A música (o reggae) e a religião (o Rastafári) foram, então, instrumento de resistência e forma de pregar a paz e a igualdade entre os povos.

Segundo Araújo, o reggae é considerado “um canto de descontentamento do povo, um grito de denúncia em favor da transformação social”

(ARAÚJO, 2004, p. 149). De acordo com Cardoso, depreende-se que o reggae é produto de um contexto musical introduzido por negros escravizados e que “se desenvolveu baseado no ritmo das músicas de trabalho que ajudavam os escravos a sobreviver através de longas horas de esforço” (1997, p. 18).

O ritmo, como hoje é concebido, nasce na periferia jamaicana, representando, desde que surgiu, um som do gueto. Trata-se de um ritmo que conseguiu “mobilizar a população negra, mostrar a insatisfação para com a realidade, a discriminação racial sofrida e criar uma atmosfera de valorização das raízes negras, buscando reverter, assim, a opressão” (ARAÚJO, 2004, p. 149). Carregado de sentidos e valores, o reggae para os jamaicanos não se restringe apenas a um gênero musical, a lazer ou entretenimento, vai muito além; é uma condição de vida que lhes proporcionam um sentimento de patriotismo, de luta e denúncia. A força de sua gente, assim como a de toda a África, é de uma abrangência imensurável que se transporta para todo mundo (Morias & Araújo, 2008, p. 04).

Diante do exposto, compreende-se que o reggae transcende a categoria de gênero musical, representando um estilo de vida e configurando-se como um importante instrumento social e político de representação e visibilidade da população negra, historicamente oprimida. Fundamental compreender, ainda, o movimento rastafári, elemento primordial da cultura jamaicana e que impulsiona o reggae. A filosofia “rasta” converge características religiosas, políticas e musicais, na esteira da busca por paz e igualdade. Foi inspirado nesse ideal que Bob Marley compôs a música *War* acima citada.

O movimento rastafári, expressão especialmente religiosa, carrega íntima relação com a cannabis, popularmente conhecida como maconha – droga ilícita em territórios brasileiros. Isso se dá pelo fato de que seguidores dessa filosofia fazem uso da erva, considerada sagrada, como uma forma de iluminação, onde o consumo é ritualístico, mas que acabou se tornando um problema toxicológico mundial, dada as tendências compulsivas da sociedade ocidental, na qual o uso indiscriminado da maconha compromete seriamente o desenvolvimento das capacidades humanas das crianças e jovens.

Etapas do desenvolvimento da intervenção - Reggae

ETAPA 1 - Acolhida e ambientação

Nos encontros, a acolhida e ambientação é um instrumento que não pode ser menosprezado ou negligenciado. O fato de um ambiente de educação não contar com alguns recursos pedagógicos e didáticos não pode justificar a falta de uma boa acolhida e ambiência, isso porque a acolhida também se dá no olho no olho, no abraço, na recepção da expectativa do novo, daquilo que vai acontecer. A ambiência pode ser entendida como um tratamento dado ao espaço, por mais singelo e simples que for, e deve proporcionar e/ou facilitar uma atenção acolhedora e humana. Esse conceito envolve questões relativas a conforto, privacidade, integração, espaços de “estar”, assim como espaços que propiciem processo reflexivo, inclusivo e participativo. No caso do reggae essa ambiência era pensada em algo sempre ligado à natureza e à diversidade de cores e formas através de tecidos coloridos. Como a atividade do reggae geralmente é realizada no terceiro encontro, os adolescentes já estão habituados a sentarem em círculo, o que colabora com o intuito do encontro trazendo a mensagem implícita de que “ninguém está à frente ou em oposição a ninguém”.

ETAPA 2 - Roda de conversa sobre a temática do reggae

O desenvolvimento da atividade segue com a contextualização do universo do reggae, sua origem, significados e valores em conjunto com o grupo. Algo que sempre perguntávamos ao iniciar era: O que te lembra quando você escuta reggae? Ou, o que te lembra quando vê algo cultural da Jamaica, como as cores, verde, vermelho e amarelo? Os relatos eram, maconha, “chapar”, dançar, curtir, “brisar” e etc. A partir disso trabalhávamos a história, cultura e um pouco da religião Rastafári, explicando que o uso religioso não se resume a “chapar” ou a ficar “doidão”, mas tem uma característica ritualística grupal, que acaba sendo descaracterizada pelo uso abusivo que é feito atualmente. A partir daí se trabalha a importância dos grupos, e como muitas vezes o uso de maconha pode trazer problemas para

o usuário, destacando a importância de desenvolver um lado espiritual da existência sem recorrer a substâncias entorpecentes.

ETAPA 3 - Dinâmica de Grupo³

Como no encontro do reggae trabalhávamos bastante o grupo, ao longo das oficinas realizamos duas abordagens: A primeira consiste na prática com instrumentos musicais de percussão, devido à facilidade de execução.⁴ Antes do encontro algumas músicas são ensaiadas e na hora da oficina o começo das músicas são cantadas e em seguida pede-se para que eles acompanhem o ritmo. O intuito não é fazer uma música “bonitinha e perfeita”, mas obter uma certa sintonia.

A outra possibilidade consiste em reagrupar os adolescentes por afinidade, sempre dividindo grupos em número proporcional, a fim de realizar a criação de um desenho ou “brasão” que simbolizasse a identidade e os valores que seriam essenciais para o fortalecimento do grupo. Ao final, cada grupo apresenta o porquê e como foi pensado cada símbolo e reflete-se sobre a necessidade de criar vínculos saudáveis que não dependam do entorpecimento para existir.

MÓDULO MÚSICA ELETRÔNICA

*“Sabe ontem à noite eu esqueci de você,
mas esqueci de esquecer,
que o que é real não vai morrer.”*

(Sobre Rave - Matheus Dimitru Scutas)

³ O projeto dispõe de uma música terapeuta, com expertise de trabalhar com grupos e os variados tipos de instrumentos e sons. Porém, caso a atividade se desenvolva em outros locais e iniciativas, não há a necessidade de uma especialista para aplicar a atividade, pois o objetivo do encontro não é um tratamento terapêutico mais aprofundado e sim uma vivência de grupo através da percussão e dos elementos que a música instrumental em grupo pode trazer.

⁴ Como executávamos o projeto através do Núcleo de Direitos Humanos da PUCPR, tínhamos acesso ao curso de música onde emprestavamos os instrumentos para a oficina. Porém eles podem ser facilmente confeccionados com garrafas pets e areia ou outros materiais.

No fim do século XX, surge um movimento musical denominado “Trance Global Psychedelic Culture”, o qual uniu música, dança, natureza e substâncias psicodélicas. A palavra *trance* significa transe, pois é um estilo musical que estimula o estado de transe, o qual consiste em um estado alterado de consciência (NASCIMENTO, s/d). Esse estilo musical é tocado em raves, as quais surgiram na Inglaterra, no final dos anos 80, em reação à política repressiva do governo, a qual proibiu e fechou as festas noturnas, o que fez com que os jovens procurassem um local para festejar que fosse mais afastado da cidade, próximo da natureza. Nesse sentido, os festivais psicodélicos são considerados manifestações sociais que geram estados ampliados de consciência, tanto de forma individual como coletiva. Segundo Nascimento (s/d, p. 6) a cultura dessas festas pode ser vista como um “microcosmo de como nossa sociedade integra o novo e o diferente”, tendo como regra “PLUR (Paz, Amor, União e Respeito)”. Diante disso, a aceitação da diferença pode ser observada através “das roupas, das tatuagens, dos piercings, da arte, das substâncias que usam”.

O próprio nome dado a tais eventos, já elucida a simbologia abordada: “Universo Paralelo, Solaris, Transformation, Transcendence, Cachoeira Alta, Tribe, Experience, Earth Dance” (NASCIMENTO, s/d. p. 11). Tais nomenclaturas trazem uma questão à tona: viver/experienciar/estar em um mundo novo. Essa experiência pode ser ilustrada através das atrações que esses locais trazem e que compõem uma unidade simbólica, tais como: “música eletrônica, dança, malabarismo, artes circenses, rituais, fogueiras, chai shops – lanchonete com chás e guloseimas, atividades e vivências – yoga, tai chi, meditação grupal, ambulatório de reiki, massagem, oficinas de artes plásticas, etc. (NASCIMENTO, s/d. p. 11).

No entanto, mesmo o evento estando imerso a tantas atrações, o grande destaque é a música eletrônica, pois o ponto de partida é a vibração e essa é conquistada, principalmente, por meio da música. O arquétipo rítmico tem como essência a igualdade e sua ação é dada pelo equilíbrio, assim, a música tem a capacidade de trazer um ritmo com o qual existe igualdade entre aqueles que a escutam, tendo cada um uma forma de expressar essa sintonia, podendo ser vista na dança, por exemplo.

Diante disso, as diversas formas de vibração da música podem levar a diferentes estados de consciência. É nesse momento que a droga entra, entre elas “a cannabis, o LSD, a mescalina, a psilocibina (cogumelos mágicos), a DMT, a ayahuasca e também as anfetaminas psicodélicas, como o êxtase (MDMA), das quais existem ao menos algumas centenas de análogos” (NASCIMENTO, s/d, p. 2).

Nesse cenário, cria-se uma nova cultura, uma nova forma de ser e estar no mundo. Várias pessoas passam a manifestar sua arte e a criar uma nova moda, a partir da identificação com a música eletrônica e com o acesso a esse universo paralelo. Além disso, a expansão desse estilo musical se dá pela *cibercultura*, pois essa nova forma do fazer artístico é a expressão de uma lógica recombinante que abusa de processos abertos e coletivos, estando interconectados (LEMOS, 1997). Porém, o uso de drogas para proporcionar experiências de estados alterados de consciência pode ser extremamente perigoso, principalmente para os mais jovens, por isso se pretende educar para a possibilidade de vivenciar tais experiências musicais sem a necessidade de uso de álcool e outras drogas.

Etapas do desenvolvimento da intervenção - Música Eletrônica

ETAPA 1 - Ambiência

Nesta atividade, a decoração, as luzes e a música formam a ambiência necessária para a simulação de uma festa rave, em alguns espaços levamos a “luz negra”, tinta fluorescente para a pele, e no projetor imagens de mandalas e símbolos tribais.

ETAPA 2 - Dinâmica: realidade

Essa é a parte mais divertida aonde se dança e se vivencia a cultura rave nas músicas, luzes, danças e símbolos, simulando cenários de uso de drogas e procurando sensibilizar para a inadequação das cenas de uso para com aquilo que realmente são fatores de diversão e alegria. Desse modo, os adolescentes são capazes de perceber como a verdadeira diversão não tem a ver com a drogadição.

ETAPA 3 - Roda de conversa

A última etapa acontece depois de mais ou menos meia hora de “dinâmica da realidade” (isso depende do tempo que dispomos com os adolescentes). Abaixa-se então o som e acende-se as luzes para formar a roda de conversa e refletir sobre o universo rave e sua relação com a fuga da realidade por meio do uso de drogas. As reflexões são orientadas para trabalhar o quanto é possível legal se divertir sem a necessidade de drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oficinas e abordagens descritas no presente documento oferecem um outro olhar para a questão das drogas e os conflitos que as permeiam, sendo também uma opção as abordagens tradicionais que geram medo, estigma e criminalização, onde os jovens sofrem os efeitos negativos de uma visão conservadora sobre as drogas e sobre si. Esse embate contra a criminalização, preconceito e violência é parte das estratégias de redução de danos e educação em direitos humanos, a qual contribui para a harmonia social, possibilitando que esse jovem se perceba como sujeito de direitos e responsabilidades. Percebendo-se diferente em diferentes processos, amplia-se o seu repertório de respostas aos conflitos inerentes à existência humana e acentuados pela condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. do. O Rap, O Hip-Hop E O Funk: A “Eróptica” da Arte Juvenil Invade a Cena das Escolas Públicas nas Metrôpoles Brasileiras. *Psicol. USP*. Vol. 22, n. 3. São Paulo, Jul./Set. 2011. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642011000300009.

ARAÚJO, E. P. *O reggae ludovicence*: uma leitura do seu sistema léxico-semântico. *Revista Philologus/Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos* - Ano 10, nº 28, jan./abr. 2004. Rio de Janeiro: CiFEFil. 148 p.

BARROS, J. A. *A Construção Social da Cor: Diferença e Desigualdade na Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. pp. 07-38.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Guia Estratégico para o Cuidado de Pessoas com Necessidades Relacionadas ao Consumo de Álcool e outras Drogas: Guia AD*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/dezembro/15/Guia-Estrat-gico-para-o-Cuidado-de-Pessoas-com-Necessidades-Relacionadas-ao-Consumo-de---lcool-e-Outras-Drogas--Guia-AD-.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

BLACKING, J. Música, Cultura E Experiência. *Cadernos de Campo*, 16(16), 201-218, 2007.

CARDOSO, M. A. (Org.). *A magia do reggae*. São Paulo: Martin Clarett, 1997.

MORIAS, M. do C. L.; ARAÚJO, P. C. V. *O reggae, da Jamaica ao Maranhão: presença e evolução*. Salvador: UFBA, 2008.

NASCIMENTO, A. F. *O microcosmo das raves psicodélicas*. Disponível em: <http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/o-microcosmo-das-raves.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de Danos e Saúde Pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, vol. 23, n. 1, janeiro-abril, pp. 154-162, 2011.

RODRIGUEZ, A.; FERREIRA, R.; ARRUDA, A. *Representações sociais e territórios nas letras de funk proibido de facção*. Belo Horizonte. Dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000300006. Acesso em: dez. 2017.

WAISELFISZ, J. J. *Homicídios por arma de fogo no Brasil: mapa da violência 2016*. Brasília: FLACSO, 2016. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf.

LEMOS, A. Arte Eletrônica e Cibercultura. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n. 6, Jun. 1997. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/2960/2243>.

LOURENCO, M. L. Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos. *Psicol. Am. Lat.* [online]. 2010, n. 19, pp. 0-0. ISSN 1870-350X.

ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS, SAÚDE MENTAL E REDUÇÃO DE DANOS COM O PÚBLICO INFANTOJUVENIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Adriana Stall de Souza*¹

*Jakeline Silvestre Fascina Vitor*²

*Talita Quinsler Veloso*³

Este artigo visa a descrever a experiência de trabalho que se desenvolveu por meio da atuação interdisciplinar das áreas de Musicoterapia, Serviço Social e Psicologia no Projeto Conexão Jovem.⁴ Iniciativa do Núcleo de Direitos Humanos da PUCPR em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, o projeto teve como foco o desenvolvimento de abordagens metodológicas inovadoras no âmbito da prevenção e da atenção ao uso de álcool e outras drogas entre o público infantojuvenil, fundamentando-se na perspectiva da Educação em Direitos Humanos e na Redução de Danos como estratégias na área da Saúde Mental.

Pretende-se descrever uma das ações do Projeto Conexão Jovem, a proposta “*Diálogo sobre Drogas: Música, Cidadania e Direitos Humanos*”, executada no território da Vila Torres, no município de Curitiba, de forma intersetorial – envolvendo, portanto, diferentes Políticas Públicas – a citar a

¹ Pós-graduada em Escolas Restaurativas com Enfoque em Direitos Humanos. Pós-graduada em Gestão de Políticas, Programas e Projetos Sociais pela PUCPR. Graduada em Serviço Social.

² Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUCPR. Especialista em Gestão de Políticas, Programas e Projetos Sociais pela PUCPR. Graduada em Musicoterapia pela UNESPAR.

³ Doutoranda em Educação – PUCPR. Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas - PUCPR. Graduada em Psicologia - PUCPR.

⁴ Destaca-se que estes escritos contemplarão o período de junho a dezembro de 2017, mas que o projeto teve continuidade até agosto de 2018, com a participação de novos pesquisadores.

política de Educação, através da intervenção em estabelecimentos de ensino, e a política de Assistência Social, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

APROXIMANDO-SE DO TERRITÓRIO E RECONHECENDO AS DEMANDAS

A equipe do Conexão Jovem – composta por docentes vinculados à área dos direitos humanos, pesquisadores com formação interdisciplinar (assistente social, musicoterapeuta e psicóloga) e acadêmicos dos cursos de Serviço Social e de Psicologia – traçou como metodologia primeira a aproximação ao cenário da Vila Torres, por meio da identificação e da articulação aos serviços que, direta ou indiretamente, atendem a crianças e adolescentes no território.

Assim, a aproximação se deu pela identificação e mapeamento da rede de serviços e de proteção da criança e do adolescente, não apenas pela via das políticas públicas, mas também das organizações da sociedade civil – Rede Marista de Solidariedade e outras entidades não governamentais –, além da representação de líderes comunitários, reconhecidos como importantes atores no contexto do território.

Identificados os principais serviços e atores da rede, foram realizadas reuniões e visitas técnicas a espaços considerados fundamentais à promoção dos direitos de crianças e adolescentes – sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento e que detêm absoluta prioridade, a ser salvaguardada pela família, sociedade, comunidade e pelo Estado, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dentre as instituições visitadas, destacam-se o CRAS Vila Torres, equipamento público da política de assistência social no território; o Conselho Tutelar da regional matriz; a Escola Estadual Manoel Ribas; a Escola Municipal Vila Torres; os Centros Sociais Marista localizados na região – Eunice Benato e Propulsão; e as ONGs Clube de Mães, Passos da Criança e a Organização de Desenvolvimento do Potencial Humano (ODPH).

O processo de articulação à rede permitiu, inicialmente, conhecer parte dos serviços existentes no território e algumas das iniciativas que atuam na perspectiva da prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas na região, bem como reconhecer fragilidades e potencialidades dessa rede e identificar potenciais parceiros para o projeto Conexão Jovem.

Reconhecer a realidade propiciou, ainda, o fortalecimento das ações existentes, bem como a proposição e o planejamento conjunto de novas metodologias e abordagens, de forma coparticipativa e horizontal, atentando às demandas e necessidades do território em questão, pelo olhar de quem vive e atua no próprio território.

Paralelamente ao mapeamento do território, a equipe do Conexão Jovem centrou esforços no desenvolvimento e na sistematização de propostas estratégicas de intervenção, tendo como ação basilar, nos primeiros meses, as *rodas de conversa*, propostas, inicialmente, com profissionais das instituições parceiras. Nessas intervenções, a articulação ocorreu por meio do debate sobre educação em direitos humanos, políticas públicas, saúde mental e o contexto das drogas. A partir do vínculo e do alinhamento metodológico com os profissionais, se tornou possível deliberar, conjuntamente, sobre a possibilidade de formar coletivos com crianças e adolescentes atendidas/os pelos serviços, bem como com seus familiares, a fim de garantir a participação das/os envolvidas/os.

Em decorrência das rodas de conversa, a partir da realidade e demanda dos equipamentos visitados, foi pensado o projeto aqui exposto, em que foram desenvolvidas intervenções que visavam a vincular adolescentes a atividades artísticas e culturais que promovessem a diminuição da vulnerabilidade associada ao consumo de drogas, a garantia dos direitos humanos, a cidadania e a reinserção social.

Tais atividades aconteceram a partir da abordagem de estilos musicais presentes no cotidiano dos jovens, a exemplo do funk, do rap – trabalhado dentro da cultura hip-hop – do reggae e da música eletrônica. Destaca-se que a escolha dos estilos foi orientada pela opinião do público-alvo do projeto, os próprios adolescentes.

DESENVOLVENDO PROPOSTAS METODOLÓGICAS EM CONEXÃO COM AS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

Dentre as atuações desenvolvidas pelo Projeto Conexão Jovem, ganha destaque neste artigo a metodologia “*Diálogo sobre Drogas: Música, Cidadania e Direitos Humanos*”.

O princípio que conduziu essa proposta interventiva foi o de trabalho em grupo, pela compreensão de que o fazer coletivo tem maior potencial pedagógico e emancipatório, contribuindo sobremaneira para as questões que envolvem o uso e/ou abuso de drogas.

Nesse prisma, a intervenção se caracteriza como uma ação político-pedagógica, comprometida com o envolvimento da comunidade e formação de coletivos, capaz de acionar um mecanismo de pertencimento baseado na participação, protagonismo e autonomia, fatores que possibilitam processos emancipatórios na relação com o território.

A educação popular freireana revela princípios teórico-práticos ao assumir que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 59).

Assim, o referencial teórico da educação popular freireana dialoga com a Educação em Direitos Humanos, pois tem como um de seus fundamentos a superação de práticas conservadoras, que anulam as subjetividades e reforçam o assistencialismo, conteúdo especialmente relevante em tempos de conservadorismo, retrocesso das políticas públicas e de violação de direitos. É evidenciada, nesse exemplo, a disputa que se estabelece entre diferentes projetos societários.

Nessa perspectiva de disputa, bem explicitada pela teoria crítica dos direitos humanos (evidente também na temática das drogas) emergem subsídios para dialogar sobre a estratégia de redução danos, como mecanismo de resistência e de efetivação dos direitos humanos – neste projeto realizada sobretudo por meio das manifestações artísticas e culturais.

De acordo com a perspectiva crítica, é possível afirmar que os direitos humanos são:

[...] históricos – o que implica localizá-los no tempo e na conjuntura para uma opção consciente de que elementos se defende serem fundamentais para sua justificação, existência e efetiva implementação. A busca por sua efetivação envolve interesses de classes sociais e segmentos a elas internos. Sendo assim, estes interesses distintos e diversos levam a que direitos humanos sejam resultados de lutas sociais e de conflitos entre distintos sujeitos sociais, perspectivas políticas e ideológicas (inclusive de conservadoras ou reacionárias) e, inclusive, de ações de poderes instituídos (para garantir ou violar direitos) (RUIZ, 2014, p. 240).

Desse modo, a efetivação dos direitos humanos está relacionada a um processo coletivo que articula interesses distintos, e que necessita, portanto, de constante envolvimento dos sujeitos para sua implementação, não só do poder público, mas também da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais. Nessa direção, a presente metodologia foi gestada não com intuito de suprir as carências da política pública nesta área, mas de compor junto à Rede de Proteção estratégias de cunho emancipatório, com destaque para o diálogo, o vínculo, o respeito à autonomia, a participação e a formação de coletivos como fatores fundamentais no trabalho com público o infantojuvenil que faz (ou não) uso de álcool e drogas.

A proposta *“Diálogo sobre Drogas: Música, Cidadania e Direitos Humanos”* segue os princípios da deliberação, do protagonismo, da autonomia, e da coparticipação. Fundamenta-se, essencialmente, na Redução de Danos, a qual considera que, historicamente, a repressão às drogas e a sua criminalização têm alvo certo: as populações mais vulneráveis e aquelas destituídas de condições básicas de dignidade. Segundo Hart (2014), a política repressiva de guerra às drogas, além de ineficaz, contribui para a perpetuação da discriminação racial e da exclusão social e econômica.

A política brasileira de combate às drogas, nesse sentido, tem revelado efeitos extremamente nocivos à sociedade, dentre os quais, a negação sistemática dos direitos humanos. O extermínio da juventude negra e pobre, expresso nos mapas da violência, é exemplo disso.

Dados alarmantes demonstram a violência, extermínio de boa parte da juventude negra no Brasil, caracterizando as ineficiências por parte do Estado, na proteção e garantia dos direitos humanos.

Em contrapartida, embora o uso e o comércio de drogas atravessassem todas as classes sociais, nos segmentos economicamente favorecidos o “problema” das drogas é remetido ao âmbito privado das famílias, em que o poder público, sobretudo em sua face policial-punitiva, dificilmente é mobilizado.

A política repressiva-proibicionista, dessa forma, tem agudizado a estigmatização de parte dos usuários de drogas e o desrespeito aos princípios básicos da cidadania e do direito, especialmente no que tange à escolha de poder optar – ou não –, de forma autônoma, por tratamentos que considerem mais adequados às suas realidades e necessidades. O encarceramento em massa e o alto índice de mortes desse segmento da população, ainda, são resultado da falha opção política de guerra às drogas.

Assim, a questão do uso e do abuso de álcool e outras drogas carece de nova leitura por parte do Estado e da sociedade em geral, bem como de reformulações para seu enfrentamento. As políticas sobre drogas, bem como as ações voltadas aos seus usuários, devem ser capazes de superar o estigma comumente atribuído a essa população, fundando-se nos direitos humanos e na saúde pública, integrada às demais políticas sociais.

Faz-se necessário, portanto, discutir e reelaborar os moldes atuais de prevenção às drogas, a fim de garantir a promoção da saúde, da cidadania e a redução de danos bio-psíquico-sociais e as vulnerabilidades de seus usuários.

Nesse contexto, a estratégia de redução de danos, que direcionou as ações do projeto em questão, propõe-se a minorar os prejuízos causados pelo consumo de drogas, aplicando-se a indivíduos que adotam comportamentos de risco relacionados ao uso dessas substâncias. Nessa perspectiva, o foco das ações não foi o consumo das drogas em si, mas a promoção de alternativas que estimulem vivências socioculturais e de defesa e acesso aos direitos.

Trata-se do estabelecimento de um novo paradigma que não se edifica através do proibicionismo e da criminalização. Assim, a redução de danos busca propor uma reflexão de que o problema não é necessariamente a droga, mas os danos que estão presentes nas condições de uso, nas circunstâncias que potencializam o uso abusivo e naquelas que prejudicam a saúde mental do sujeito.

Desse modo, as ações estratégicas que são desenvolvidas seguindo essa perspectiva buscam, antes de qualquer coisa, promover os sujeitos como agentes de redução de danos e, portanto, de transformação.

A proposta teve, assim, o objetivo de desenvolver intervenções potencialmente capazes de vincular adolescentes a atividades artísticas e culturais para promover a diminuição da vulnerabilidade relacionada ao consumo de droga. Nesse sentido, a intervenção seguiu o cunho preventivo, “objetivando minimizar os fatores de risco e maximizar os fatores de proteção” (BRASIL, 2015, p. 49).

As ações artísticas e culturais que se utilizam da música como meio de comunicação e expressão humana podem ser compreendidas “como sistemas simbólicos especiais e tipos de ação social, como um quadro inato específico de capacidades cognitivas e sensoriais que os seres humanos estão predispostos a usar na comunicação e na produção de sentido do seu ambiente” (BLACKING, 2007, p. 202).

Enquanto um sistema simbólico, a música expressa as identidades como forma de reflexão e respeito à alteridade, por meio da resistência à violação dos direitos humanos, de maneira que o conteúdo ético-político presente nas letras das composições dos diferentes estilos musicais se converte em possibilidade criativa de vocalização das demandas sociais de um coletivo, além de mobilizar mecanismos subjetivos redutores de danos pelo viés da coparticipação e afirmação dos aspectos históricos, culturais e identitários presentes nas manifestações artísticas. Blacking argumenta:

Se nós soubéssemos mais sobre a “música” como uma capacidade humana, e sobre seu potencial como força intelectual e afetiva na comunicação, na sociedade e na cultura, poderíamos usá-la amplamente para melhorar

a educação geral e construir sociedades pacíficas, igualitárias e prósperas no século XXI. (2007, p. 201).

Nessa esteira, a música é uma capacidade humana que favorece a construção e o fortalecimento dos vínculos socioafetivos, potencialmente capaz de promover o protagonismo e participação social por meio das manifestações artísticas e culturais. O fazer musical é também uma ação social capaz de promover a superação do cotidiano mecanicista e excludente, construindo alternativas criativas de enfrentamento às situações de vulnerabilidade e risco social.

INTERAGINDO COM AS/OS ADOLESCENTES NAS VIVÊNCIAS COLETIVAS

Metodologicamente, a prática citada esteve sistematizada em cinco módulos temáticos. A música – através do funk, do rap, do ritmo eletrônico e do reggae – cumpriu papel de mediadora da discussão sobre Educação em Direitos Humanos e Redução de Danos. Tais estilos musicais suscitaram o debate sobre as principais drogas lícitas e ilícitas usadas na sociedade, bem como temáticas transversais a elas, tal como a sexualidade, o racismo, o preconceito, os direitos humanos, gênero e diversidade, além de outros.

Em relação aos estilos musicais trabalhados, a equipe tinha uma estrutura base para o desenvolvimento da intervenção, iniciada pelo funk e seguida do rap, da música eletrônica e do reggae. A despeito desse molde, privilegiou-se a dinâmica do grupo e suas demandas durante as rodas de conversa, destacando as/os adolescentes como protagonistas da vivência e autoras/es de suas escolhas.

Nas condições mencionadas, iniciavam-se as intervenções pelo funk, cujo objetivo era suscitar o diálogo sobre a relação entre o uso abusivo de álcool e outras drogas e comportamentos de risco. O funk é a “voz que vem das comunidades pobres”, como uma possibilidade de denúncia e de protesto sobre a realidade vivida. Contudo, o lugar que esta manifestação cultural

ocupa na sociedade, em grande parte, é associada pela mídia ao crime, sexo, violência, drogas e marginalização das pessoas negras.

Nesse sentido, durante os encontros em que se trabalhava o funk, contextualizava-se historicamente o estilo musical e distribuíam-se letras de funk, escolhidas previamente pela equipe, a fim de estimular o diálogo sobre algumas temáticas dos direitos humanos e do uso abusivo de álcool.

Os trechos destacados possibilitaram o debate sobre sexualidade, gênero, machismo, autoestima, álcool. Enquanto um grupo de meninos afirmava que o álcool dava confiança para “chegar” nas meninas, elas explicavam que queriam apenas dançar e não necessariamente se relacionar com alguém quando estavam dançando.

Destaca-se, em um dos debates, a percepção de uma adolescente quando observou que algumas letras de funk impunham a ela um modo de se comportar – interpretado como uma relação de poder estabelecida pela cultura do estupro. Diante desse *insight*, a equipe teve a oportunidade de estender a reflexão aos demais integrantes do grupo e salientar à adolescente que ela pode fazer os movimentos que a música propõe, desde que pela sua vontade e não pela imposição alheia.

Nesse exemplo, é possível observar o quanto o uso de álcool pode estar associado ao machismo, tendo prejuízos diferentes de acordo com o gênero. Os meninos são hipersexualizados e cobrados de provar sua sexualidade por meio de uma abordagem agressiva, utilizando-se do álcool para ter coragem de concretizar o ato. Em decorrência disso, as meninas são violadas, no sentido de serem utilizadas como objetos para a aprovação da sexualidade desses garotos.

Em relação a essa temática, foi possível estabelecer com os grupos a redução de danos desses fatos que acometem de forma aguda o público jovem, que dá início à sua sexualidade. Isso foi possível tanto pelo debate sobre gênero, quanto pela menção de estratégias para se conseguir ter um contato com um parceiro sem agredi-lo, bem como dos garotos não se cobrarem a expressar sua sexualidade de modo opressor. Além disso, salientar a importância das meninas criarem uma rede de sororidade, em contextos de desproteção, quando observarem que uma colega está sob efeito de álcool.

Assim, utiliza-se a educação em direitos humanos como forma de reduzir danos associados ao consumo de álcool, dando ênfase à importância desse papel, enquanto agentes de redução de danos com esse público em específico, visto que a vivência da adolescência pós-moderna perpassa pelo dilema do “quem sou eu?” e esse questionamento, segundo Erikson (1998), relacionado à identidade, traz à tona e questiona os padrões comportamentais dos primeiros referenciais (pais, familiares, cuidadoras/es).

Partindo, então, do pressuposto de que esses modelos primários podem estar baseados em padrões de relacionamento abusivos e violentos, no momento em que esse tema é destacado e problematizado com os adolescentes, é possível romper com o ciclo da naturalização da violência, transformando, assim, as gerações e propondo uma nova cultura.

A proposição de uma cultura é nítida também no movimento do hip-hop – que tem no rap a sua expressão musical. Nesse estilo, a equipe fez opção por abordar não apenas a música, mas o movimento hip-hop em sua totalidade, a saber: o MC, o rap, o breaking, e o grafite. Os encontros que abordaram esse movimento tiveram como mediador principal o estagiário de psicologia da equipe, Ramon, por representar o breaking há mais de uma década.

Com a proposição do hip-hop, teve-se como objetivo suscitar o autoconhecimento do corpo e dos sentimentos como medidas de proteção. Além disso, debater o papel da cidadania, visto que o hip-hop nasce como uma possibilidade de denúncia, posicionamento e protagonismo social, favorecendo o contraponto histórico da juventude negra, na medida em que vocaliza por meio do canto/dança, seu cotidiano.

Então, nas intervenções com o hip-pop, a equipe do Conexão Jovem propôs diferentes experiências sensitivas, por meio da dança (breaking) e do desenho (grafite), assim como debates acerca da importância dessas manifestações para denunciar uma realidade injusta e reivindicar mudanças e a garantia de direitos. Assim, foi possível provocar nas/os adolescentes a importância do exercício da sua cidadania.

Como exemplo trazido pelas/os adolescentes a partir da discussão acerca do hip-hop, cita-se o questionamento de um jovem em face da opressão policial que sofre nas ruas, como expressão de injustiças sofridas no seu cotidiano. Ao mesmo tempo em que foi colocada a questão da abordagem policial para

debate, muitos que criticavam seus posicionamentos e abordagens também mencionaram desejo em ter a profissão de policial.

Destaca-se, ainda, a importância desses movimentos para oportunizar rituais de passagem que evidenciem a adolescência. Há, segundo Moreira (2015) um grande conflito sobre a concepção que se tem da adolescência, visto que muitos a compreendem como fase de transição para a vida adulta, diga-se vida produtiva, e não se atentam aos ritos importantes e intensos a serem vividos no aqui e no agora. Assim, na falta de rituais e de coletivos que oportunizem vivência intensas, tanto a violência quanto o uso abusivo de drogas encontram um terreno fértil. Assim:

fica evidente que a identidade não é inata, mas sim desenvolvida ao longo da história do indivíduo, mergulhado em suas relações e contextos, num continuum. Isso demonstra a relevância do contexto social como partícipe do processo, sendo então a identidade, de certa forma, uma singularidade, que se traduz a partir de uma multiplicidade de papéis e funções sociais, sendo influenciada e influenciando o processo através das relações que estabelece (MOREIRA, 2015, p. 48).

Nesse ponto de vista, a identidade é construída e reconstruída em todos os momentos da vida e a pressão que se tem sob adolescência como uma fase decisiva do quê “eu vou ser quando crescer” pode remeter mais às ansias político-econômicas do que as do própria/o adolescente. Dessa forma, a rebeldia tida como característica da adolescência pode ser por si só uma forma de resistir ao sistema social.

Assim sendo, trazer a temática do hip-hop para o público adolescente é uma forma de mostrar a ele meios de resistir e de propor mudanças de maneira que não haja elementos destrutivos, tanto para si próprio quanto para os outros.

Nessa esteira, oportunizar ambientes que remetam à fuga dessa realidade violenta e opressora é um modo de reduzir danos, pois é dos motivos pelos quais buscam fazer o uso de drogas, sendo esse tópico bastante abordado quando foi discutido também o estilo da música eletrônica.

Assim, durante o desenvolvimento das atividades relacionadas à música eletrônica, buscou-se propiciar o contato com elementos relativos à cultura trance, às festas raves, de forma que os adolescentes vivenciassem essa experiência cultural sem estar sob uso de drogas. Para tanto, foram utilizados como elementos e materiais pedagógicos, como as tintas fluorescentes no rosto e no corpo, a projeção de mandalas, incensos, além do ritmo musical, formando-se um “mundo” de festa eletrônica.

“O ritmo não é apenas o principal fator na organização da música, mas também é, falando em termos gerais, o que proporciona a energia, o fator primitivo que impulsiona a música.” (GASTON, 1968, p. 38). O ritmo é um fator ancestral da cultura que possui intrínseca relação com os movimentos corporais; nota-se que independente do estilo musical utilizado, as propriedades da música, ritmo, melodia e harmonia estiveram presentes em todos os encontros. “Para Orff, o ritmo é a base para a melodia, e ambos estão relacionados com o corpo: o ritmo com o movimento, e a melodia com a fala” (BONFIM, 2012, p. 82).

A música e a interação grupal estabelecida promoveram um dispositivo de ação social, ao incitar o debate sobre temas relevantes da vida das/os adolescentes. Nessa direção, as propriedades da música podem ser caracterizadas como redutoras de danos, pois constituem todo tipo de manifestação musical e oferecem novas possibilidades de experimentar a realidade sem o uso de drogas.

Com o uso desses elementos facilitadores, principalmente das estratégias político-pedagógicas mediadas pelos estilos musicais, foi possível debater com os adolescentes o uso de drogas sintéticas, tais como o LSD e o êxtase. Durante os encontros, buscou-se encontrar fatores redutores de danos, para que fosse possível atingir esse outro nível de consciência, usualmente propiciado pelas substâncias psicoativas. Resgatou-se, assim, a necessidade de autoconhecimento sobre si e sobre a realidade, ampliando-se, assim, a consciência.

Já no reggae, foram debatidos laços de fraternidade. Visto que há, popularmente, a associação desse ritmo com a maconha, tentou-se destacar a vivência em grupo de pares, já que esse tipo de droga é comumente usado em “rodas”, ou, em grupos. Destaca-se que, em especial nos encontros sobre

o reggae, estimularam-se as áreas sensitivas da audição por meio de instrumentos musicais, buscando criar conjuntamente um ritmo, ou seja, uma unidade grupal. Ao criar uma unidade grupal, por meio dos elementos musicais, os seres humanos desenvolvem capacidades cognitivas e afetivas que possibilitam o questionamento da realidade, das desigualdades e a oportunidade de gerar mudanças na estrutura social.

Durante as discussões nesses encontros, ganhou destaque a fala dos adolescentes sobre a sensação de estar “brisando”, termo utilizado quando se está sob efeito de maconha. Então, procurou-se compreender o que é, para eles, a sensação de “brisar”. Muitos relataram que é a sensação de relaxamento e de paz. Diante dessas descrições, André, estagiário de serviço social, propôs ao grupo uma experiência de “brisar” sem estar sob efeito de maconha.

Assim, foi passada a consigna de que todos ficassem em silêncio por alguns minutos, sentindo o cheiro das árvores e escutando os sons da natureza. As/os adolescentes concordaram e fizeram a experiência, todo o grupo ficou em silêncio e, passados alguns minutos, relataram o que experienciaram.

Importante mencionar que a atividade acontecia em um ambiente aberto, no qual se tinha contato com a natureza. Do ponto de vista da avaliação da equipe naquele momento, foi possível alcançar uma estratégia coletiva de redução de danos. Primeiramente, por ela ter sido pensada em grupo, naquele momento, ou seja, tinha conexão com aquela realidade e com aquela formação de coletivo. Além disso, por ter despertado dentro delas/es mesmos uma experiência de poder relaxar e se conectar consigo mesmo sem estar sob o efeito de drogas. Assim:

Vendo além, do jovem-indivíduo, percebemos o jovem não como uma identidade fixa, mas com inúmeras linhas (históricas, midiáticas, econômicas, tecnológicas, ecológicas, entre outras) que se entrecruzam e fazem emergir um território existencial. (GUATTARI, 1990, p. 16 apud BOCCO, 2008, p. 136)

Assim, com as vivências grupais realizadas pelo Conexão Jovem, foi possível observar a emergência de territórios existenciais antes não explorados e talvez não valorizados. Isso só é possível ser alcançado quando a/o adolescente não é visto somente como uma unidade, mas principalmente como uma coletividade. Suas singularidades não são desconsideradas, mas elas precisam ser vistas existindo em sua totalidade (histórica, política, econômica, cultural).

RECONHECENDO OS DESAFIOS E IDENTIFICANDO AS POTENCIALIDADES

“A luta pela dignidade humana é a razão e a consequência da luta pela democracia e a justiça”.

(HERRERA FLORES, 2009, p. 8)

O escopo dessa produção se caracterizou por descrever uma experiência de trabalho desenvolvida de forma interdisciplinar pelas áreas de Musicoterapia, Serviço Social e Psicologia no Projeto Conexão Jovem. Trata-se do relato da construção de abordagens metodológicas na temática do álcool e de outras drogas, demonstrado por meio de uma das ações do projeto, a proposta *“Diálogo sobre Drogas: Música, Cidadania e Direitos Humanos”*.

Salienta-se que o projeto foi executado em um território notadamente marcado pela questão social e as desigualdades dela decorrentes.

A questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempos de capital fetiche. (IAMAMOTO, 2007, p. 156).

A questão social e as diversas formas de desigualdades – sociais, culturais, gênero e econômicas –, têm como consequência o aumento da situação de risco, acarretadas pela ausência, fragmentação e fragilidade das diversas políticas públicas, expondo as pessoas a situações de vulnerabilidades.

Pode-se observar que o agravamento da questão social carrega, em suas variadas expressões, a questão do uso e abuso de álcool e outras drogas.

Diante desse posicionamento, a categorização teórica deste trabalho se alicerçou na educação em direitos humanos e na redução de danos – embasadas nas obras de Paulo Freire, Jefferson Ruiz e Carl Hart, autores que fundamentam ações não conservadoras, fundadas na autonomia, no protagonismo e na emancipação humana, social e política, confrontando visões proibicionistas relativas ao uso e abuso de álcool e drogas. Consideram, assim, que o território social e existencial a que o sujeito pertence, apesar de expressar as potências de vida, como afirma Koga (2003), é também onde se apresenta as consequências das ausências das intervenções estatais, a exemplo, a violação de direitos humanos.

Nesse bojo, tem-se a participação como possibilidade de enfrentamento à questão social presente no território. Lima e Silveira (2017), afirmam:

Os espaços sociais devem ser dotados de recursos dialógicos, de modo a posicionar os cidadãos como sujeitos de direitos e não como objetos de intervenção do poder público, com decisões que tenham implicações diretas na construção da agenda e formulação das políticas públicas, de modo a legitimar as decisões coletivas, com avaliação de processo, transparência quanto às possibilidades na execução das ações e flexibilidade no planejamento a fim de incorporar propostas legítimas da comunidade (LIMA e SILVEIRA, 2017, p. 146).

O território é o cenário vivido e expresso por meio das experiências artísticas e culturais, onde as heranças históricas permeiam a realidade concreta, de um sistema capitalista, marcado por desigualdades profundas que reproduzem a opressão, violência, o racismo e preconceito. A proposta metodológica apresentada é ambiciosa, no sentido de impulsionar novas ações político-pedagógicas, capazes de promover a suspensão do cotidiano mecanicista, que corrobora para o agravamento das desigualdades. Para Heller, as manifestações artísticas são uma forma de promover resistência

e transformação, visto que “as formas de elevação acima da vida cotidiana que produzem objetivações duradouras são a arte e ciência.” (2008, p. 47).

Destaca-se como resultado parcial do Projeto Conexão Jovem, visto que o trabalho teve continuidade, a construção de um espaço que possibilitou a coparticipação, o diálogo, o fortalecimento e a construção de vínculos, oportunizando um sentimento de pertencimento grupal. Esses resultados, embora parciais, são considerados como mecanismos redutores de danos no que se refere aos riscos causados pelo uso de álcool e outras drogas, uma vez que reconhecem a necessidade de valorização e identificação da adolescência como uma fase importante da vida humana, que necessita de atenção e cuidado coletivo por parte da sociedade e poder público.

A partir do projeto e da proposta interventiva mencionada, é apreendida como potencialidade a efetividade da educação em direitos humanos e das estratégias de redução de danos no trabalho com adolescentes, tendo como estratégias metodológicas as expressões artístico-culturais. Destacou-se, ainda, a evidência da integração dos saberes disciplinares e a horizontalidade no processo de trabalho interdisciplinar. Como principal desafio, os limites de se garantir uma prática efetiva e de qualidade frente a uma realidade complexa e desigual, que se mostra, muitas vezes, imediatista, fragmentária e superficial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Câmara dos Deputados, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.

BRASIL. *Guia Estratégico para o Cuidado de Pessoas com Necessidades Relacionadas ao Consumo de Álcool e outras Drogas*: Guia AD. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/dezembro/15/Guia-Estrategico-para-o-Cuidado-de-Pessoas-com-Necessidades-Relacionadas-ao-Consumo-de-Álcool-e-Outras-Drogas-Guia-AD-.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

BLACKING, J. *Música, Cultura e Experiência*. Cadernos de Campo, 16(16), 201-218, 2007.

- BOCCO, F. *Cartografias da infração juvenil*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2009.
- BONFIM, C. C. Pensadores do início do século XX: breve panorama. In: JORDÃO, G. et al. (coord.). *Música na escola*. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. pp. 82-84.
- ERIKSON, E. H. *O ciclo de vida completo*. Porto Alegre: Artmed, 1998. 111 p.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GASTON, T. E. *Tratado de Musicoterapia*. Editorial Paidós. Buenos Aires, 1968.
- HART, C. *Um preço muito alto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- HELLER, A. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra. 11. ed., 2008.
- HERRERA FLORES, J. *A reinvenção dos direitos humanos*. Trad. Carlos Roberto D. Garcia, Antonio Henrique Suxterger - Florianópolis Boiteux, 2009.
- IAMAMOTO M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- KOGA, D. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. Cortez Editora, 2003.
- LIMA, C. B.; SILVEIRA, J. I. Práticas deliberativas e restaurativas em medidas socioeducativas: jovens como sujeitos de direitos. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 3, p. 140-153, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/issue/view/695>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MOREIRA, J. S. S.; EYNG, A. M. *Políticas de Justiça e Educação: garantia do direito à educação do adolescente em conflito com a lei*, 2015. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de Danos e Saúde Pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, vol. 23, n. 1, janeiro-abril, 2011, pp. 154-162.
- RUIZ, J. L. S. *Direitos humanos e concepções contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2014.
- WASELFSZ, J. J. *Mapa da violência: homicídios por arma de fogo no Brasil 2016*. Brasília: FLACSO, 2016. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: POR UMA POLÍTICA DE DROGAS ANTIRRACISTA

*Ramon Andrade Ferreira*¹

*Bruna Karina*²

*Deby Eidam*³

*Rafael Menegaldo*⁴

*André Ferreira*⁵

Como todos os fenômenos existentes na vida social, o uso abusivo de substâncias psicoativas é objeto de debates sob diversos pontos de vista. Nesse sentido, para que haja uma discussão sobre a política de drogas, se faz necessário analisar o fenômeno através de uma ótica que se baseie em evidências, observando as consequências das políticas existentes ao longo da história, de modo a pensar sobre a efetividade das legislações, levando em consideração fenômenos históricos, sociais, econômicos e políticos.

O ponto central dessa discussão passa pelo fenômeno do racismo, uma vez que as políticas com um viés punitivista e proibicionista atingem sobremaneira a população negra, especialmente homens negros, devido à impossibilidade de o Estado punir todos os criminosos, o que é entendido através da criminologia crítica como seletividade punitiva. Por conta dessa

¹ Psicólogo clínico graduado pela PUCPR, educador social na Unidade Propulsão e Conselheiro Suplente do Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Foi membro da equipe do Conexão Jovem.

² Psicóloga, membro da equipe do Conexão Jovem.

³ Bacharel em serviço social, artcientista pela UPAC, mestranda em filosofia pela PUCPR, conselheira do CRESSPR e membro do Conexão Jovem.

⁴ Cientista social e educador. Membro da equipe do Conexão Jovem.

⁵ Assistente social e educador social no Centro educacional Eunice Benato. Membro da equipe do Conexão Jovem.

impossibilidade, os agentes da lei atuam de acordo com estereótipos que fundamentam suas ações.

Dessa forma, se torna crucial compreender de que maneira se formou esse estereótipo, ou seja, como o processo histórico de racismo no Brasil contribuiu e contribui para a manutenção do mesmo. No entanto, como o uso abusivo de substâncias demanda uma análise complexa e contextualizada que compreende diversos pontos de vista, assim também o é o racismo. Como a intenção do presente texto é discutir a política de drogas, optou-se pela visão foucaultiana de racismo de Estado na qual o racismo seria imprescindível num controle biopolítico uma vez que, no domínio da vida pelo Estado, cria-se um corte entre aquele que se deve deixar morrer e o que se deve fazer viver. Nas palavras de Foucault (2010) trata-se de ‘estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico.’

De acordo com Foucault (2010), há uma trajetória de relações discursivas que levam até a efetivação da biopolítica enquanto tecnologia de poder. Partindo dessa análise, o autor questiona o discurso histórico, o discurso dos primeiros historiadores, como atrelado aos rituais de poder, ou seja, o discurso histórico seria uma justificativa do poder, seria a expressão do direito do poder, a intensificação de seu brilho. Dessa maneira, narra-se a história como a história dos reis, dos poderosos, soberanos e suas vitórias, vinculando assim os homens do poder à continuidade da lei. O discurso histórico, compreendido dessa maneira, seria caracterizado pela história dos vencedores, ou a justificativa dos vencedores diante dos conflitos existentes.

Sendo assim, se há uma história narrada para e pelos vencedores, há que existir uma história de resistência, a história daqueles que foram derrotados. Para o autor, o discurso dos oprimidos teria a função de agir como uma contra-história, e seria o discurso da guerra das raças. O discurso histórico não narraria mais a soberania, mas denunciaria o enfrentamento das raças através das nações e das leis. Nesse sentido, Foucault (2010) sinaliza que o que acaba por desaparecer nesse novo discurso é a identificação implícita entre o povo e a soberania, nesse novo discurso a soberania ‘não vai unir o conjunto em uma unidade que será precisamente a unidade da cidade, da nação, do Estado.’ Esse novo discurso demonstra que a história de uns não

é a história dos outros e aquilo que anteriormente é lei se transforma em abuso de poder, o que é tido como heroico é ressignificado como violento. É um discurso igualmente poderoso por 'quebrar a continuidade da glória', porém, caracteriza-se pela oposição e assim, tem uma grande capacidade de metamorfose, se tornando um instrumento de crítica e de luta entre variadas formas e níveis de poder.

Na medida em que há uma contra-história revolucionária que se caracteriza por denunciar os abusos de poder, surge uma outra contra-história que de acordo com Foucault 'esmagará, numa perspectiva biológico-médica, a dimensão histórica presente nesse discurso'. Para o autor, o que aparece para combater o discurso da luta das raças é justamente o racismo – ainda que o autor reconheça que a origem do racismo enquanto fenômeno se dá anteriormente a essa disputa discursiva –, pois retoma, recicla e torna alvo justamente a função do discurso sobre a luta das raças, ou seja, restabelece através de um discurso de raça a legitimidade da soberania. Não se trataria mais dos conflitos entre as raças, mas da luta pela vida. Não seria mais uma batalha no sentido guerreiro, mas num sentido biológico: 'diferenciação das espécies, seleção do mais forte, manutenção das raças mais bem adaptadas'. O Estado, que anteriormente seria um instrumento de uma raça contra outra se torna o protetor da integridade, superioridade e pureza da raça humana. Ou seja, a ideia de luta das raças é substituída pela ideia de pureza da raça humana.

No Brasil, este fenômeno de melhoria das raças através da ciência médica ocorreu no período pós-abolição, onde práticas culturais da população negra acabaram sendo criminalizadas. Havia, na época, como ainda há no pensamento da elite brasileira, a ideia de que um país com uma população majoritariamente negra fosse incapaz de seguir as premissas da ordem e do progresso. Nesse sentido, um conjunto de trabalhos ditos científicos objetificavam a implementação da eugenia nas políticas públicas de saúde, leis penais e na Constituição Brasileira. O Brasil foi um território, no início do século XX, onde surgiram diversas organizações e atores visando essa implementação. Um exemplo dessa prática foi a criação em 1912 da Sociedade Eugênica de São Paulo, organização que era composta por médicos e outros interessados em discutir a nacionalidade brasileira através do viés biológico e social, como afirma Góes (2015). Dentre esses médicos defensores do eugenismo, temos

Renato Kehl, Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Arthur Ramos, Monteiro Lobato, Vital Brasil entre outros, todos discípulos da ideia de eugenia proposta por Francis Galton. Para Francis Galton, a eugenia poderia ser implantada a partir de duas perspectivas: a eugenia positiva e a eugenia negativa. Segundo Pichot (2000):

O negativo pretende impedir a multiplicação de indivíduos supostamente “inferiores” na perspectiva biológica, psicológica ou intelectual. O eugenismo positivo, por outro lado, visa melhorar a sociedade fomentando a reprodução de indivíduos “superiores”, ou até organizando-a, quer em “coudelarias humanas” onde se solicita a reprodutores selecionados que procriem, que graças a bancos de esperma de grandes homens (poder-se-ia, hoje em dia, pensar em banco de óvulos).

Trabalhos importantes para a compreensão do período eugenista que ocorre no pós-abolição – que ainda persiste na perspectiva de muitos médicos e figuras políticas e na atual legislação de drogas – são os trabalhos de Weber Lopes Góes, *Racismo, Eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*, e as dissertações de mestrado de Natália Medeiros de Luca intitulada *A carne mais barata do mercado: uma análise da violência do Estado, o extermínio da juventude negra e a possibilidade de enquadramento de crime de genocídio perante o ordenamento internacional* e de Luísa Saad com nome *Fumo de negro: a criminalização da maconha no pós-abolição*. Enquanto Góes discute o projeto de Renato Kehl e a sociedade eugênica de São Paulo, Natália discute por que mesmo as estatísticas apontando para um genocídio orquestrado da população negra no Brasil, o Estado não é penalizado. Já o trabalho de Luísa Saad discute a trajetória de outro médico eugenista: José Rodrigues da Costa Dória.

Uma sociedade na qual o controle sobre os indivíduos se dá através da estatização do biológico, processos que estão intimamente relacionados com a vida como o nascimento, a doença, a morte passam a ser atribuídos ao Estado para que este trabalhe no sentido de purificar, melhorar a raça humana. Para Foucault ‘o racismo é literalmente o discurso revolucionário,

mas pelo avesso'. Parte disso a dificuldade que muitos têm de identificar o racismo em ações higienistas, punitivistas e proibicionistas. Essas ações são divulgadas como melhorias, como o Estado cumprindo sua função de manutenção da raça humana, trancando, isolando, afastando aquilo que não se enquadra às normas estabelecidas pela sociedade.

Ainda que estatísticas se mostrem por vezes ineficientes para analisar determinado objeto, ao observá-las temos uma pequena noção do que ocorre e de como as ações do Estado objetivam o controle e o extermínio da população negra no Brasil. Segundo o Ministério da Justiça (2017), 64% das pessoas privadas de liberdade são negras e do total de crimes 26% são relacionados ao tráfico de drogas, isso se desconsiderarmos que há uma parte da população carcerária sem informação quanto à sua caracterização racial. Segundo o Instituto Brasileiro de Estatística Aplicada (2018), entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%, enquanto a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Quanto à taxa de homicídios de mulheres negras, esta é 71% superior à de mulheres brancas. Curiosamente, de acordo com o Ministério da Justiça, do total de mulheres privadas de liberdade, 62% são mulheres negras e 62% dos crimes consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade são relacionados ao tráfico de drogas.

Além de os crimes relacionados à legislação sobre drogas estarem aprisionando em grande parte a parcela da população negra e pobre, a Lei 11.343 não tem sido efetiva se considerarmos suas finalidades, bem como tem causado maiores problemas no que diz respeito à segurança pública do país. A prevenção ao uso indevido de drogas, um dos princípios da lei, não tem tido grandes resultados, uma vez que os crimes de posse e uso de drogas tiveram aumento no período entre 2012 e 2016. Vale ressaltar que a lei não caracteriza uso indevido, e se não há determinação do que é um uso indevido ou qual quantidade caracterizaria um uso indevido, nisso já se percebe um equívoco, uma vez que o uso de drogas é uma questão complexa, e o fato de haver penalizações em relação à posse e uso de substâncias psicoativas, demonstra que na lei se compreende a posse e o uso de drogas como indevidos, desconsiderando assim os diversos padrões de uso de substâncias psicoativas, desde o uso recreativo, o uso terapêutico até o uso problemático,

este último certamente é indevido e não se caracteriza somente pela posse ou uso de qualquer substância.

Outro fator com relação às substâncias psicoativas se dá pelos números relacionados à violência no Brasil. As mortes decorrentes de intervenções policiais foram duplicadas entre 2009 e 2016 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017), sendo que 76% dessas mortes se referem à vitimização de vidas negras. Até mesmo os policiais assassinados são em sua maioria marcados pela cor da pele negra (56%). Dados do Ministério da Justiça (LEVANTAMENTO ANUAL SINASE, 2018) também demonstram que os adolescentes em situação de conflito com a lei também apresentam o mesmo perfil: o tráfico é o segundo ato infracional mais cometido (26%), e em sua maioria, os adolescentes que cumprem medida socioeducativa são negros (56%).

Partindo dos dados que demonstram o aumento do uso e posse de entorpecentes, o aumento de mortes decorrentes de intervenções policiais, assim como a morte de policiais, percebe-se que a política de drogas com viés proibicionista se mostra insuficiente e ineficaz e há argumentos teóricos, estatísticos e práticos que justificam essa posição.

Para Foucault (1979), o racismo é importante no exercício do biopoder pois é a condição para que o soberano exerça seu direito de matar. E esse direito de matar não se caracteriza somente pelo assassinato direto, mas ao ‘fato de expor à morte policiais, de multiplicar para alguns o risco de morte – letalidade policial –, ou pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.’.”

PARTE II - SAÚDE MENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALCOOL E DROGAS

Como foi visto, as políticas de combate às drogas, além de ser ineficaz preventivamente, têm significativa parcela de responsabilidade na intensificação da violência e no extermínio e encarceramento em massa, que atinge de sobremaneira a população negra e periférica.

Segundo Torcato (2014), o proibicionismo se fundamenta sob “a pretensão hegemônica da medicina oficial, o crescimento do conservadorismo

religioso e a emergência do biopoder (medicina social).” Torcato (2014) relata que o âmago da caracterização dos psicoativos enquanto lícitos ou ilícitos tem influências históricas definidas no início do século XIX quando, segundo ele, as substâncias são separadas em dois grandes grupos, baseados em sua disseminação e utilização em escala mundial na época, em que:

as três grandes (o álcool, o açúcar e o tabaco em suas diversas formas) caracterizadas por uma expansão ampliada e de impossível proibição; e as três pequenas (o ópio, a canabis e a coca e seus derivados) cuja disseminação planetária não foi tão forte, fato que viabilizou uma intervenção pública. (TORCATO, 2014, p. 139-140)

Portanto, o entendimento dos psicoativos não se baseia nos efeitos e no grau de benefícios ou malefícios que cada substância pode fazer ao ser humano, nem nas diferentes formas de uso de tais substâncias, mas na possibilidade de o Estado intervir politicamente na manutenção do conjunto de regras, normas e valores instituídos, naturalizando a aceitação ao uso de determinados psicoativos em detrimento ao repúdio a outros. Pode-se caracterizar, sob a perspectiva foucaultiana, um processo biopolítico de exercício do poder.

Para compreender as ações do Estado frente às drogas, é preciso remeter ao histórico das leis e políticas públicas voltadas a elas. Serão analisados os rumos da legislação brasileira no que diz respeito à política sobre drogas, assim como a realidade das políticas públicas no âmbito da Saúde e Saúde Mental.

A compreensão desses rumos pode ser exemplificada primeiramente através dos manicômios, que denotam um posicionamento profundamente relacionado aos Direitos Humanos, uma vez que no passado, essas instituições se limitavam a ser depósitos de pessoas, internadas por décadas e muitas vezes abandonadas por suas famílias. Na maioria das vezes os internamentos sequer eram necessários, por terem motivações comportamentais, sociais e conseqüentemente étnicas, sendo a população mais empobrecida e negra os principais alvos.

As mudanças de paradigma em relação aos tratamentos dispensados em manicômios, demandaram mobilização da população usuária dos serviços

de saúde mental, das trabalhadoras e trabalhadores dos hospitais, familiares de usuários e a comunidade envolvida para dar início ao Movimento Antimanicomial caminhando em paralelo com a Reforma Sanitária que deu origem ao nosso Sistema Único de Saúde. Já o Movimento Antimanicomial teve início na Itália com o médico psiquiatra Franco Basaglia, chegando no Brasil por volta de 1978, fato recente na nossa história.

O movimento político e social reivindicava o fim das torturas e maus tratos, e um novo modelo de atendimento institucionalizado. Assim, em 1978 foi criado o primeiro CAPS no município de Bauru em São Paulo, que foi de extrema importância para mostrar que era possível uma rede de cuidado efetiva de atenção aos usuários no seu próprio território, bem como a criação dos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) que prestava atendimentos como uma espécie de residência cooperativa com funcionamento de 24 horas. A demonstração foi essencial para encorajar ainda mais o movimento, provando a viabilidade da reforma psiquiátrica.

Portanto somente em 06 de abril de 2001 que se oficializa o fim do manicômio através da Lei 10.216, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.” De modo gradativo se fecham e se transformam os manicômios em Centros de Atenção Psicossocial, ainda que essa transformação não tenha se dado de maneira ainda mais eficaz devido à precariedade de investimentos.

No modelo atual, são atendidas pessoas em situação de dependência de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas em um modelo específico de atendimento, os chamados CAPS AD. No modelo anterior à Reforma Psiquiátrica, os alcoolistas eram internados em alas nos mesmos hospitais psiquiátricos que as pessoas com diferentes transtornos mentais. Além da criação a partir da Reforma Psiquiátrica de um modelo de tratamento voltado para cada situação que envolva questões relacionadas à saúde mental, outro marco importante na história brasileira se dá a partir de 1º de julho de 2005, com a implementação da Portaria nº 1.028 que “determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta portaria” (Brasil, 2005). Em especial, estabelece em seu artigo 2º que a

Redução de Danos sociais e à saúde, decorrentes do uso abusivo de substâncias psicoativas seja desenvolvida por meio de ações de saúde dirigidas a usuários ou a dependentes que não podem, não conseguem ou não querem interromper o referido uso, tendo como objetivo reduzir os riscos associados sem, necessariamente, intervir na oferta ou no consumo.

Levando em consideração trabalhos notórios em saúde mental, que promoveram a autonomia e protagonismo dos usuários desses serviços, destaca-se a médica Nise da Silveira, que antes da organização do movimento social ou de experiências e atos de resistência de pessoas que recusaram a desumanização das práticas manicomiais, lançou sementes para a Reforma Psiquiátrica. Na década de 1940, no Centro Psiquiátrico Nacional Dom Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, desenvolveu práticas de terapia ocupacional como alternativa aos tratamentos tradicionais do hospital.

Em 1956, Nise da Silveira cria a Casa das Palmeiras, revelando o seu pioneirismo e sua contribuição científica para as práticas efetivas de saúde mental com respeito aos Direitos Humanos. Ainda que Nise da Silveira tenha sido pioneira no que diz respeito a tratamentos humanizados em saúde mental, o fato de ser uma mulher em um contexto masculinizado – o da medicina – pode ter contribuído para que não tenha o devido reconhecimento quanto à sua importância. Nem nos mais “progressistas” registros das experiências inovadoras para a época se encontra menção a Nise da Silveira, que inclusive trabalhou junto com Dona Ivone Lara, uma das maiores sambistas do Brasil, que para a categoria do Serviço Social é representada como uma mulher de muita resistência, uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil.

Não possuímos registros ainda concretos que relata essa parceria entre Nise e Ivone que oxigenavam pacientes com a arte, sobretudo temos o Museu de Imagens do Inconsciente, o segundo maior museu com artes dessa categoria do mundo, que provam que a arte e o afeto catalisador foram ferramentas principais para os mais notáveis resultados de melhoras em pacientes com graves transtornos psiquiátricos. Por alguma razão, Dona Ivone só passou a ter a música como carreira profissional após sua aposentadoria no Serviço Social, mas certamente seu dom artístico estava presente em seus atendimentos. Para além do romantismo que possa parecer a seriedade da arte, o trabalho de Nise da Silveira já era entendido como um trabalho

interdisciplinar, quando Ivone já naquela época trabalha no restabelecimento dos vínculos familiares dos “clientes”. Naquela época era bastante comum o abandono de pessoas empobrecidas, sem vínculos familiares e muitas vezes sem documentos e para Nise da Silveira a anamnese fazia parte do tratamento, ter as memórias afetivas dos pacientes e também por parte dos familiares dava uma melhor compreensão do que os “clientes” apresentavam através de imagens.

Após essa breve análise sobre o contexto das políticas sobre drogas e suas consequências que contribuem para um cenário de violação de direitos, compreende-se que a tentativa de criação de novas políticas de drogas com velhos métodos direcionados à abstinência como fim, em detrimento do protagonismo e autonomia do usuário, contribuem com uma ideologia e práticas excludentes que visam eliminar um problema e, por consequência, exterminar uma parcela da população. Dessa forma, ao se pautar políticas sobre drogas, é necessário buscar práticas que busquem o vínculo, a humanização e o respeito. Do contrário, os efeitos nocivos do uso de substâncias psicoativas se tornam problemas não somente para o usuário, mas para a sociedade como um todo, potencializando violências e violações de direitos.

PARTE III - CONEXÃO É UMA POSSIBILIDADE?

Após mais de um século de políticas públicas pautadas na ‘guerra às drogas’ tem se evidenciado, assim como foi visto, ineficaz e politicamente excludente, além de ceifar diversas vidas no cotidiano de guerra às drogas. Fundamentado e construído por vias teóricas colonialistas, o proibicionismo veio, em um primeiro momento, como forma de repressão à população negra. No Brasil pós-abolição, por exemplo, a maconha ficou conhecida como “fumo de negro”; nos Estados Unidos, assim como conta Fab 5 Freddy no documentário *Baseado em Fatos Raciais*,⁶ o termo cannabis foi substituído por “marijuana” para uma fácil assimilação aos imigrantes mexicanos.

⁶ O documentário lançado no dia 20 de abril de 2019, conta um pouco sobre a história da proibição da maconha em solo estadunidense, que foi baseada em uma relação de injustiça racial.

Além do segregacionismo intrínseco a tais práticas, as abordagens em saúde mental pautadas na abstinência deixam de trabalhar com recursos individuais que facilitariam no auxílio à recuperação do usuário, como, por exemplo, a recaída ou o retorno ao uso, momentos estes importantes para o entendimento de qual é a função simbólica particular que a substância exerce no indivíduo em situação de uso abusivo.

Uma alternativa para o tratamento do uso abusivo de substâncias psicoativas é a estratégia da Redução de Danos, uma forma de se enxergar a política sobre drogas de uma maneira mais humana, visando, literalmente, reduzir os danos psicológicos, sociais e biológicos causados pelo consumo abusivo de determinadas substâncias. As práticas de Redução de Danos propõem efetiva participação dos sujeitos e da comunidade nas estratégias de intervenção, com base no protagonismo e na troca simbólica, por meio da horizontalidade da relação entre agentes redutores de danos e população-sujeito. Instiga, ainda, a valorização do saber que os sujeitos têm sobre suas vidas, sendo esses agentes que assumem responsabilidades sobre seus comportamentos (SANTA CATARINA, 2003).

Tal proposta segue alguns princípios, tais como a deliberação, o protagonismo, a autonomia, a coparticipação e a corresponsabilidade. Com isso, há um efeito da coprodução de saúde, visto que regras de condutas são criadas e adotadas a partir do encontro e do vínculo do grupo, bem como a criação de redes de cooperação, as quais definem um “território existencial para os usuários de drogas” (PASSOS e SOUZA, 2011, p. 161). Também busca ampliar as ofertas de cuidado dentro de um cenário deliberativo e de construção conjunta.

A multidisciplinaridade e/ou a transdisciplinaridade são indispensáveis nas práticas pautadas na Redução de Danos. O amplo debate sobre o universo que envolve a circulação e consumo de substâncias psicoativas deve ser observado por diferentes prismas de análise, de modo a agregar pensamentos humanizados de diferentes áreas do conhecimento em um diálogo conjunto sobre formas de lidar com as situações apresentadas por cada caso em especificidade.

Projetos como o *Conexão Jovem*, desenvolvido por pessoas de diferentes áreas, que englobam a Psicologia, o Serviço Social, as Ciências Sociais

e a Filosofia, proporcionam diversificadas lentes de análise que, em conjunto, traçam caminhos que possibilitam um atendimento amplo e de grande possibilidade de êxito no tratamento de pessoas em situação de uso abusivo de substâncias psicoativas.

O Conexão Jovem foi coordenado pelo Núcleo de Direitos Humanos da PUCPR, inicialmente em parceria com o Departamento de Políticas sobre Drogas da Prefeitura Municipal de Curitiba. O projeto vinculou as áreas de formação em saúde e políticas sociais, visando contribuir para a qualificação da política pública sobre drogas no município de Curitiba, atuando por vias fundamentadas na Redução de Danos, no que se refere ao trabalho de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas entre crianças, adolescentes e jovens.

O projeto visou identificar e atuar em formas efetivas de prevenção na perspectiva da redução de danos. Nesse sentido, tratou-se da busca de soluções para os problemas e dificuldades de atuação na prevenção secundária e terciária, iniciando pela identificação dos principais desafios, do planejamento, das estratégias de atuação, sua implementação, monitoramento e avaliação de sua efetividade, visando principalmente a criação e o fortalecimento de vínculos com os jovens inseridos no projeto, fomentando estratégias personalizadas de cuidado, como a realização de atividades artísticas, esportivas e culturais, formação de grupos de apoio e rodas de conversa, atendimentos técnicos especializados, encaminhamentos em rede e outras ações de prevenção secundária e terciária. Trata-se da adoção de práticas que facilitem a vinculação por relações de confiança entre os jovens e equipes interdisciplinares, de modo a possibilitar o interesse pela inserção em serviços de atenção e proteção da saúde e da assistência social.

A metodologia utilizada para as rodas de conversa com adolescentes partiu de observações feitas nos ambientes em que os jovens seriam atendidos. A música, sempre presente, foi a estratégia utilizada. Muitos jovens consomem produtos da indústria musical, sem ter a compreensão das histórias que contribuíram com a formação de uma determinada tribo urbana ou vertente musical. Nesse sentido, as vertentes escolhidas estavam inseridas no contexto social do adolescente brasileiro, e possibilitaram a discussão de temas relacionados aos Direitos Humanos. Para as diversas conversas feitas com adolescentes, foi

pensado em utilizar de rodas de conversa, quatro encontros cada grupo de adolescentes para conversar sobre funk, hip-hop, música eletrônica e reggae.

O funk possibilitou discussões ricas sobre a hipersexualização da população negra no período escravocrata, a proibição das culturas negras, e a objetificação feminina presente nas músicas atuais. A partir desse ritmo, foi possível ter discussões sobre a importância do uso da camisinha e refletir sobre a associação entre sexualidade, álcool, objetificação da mulher, que contribui para casos de abuso, contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e possível gravidez indesejada. Já o hip-hop promovia discussões sobre o cuidado com o corpo, sobre a importância de estar aberto a novas experiências que possam contribuir com o desenvolvimento pessoal e profissional, além de conversarmos com os adolescentes como o movimento se deu através de organização comunitária contra as diversas violências presentes em territórios marginalizados. No encontro pautado no hip-hop, decidíamos de acordo com o perfil da turma qual a vertente do hip-hop seria mais adequada para ser utilizada no encontro: rap, DJ, grafite e breaking. Com a música eletrônica, discutimos sobre estas brincarem com sensações, e que o universo da música eletrônica é permeado por experimentações, que não necessariamente seriam experimentações de substâncias psicoativas, uma vez que é possível a diversão sem uso, e que desta maneira se torna mais real. No entanto, em alguns momentos os atendidos trouxeram situações de amigos ou de si próprios contando sobre usos que já haviam feito, das sensações a assim podíamos falar mais especificamente sobre as razões pelas quais algumas pessoas fazem uso de substâncias psicoativas, seja por questões familiares, questões emocionais e/ou territoriais. O encontro sobre reggae trazia consigo a compreensão do contato com a natureza, o senso de comunidade e a valorização da cultura negra. Neste, a associação entre reggae e maconha era mais evidente, e assim, a equipe pôde problematizar os efeitos nocivos do uso de maconha por adolescentes, como um certo desrespeito ao cuidado com um corpo que está em desenvolvimento, que possibilitaria, aliado a outras questões emocionais, familiares ou econômicas, o desenvolvimento de sintomas psicóticos.

Em meio ao trabalho com os estilos musicais e rodas de conversa os temas relacionados à Educação em Direitos Humanos foram sendo trabalhados, tais como desigualdade, violência, machismo, racismo e LGBTfobia. Percebeu-se que a aproximação da linguagem artística com o contexto dos jovens despertou novos olhares e compreensão do seu cotidiano, principalmente nas relações individuais e coletivas de sua vivência em adolescer.

A vinculação com os jovens nas atividades aconteceu a partir dos saberes da equipe, conhecimentos estes fundamentados na Psicologia e Sociologia, bem como pesquisas sobre as vertentes musicais utilizadas, compreendendo o sujeito adolescente na sua individualidade e na relação com os demais, inserido em seu meio biopsicossocial, sendo esse momento do ciclo vital marcado principalmente pelas novas experiências e sentimentos intensos que fazem parte do processo identitário da adolescência, entendendo que as transições corporais e psíquicas servem como uma abertura para a descoberta da individualidade e saída da infância marcada pela dependência, fator primordial na constituição do sujeito. Partindo também do entendimento filosófico a respeito da potência dos afetos e de seu caráter para impulsionar novas percepções da realidade, sobretudo através da arte e da cultura, buscou-se promover um despertar da autonomia, abrangência na participação coletiva, melhor adaptação aos momentos hostis desse período de vida, sendo talvez o contato direto com o jovem a principal ferramenta de trabalho. As discussões de caso e estudos foram basilares para que o desenvolvimento do vínculo fosse executado de maneira ética e responsável.

As discussões junto com os participantes das atividades eram sempre muito ricas de conteúdo, surgindo questões não só da temática trabalhada em cada encontro, mas também exposições bastante individuais. Muitos adolescentes puderam falar dentre outras coisas sobre frustrações com o ambiente escolar, com a comunidade em que vivem, relatar experiências de uso abusivo de drogas por parte dos familiares e compreender a importância de se levar em consideração o fator cuidado independente de uma posição favorável ou não ao uso de drogas.

Isso mostra como o fortalecimento do vínculo contribui para uma maior abertura da individualidade adolescente, onde a equipe toma uma distinta posição profissional diante do jovem que se expõe, dando assim um outro

lugar de fala, sendo esse espaço muitas vezes negligenciado a este jovem devido ao adultocentrismo presente nos serviços ofertados.

Para além de uma portaria de Redução de Danos que sugira este viés como forma de tratamento, se faz necessária a criação de Políticas Públicas pautadas e fundamentadas na Redução de Danos, compreendendo a amplitude social, pessoal e coletiva de seu tratamento. Experiências como a da Nise da Silveira trazem para a nossa ciência a comprovação que a arte tem potencial transformador, que é possível e eficaz se comunicar com jovens à margem da sociedade em situação de vulnerabilidade social através da música, da dança e dos elementos artísticos que compõem aquele cenário territorial. Cada território expressa de alguma forma sua arte e através dela é possível promover encontros afetivos dentro das singularidades e complexidades da adolescência e nossa forma de compreender o contexto territorial e abordar a temática sobre drogas com jovens.

A proposta é sempre apresentar experiências efetivas nos atendimentos de saúde mental, aperfeiçoar dentro de cada contexto, de cada cultura, propostas humanizadas de atendimento, que atendam a população por um caminho de emancipação e autonomia dos usuários, e isso nos parece possível somente por uma política que se relacione com a comunidade, que compreenda as principais demandas e atenda de acordo com a participação popular.

As políticas públicas ainda não garantem acesso à arte e à cultura nos serviços de saúde, sendo mais vistos como um serviço de entretenimento, sendo que a única via de tratamento acaba sendo a medicalização. Falta seriedade para olhar a arte como método, conforme apresentado por Nise da Silveira, e com experiências quem segue esse legado, como o Teatro de Dyonises, no Rio de Janeiro, desenvolvido pelo médico psiquiatra Vitor Pordeus. Além disso, o grupo musical Meninas de Sinhá, as experiências de Economia Solidária, a qual possibilita outras formas de renda para usuários, contribuem para compreender e implantar a política de práticas integrativas prevista na Portaria nº 971.

A musicalidade utilizada com jovens apresenta um encontro mais afetivo possível de estabelecer vínculos, escutas e partilhas. Nada impede que outros gêneros musicais possam ser partilhados, porém antes de qualquer ação, seja por iniciativa pública ou privada, não se estabelece relação

impondo regras e costumes, como canta o samba de Dona Ivone Lara, “alguém avisou que pra pisar nesse chão tem que ser devagarinho”, que nos inspira a construir junto com a comunidade um trabalho fortalecendo as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

Brasil. Portaria nº 1.028 de 01 de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Diário Oficial da União, 2005.

COURTWRIGHT, D. T. *Forces of Habit: Drugs and the Making of the Moderns World*. Massachusetts/London: Harvard/Cambridge, 2001.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* 2017. São Paulo, São Paulo, 2017.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8a ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1989.

GÓES, W. L. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências Marília, 2015.

Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada. *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2016. Brasília: *Ministério dos Direitos Humanos*, 2018.

Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília, 2017.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de Danos e Saúde Pública: Construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, vol. 23, n. 1, janeiro-abril, 2011, pp. 154-162.

PICHOT, A. *A sociedade pura: de Darwin a Hitler*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2000.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Saúde. Diretoria Vigilância. Epidemiológica. *ABC Redução de Danos*. – Florianópolis: SES, 2003.

SPINOZA, B. de; TADEU, T. *Ética*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TORCATO, C. E. M. Breve história da proibição das drogas no Brasil: uma revisão. *Revista Inter-Legere*, n. 15, p. 138-162, 26 dez. 2014.

ZACONNE, O. *Acionistas do nada*: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

PROPULSÃO: TRANSVENDO FISSURAS, TERRITÓRIOS E SUBJETIVIDADES

André Fabrício de Souza¹

Henrique Costa Brojato²

Isabel Janay Hinça da Silva³

Vanessa Tauscheck⁴

“A expressão reta não sonha.

Não use o traço acostumado.

A força de um artista vem das suas derrotas.

Só a alma atormentada pode trazer para a voz um formato de pássaro.

Arte não tem pensa:

O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê.

É preciso transver o mundo.”

(Manoel de Barros)

Ao escolher o nome deste texto, surgiram diversas ideias. Um pouco boas, outras nem tanto, como em todo processo de criação. Antes de iniciar, tínhamos uma demanda coletiva de que o nome pudesse ser poético, e que pudesse romper com – ou transitar em – uma linguagem que não permite as equivocidades dos significantes, que irrompem em

¹ Cientista Social (Universidade Estadual de Maringá), Mestre em Sociologia (Universidade Federal do Paraná). Coordenador Pedagógico na Marista Escolas Sociais – Unidade Propulsão.

² Psicólogo, Especialista em Psicopatologia Fenomenológica (FCMSCSP) e em Antropologia Cultural (PUCPR). Mestrando em Educação (PUCPR). Diretor na Marista Escolas Sociais – Unidade Propulsão.

³ Assistente Social, especialista em Questão Social pela perspectiva intersetorial (UFPR). Assistente Social na Marista Escolas Sociais – Unidade Propulsão.

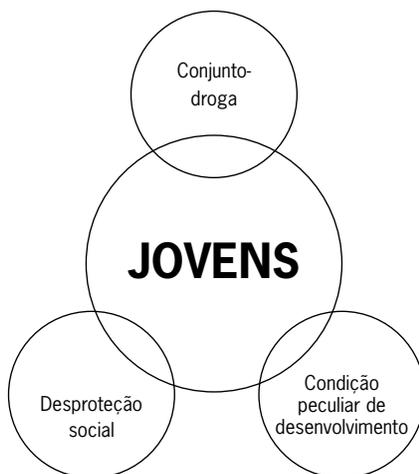
⁴ Psicóloga, Especialista em Psicodrama terapêutico (Faculdades Integradas Espírita) e em Gênero e Diversidade na Escola (UFPR). Psicóloga na Marista Escola Sociais – Unidade Propulsão.

significados diversos durante o exercício da leitura poética. Daí, “transver” fissuras, territórios e subjetividades.

Transver, tal qual Manoel de Barros expressa em seus versos, soa como um devir – ou de’veir’ – de enxergar o mundo para além daquilo que se coloca na realidade fenomênica. Por isso, o texto que se seguirá almeja instigar esse devir por meio da forma em que o conteúdo que expressa o que é o Centro Social Marista Propulsão⁵ será desdobrado em suas dimensões epistemológica, metodológica e ontológica.

Conforme se observa na Figura 1, buscamos, na composição de estratégias de inserção social, aspectos que contemplem, majoritariamente, estas três dimensões:

Figura 1: Intersecção entre Conjunto-Droga, Desproteção Social e Condição Peculiar de Desenvolvimento na adolescência, que caracteriza o público-alvo de atendimento do CSM Propulsão.



Fonte: Centro Social Marista Propulsão

⁵ O Centro Social Marista Propulsão está localizado na cidade de Curitiba/PR, e é composto por uma equipe interdisciplinar, definida desta forma: direção, coordenação pedagógica, psicologia, serviço social, 4 educadores sociais, 2 assistentes administrativas e auxiliar de higienização. Contato: propulsao@solmarista.org.br.

O primeiro é o do conjunto-droga, tal qual Deleuze o compreende. Ele é a “produção, distribuição, circulação de dinheiro, repressão, terapias, leis e, fundamentalmente, mídia”, além de ser também a negação de qualquer especificidade única sobre as drogas. Isso porque as drogas, segundo o mesmo autor, afetam a percepção tanto daqueles que usam drogas quanto daqueles que não o fazem (LANCETTI, 2013, p. 40).

Somado a esse conjunto-droga e a essa alteração perceptiva, temos um segundo aspecto que é a especificidade de pensar os efeitos de toda uma rede simbólica de práticas cotidianas em territórios marcados pela desproteção social, expressão da desigualdade social brasileira. Dessa realidade provém a maioria dos adolescentes atendidos no CSM Propulsão. Isso aporta nossa práxis (nossa ação pensada) ao considerar os sentidos e significados dos usos e cenas de uso em que essas e esses adolescentes estão inseridas e inseridos para além da lógica de guerra às drogas, com vistas à garantia, promoção, proteção e defesa de direitos. Por fim, o terceiro aspecto a ser considerado é o da especificidade da adolescência e sua condição peculiar de desenvolvimento, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei esta que é ponto de partida da atuação do Sistema de Garantia dos Direitos, mas que por vezes não é o bastante para se romper com a lógica adultocêntrica ao qual culturalmente estamos habituados.

O conjunto-droga, o contexto social brasileiro e a condição peculiar de desenvolvimento da adolescência, cada qual em seu lugar, confluem numa intersecção onde reside o cerne da atuação da unidade. Contudo, ao mesmo tempo que evidencia as grandes questões para se realizar um trabalho que tenha sentido, abarca problemáticas que erigem percalços na tarefa de transver singularidades de cada uma das biografias que se vinculam à unidade.

Isso nos leva a pensar o oposto do transver em nossa conjecturação poético-política: a contrafissura. Essa posição em relação aos usuários e usuárias de drogas, que se define como um “afã por resolver imediatamente e de modo simplificado problemas de tamanha complexidade” (LANCETTI, 2015, p. 30), justifica muitas das ações de violação de direitos fundamentais. É como se as usuárias e os usuários de drogas não tivessem esses direitos, nem mesmo sua vontade própria, e quem dirá desejo (LANCETTI, 2013). Disso resulta, em grande parte dos casos em que a dinâmica de uso nocivo

se perpetua, um curto-circuito que se resume à uma atenção às usuárias e aos usuários de drogas que por vezes desconsidera direitos fundamentais.

Quando falamos sobre nosso trabalho, rememorar aquilo que Sigmund Freud diz sobre o uso de drogas nos remete aos percalços relacionados ao atingimento dos objetivos que traçamos, percalços estes vivenciados no cotidiano de atuação e nos significados que escutamos de cada jovem que entra na unidade sobre os motivos pelos quais seus usos – abusivos, nocivos, recreativos – se dão. Em geral, falas expressam que algo os falta; em alguns casos, que algo os sobeja. Em ambas as situações, algo os angustia.

Freud (1996/1930, p. 86) aponta que o uso de drogas seria uma das formas de aplacar a angústia oriunda do processo civilizatório e da renúncia ao instinto. Diz ele:

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tantos indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse “amortecedor” de preocupações, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade.

Essa visão já tem desdobramentos mais complexos dentro da própria literatura psicanalítica.⁶ Contudo, é ímpar a percepção trazida neste trecho, além claro daquilo que o pai da psicanálise apontou em seguida. Apesar dessa condição de amortecimento ou afastamento das desgraças da vida

⁶ Cito dois trabalhos importantes para se pensar a questão das toxicomanias na abordagem psicanalítica: *Las adicciones en la hipermodernidad. la incidencia del semejante en la constitución subjetiva: un abordaje desde las toxicomanías*, de Mabel Levato (Buenos Aires: Logos Kalós, 2017) e *Toxicomanias: uma abordagem psicanalítica*, de Alba Riva Brito de Almeida (Salvador: CETAD/UFBA, 2010).

cotidiana, será essa mesma característica, segundo Freud, que irá ocasionar diversos danos e perigos, principalmente no que tange ao que ele chama de “aperfeiçoamento do destino humano” (Freud, 1996/1930, p. 86).

O elo entre aquilo que Freud postula e nosso trabalho talvez se dê não nessa concepção de aperfeiçoamento, mas sim na ideia de incidência em projetos de vida, que levem cada adolescente a superar amortecimentos e desgraças oriundos das dinâmicas de uso nocivo/abusivo e de violações desde a mais tenra infância, caminhando em direção a destinos de autonomia perante seus próprios desejos e ao acesso aos direitos humanos.

Dito isso, o Centro Social Marista Propulsão, uma das 23 unidades sociais e educacionais da Diretoria Executiva de Ação Social do Grupo Marista,⁷ busca transver fissuras, territórios e subjetividades configurando-se como dispositivo de (re)inserção social de adolescentes entre 14 e 18 anos que estão ou possuem histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas. Complementar à rede intersetorial, possui como proposta metodológica a redução de danos sociais e à saúde (ou ampliação da vida⁸), por meio de acompanhamento psicossocial e de proposta pedagógica que potencializem subjetividades para relações, afetos, desejos, assim como para o cuidado de si por meio do acesso a direitos fundamentais.

Já existe nessa definição algo do nosso próprio desejo. Quando falamos sobre subjetividades, inevitavelmente nos implicamos com o alcance de algo mais que “encaminhar” ou “reinsereir”; queremos que esses significantes obtenham significado em cada adolescente por meio de uma construção dialógica de atendimento, superando lógicas bancárias e verticalizadas.

Diante disso, apresentaremos a metodologia do CSM Propulsão, construída de forma coletiva e interdisciplinar, e encharcada de intencionalidades voltadas a cotidianamente buscar a promoção e defesa de direitos dessas e desses adolescentes. Ela está composta da apresentação do instrumental denominado Plano de Atendimento Singular e a concepção sobre (re)inserção

⁷ A DEAS é a frente de missão do Grupo Marista responsável pela coordenação e gestão educacional e de planejamento das unidades e escolas sociais.

⁸ O conceito de ampliação da vida está ligado à Lancetti (2015), que diz não gostar do termo redução de danos, em uma entrevista presente no livro *Contrafissura e Plasticidade Psíquica*. Essa expressão está na obra *Clínica Peripatética*, outro livro do mesmo autor.

social, dos tempos institucionais, de uma reflexão sobre nossa proposta pedagógica e da atuação com os públicos primeiro, segundo e terceiro (respectivamente, adolescentes, famílias e rede intersetorial).

PLANO SINGULAR DE ATENDIMENTO E A (RE)INSERÇÃO SOCIAL

O termo Plano Singular de Atendimento (PSA) foi pensado em nossa unidade a partir da junção do Plano Terapêutico Singular (PTS), do Sistema Único de Saúde, com o Plano Individual de Atendimento (PIA), da Assistência Social. Ao pensar o que seria o PSA, utilizamos a concepção sobre o PTS presente na cartilha “Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular”, onde este deveria ser “um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas, para um sujeito individual ou coletivo, resultado das discussões coletivas de uma equipe interdisciplinar” (BRASIL, 2007, p. 40). Reforçando essa ideia, a cartilha descreve que o PTS deve ser pactuado com o usuário, e a equipe ter abertura para imprevistos e novas pactuações.

O PIA, por sua vez, é utilizado em diversos dispositivos da Assistência Social. Por definição, o PIA é “um instrumento que norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária e a autonomia de crianças e adolescentes.” (BRASIL, 2018, p. 7). O instrumental também prevê que, para sua elaboração seja compactuado entre o equipamento de atendimento, a criança ou adolescente e a família, se possível. Grande ponto de atenção ao PIA é compreender que ele é um meio de trabalho para sistematizar as ações, com início, meio e fim, para que tenha uma maior articulação com as diversas políticas, mantendo sempre seu monitoramento e sua reavaliação.

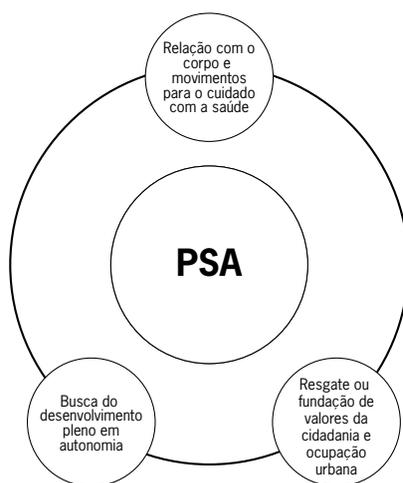
Diante dessas duas concepções pensamos que todas e todos têm o seu tempo. Por isso, o PSA é singular, e tem como objetivo estabelecer, junto à jovem ou ao jovem e equipe ampliada sua vivência no CSM Propulsão. Desta forma, entendemos o PSA como um instrumental constituído a partir da lógica de tempos institucionais (que será explicada mais adiante), que visa pactuar junto ao jovem um projeto de atendimento **psicossocial, socio-dinâmico** e **pedagógico** que considere os dias de frequência na unidade, as

atividades pedagógicas das quais participará, sua forma de se relacionar com sua família, território, instituições, tendo como motes tanto a redução de danos sociais e à saúde quanto os focos de (re)inserção previstos.

O PSA se operacionaliza por meio das discussões de caso, que contribuem para a interdisciplinaridade e o levantamento de prioridades no atendimento. A partir das discussões e estabelecimento de prioridades, é possível pactuar as informações junto ao jovem, assim como estabelecer a divisão de tarefas entre integrantes da equipe (como quem irá à UBS com o jovem, ou quem o auxiliará no agendamento para a documentação), dando prioridade às referências profissionais pré-estabelecidas. Dessa forma, as articulações inter-setoriais ganham papel indispensável para a execução do PSA, assim como os registros e vivências interdisciplinares, que comporão os elementos necessários para a avaliação das ações, assim como a revisão constante do PSA.

Buscamos, na composição de estratégias de inserção social, aspectos que contemplem, majoritariamente, estas três dimensões, conforme é possível observar na Figura 2:

Figura 2: Esquema que ilustra as três dimensões contempladas para a construção do PSA dos e das jovens.



Fonte: Registros da equipe do Centro Social Marista.

O tempo de atendimento não se aplica da mesma forma para todas e todos os adolescentes. Por isso, trabalhamos de maneira individualizada com cada uma e cada um, delas e deles, possibilitando-lhes autonomia na decisão sobre quantas vezes por semana e por quanto tempo seria adequado participar das nossas atividades, levando em consideração a agenda já existente da adolescente e do adolescente.

Aqui incorremos em outro termo que, de tantos significados, corre o risco de perder-se em seu sentido e importância: autonomia. Por se tratar de um conceito polissêmico, citaremos a concepção de autonomia preconizada por Pacheco (2012, p. 11), em seu dicionário de valores, sem, contudo, nos encerrarmos nesta definição, visto que também dialogamos com Paulo Freire e outros autores:

A autonomia exprime-se como produto da relação. Não existe autonomia no isolamento, mas na relação EU-TU, no sentido que Martin Buber lhe outorga. É, essencialmente, com os pais e os professores que a criança encontra os limites de um controle que lhe permite progredir numa autonomia, que é liberdade de experiência e de expressão dentro de um sistema de relações e de trocas sociais. Conclusão: a autonomia convive com a solidariedade.

Explanado o que vem a ser o PSA, e o que entendemos por autonomia, resta uma questão importante: mas o que vem a ser a (re)inserção? Entendemos a (re)inserção social como uma etapa complementar após tratamento no âmbito da saúde por uso abusivo de álcool e outras drogas, segundo preconiza a Política Nacional sobre Álcool e Outras Drogas (...), mas também reconhecemos sua potência enquanto um grande catalisador para a promoção do tratamento, seja este nos dispositivos da rede pública, seja em parceria com clínicas-escola e/ou profissionais para atendimento psicoterápico individual ou em grupo, entre outras modalidades consonantes com o cuidado em liberdade.

Para boa parte dos casos que atendemos, trabalhamos, literalmente, para inaugurar inserções, pois muitos dos jovens que atendemos estavam desarticulados dos acessos aos quais qualquer cidadão deve ter direito: saúde,

lazer, esporte, cidadania, etc. Para outros casos, nossa operação concentra esforços no retorno da adolescente e do adolescente para instituições que ela ou ele já pertenceram: por isso a grafia entre parênteses na palavra (re) inserções. Por fim, opera-se em algo que está além das (re)inserções, e ainda além de inaugurarmos inserções. Trata-se das deserções, especialmente dos adolescentes em envolvimento com o tráfico de drogas (FREI, 2015).

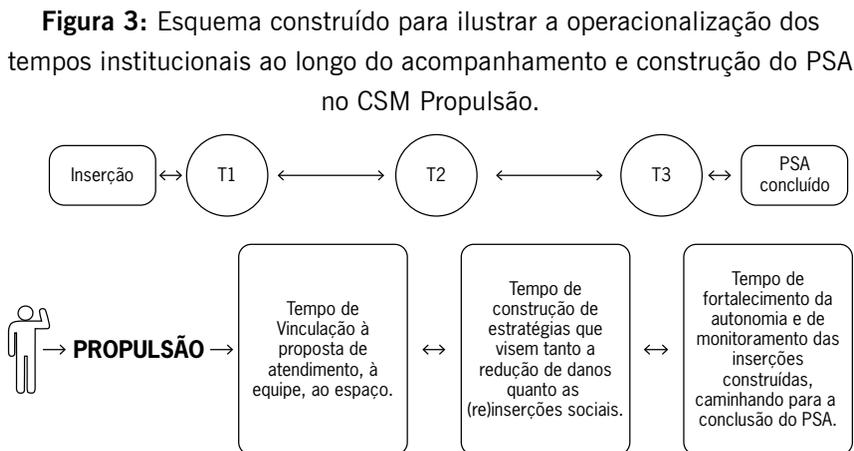
Não há mapa que mostre uma direção única para todas as jovens e todos os jovens. Cada caso merece sua própria cartografia, seu próprio PSA. (Re)inserções são ações que, em última análise, dialogam com o direito à cidade em sua leitura mais abrangente. Ter e promover uma instituição voltada especificamente para a (re)inserção social é uma forma de complementar (e não de substituir ou excluir) as Políticas Públicas de Assistência Social, Saúde e Educação e seus respectivos equipamentos, além de outras políticas, entendendo que o atendimento deve ser realizado de forma integral, assim como prevê a Reforma Psiquiátrica.

Dito isso, evidencia-se que na metodologia proposta pela unidade, bastante complexa pela característica do público atendido, se justifica o conceito de PSA pela sua função de delineamento intencional e temporal. Com ele se pode mensurar impacto das ações desenvolvidas, traçar objetivos, possibilitar a interdisciplinaridade e expor ao jovem qual o sentido de sua frequência na unidade. Logo, a importância desse conceito metodológico na realidade do CSM Propulsão se dá principalmente pela sua característica de dar forma àquilo que seria o produto entre o objetivo da nossa atuação, as condições institucionais que promoveriam esses objetivos e por fim, mas não menos importante, as singularidades de cada jovem.

TEMPOS INSTITUCIONAIS

Tendo em vista a complexidade do manejo de cada um dos PSAs, se fez necessário constituir metodologicamente o acompanhamento desenvolvido para cada adolescente por meio de Tempos Institucionais, conforme se nota na Figura 3. Tempos 1, 2 e 3, que localizam, dentro de toda a complexidade do/no cuidado prestado, quais seriam as ações e estratégias pertinentes a

cada jovem a partir de sua relação com a proposta ofertada pela unidade. A Figura 3 ilustra as explicações:



Fonte: Elaborado pelos autores e autoras.

A inserção de cada adolescente na unidade se dá por meio do encaminhamento oriundo da rede intersetorial, ou de maneira espontânea. Quando ela ou ele chegam ao espaço, passam por triagem junto à equipe técnica (psicologia, serviço social ou coordenação pedagógica), para que possamos definir se tem perfil de atendimento ou não. Sendo perfil, a jovem e o jovem serão inseridas e inseridos a partir de sua disponibilidade e identificação com as oficinas ofertadas.⁹

O Tempo 1 (T1) inicia-se após a triagem e inserção do adolescente. É o momento de vinculação do jovem com o espaço, com os outros adolescentes e com a equipe. Não possui um prazo previamente estipulado para que se realize. Consideram-se para a compreensão do processo de vinculação algumas premissas, conforme Figura 4:

⁹ As oficinas serão explanadas na seção que versa sobre a Proposta Pedagógica.

Figura 4: Aspectos para compreensão do processo de vinculação da adolescente e do adolescente com a unidade durante o T1.



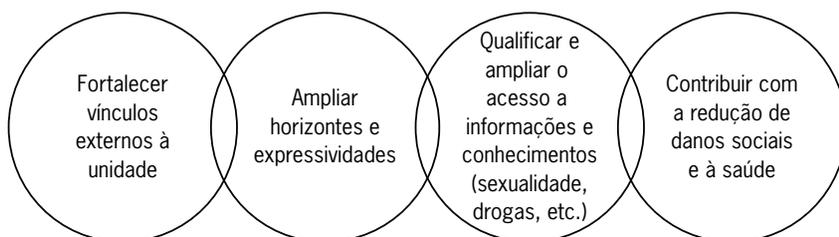
Fonte: Elaborado pelos autores e autoras.

Vínculo é um conceito que, assim como autonomia, possui diversos significados, dependendo do contexto em que é aplicado. O definiremos a partir de uma lógica nativa, construída pela nossa práxis. Entendemos por vínculo o processo pelo qual a adolescente ou o adolescente passam a se sentir parte do espaço da unidade, seja essa relação estabelecida com o próprio local físico, com a equipe ou com os adolescentes que transitam pelo CSM Propulsão. É uma relação de confiança e responsabilidade em que a presença na unidade se transforma em algo significativo para cada adolescente, sendo um espaço afetivo em que ela e ele se sintam acolhidos, podendo trazer suas demandas para a elaboração e efetivação do PSA.

Na experiência cotidiana percebe-se que o processo de vinculação não é algo que se consolida fora da prática metodológica da equipe, mas sim numa construção que perpassa atendimentos individuais, oficinas, visitas domiciliares, atendimentos no território, em ambiência (que será explanada na proposta pedagógica).

O Tempo 2 (T2), tem como premissa as ações e estratégias que objetivam a promoção das (re)inserções, inserções e deserções, estabelecidas por meio do PSA. Conforme Figura 5, é nesse momento do acompanhamento, onde o vínculo com a unidade está estabelecido, que se tem a oportunidade de:

Figura 5: Aspectos desenvolvidos durante o período em que a adolescente e o adolescente estão no T2.



Fonte: Centro Social Marista Propulsão

Esse ciclo se encerra (ou abre caminho para o próximo tempo institucional) quando se identifica que a jovem e o jovem tiveram acesso ou obtiveram conhecimentos de como podem acessar formas de promoção e defesa de seus direitos fundamentais. Por esse motivo, o T2 pode levar mais tempo em relação aos outros tempos, e demandar da equipe maior número de discussões de caso e encaminhamentos, além dos atendimentos individuais.

Em suma, a intencionalidade desse espaço-tempo é a concretização de ações, junto ao adolescente e aos diversos atores que compõem sua cartografia afetiva, que estabeleçam sentidos para a construção de autonomia na tomada de decisões sobre seu corpo, relações, vivências e desejos, caminhando dessa forma a efetivação das estratégias de inserções.

O Tempo 3 (T3) é marcado pela promoção ainda mais enfática dessa autonomia, entendendo que o acesso aos direitos fundamentais e à redução de danos são formas de ampliação da vida. Também significa a última etapa no acompanhamento do adolescente na unidade, caminhando para a conclusão do seu PSA.

Nesse momento dos tempos institucionais há um maior diálogo e articulação com as instituições que a adolescente e o adolescente estão ou foram (re)inseridos, buscando uma relação complementar e intersetorial com serviços e instituições e o monitoramento das inserções realizadas. Ao concluir o PSA, entendemos que é preciso ao menos uma tentativa concreta de (re)inserção social; quando não é possível essa concretização,

concebemos que o conhecimento em cada política pode ser tão significativo quanto a própria efetivação da ação, já que viabilizará o movimento autônomo em relação à efetivação de seu próprio cuidado.

Esse efeito da não inserção por muitas vezes causa em nós, como equipe, frustrações. Contudo, não é raro em visitas realizadas por adolescentes egressas e egressos (ou seja, que encerraram seu PSA), escutá-las e escutá-los dizendo da importância de ter frequentado o CSM Propulsão. Essa importância é atribuída tanto às vivências significativas com a equipe, quanto aos conhecimentos adquiridos, que se transformaram em aprendizagens significativas para a vida: desde um “foi aqui que aprendi a cozinhar arroz” ao “agora que saí do Propulsão, estou trabalhando. Mas posso voltar a ser atendido?”.

Em suma, temos nossos objetivos enquanto unidade, mas precisamos nos fundamentar naquilo que vem delas e deles, de suas ancoragens, como preconizam Broide e Broide (2016, p. 30). Ancoragens não são um conceito propriamente dito, mas expressam um formato metodológico¹⁰ que se preocupa com aquilo que “amarra o sujeito à vida”: incluem-se a pessoa, a família, as instituições, os recursos simbólicos e sociais que a adolescente e o adolescente têm acesso.

DE ONDE A GENTE PARTE, COMO A GENTE CAMINHA E ONDE QUEREMOS CHEGAR – UMA REFLEXÃO SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA

Elas e eles estão aqui. As jovens e os jovens. Algumas e alguns chegam pela manhã com os olhos brilhantes pela empolgação de algo novo ocorrido no dia anterior. Outras e outros, com os olhos marejados, sentam-se à mesa contando dos medos ocasionados ao atravessar a rua da vila, da

¹⁰ Aqui vale mencionar que essa concepção se inspira numa vertente psicanalítica, onde o conceito de transferência (ou relação transferencial) balizaria a escuta clínica em situações sociais críticas, por meio de um rigor clínico. Contudo, como mencionamos anteriormente, o Propulsão se compreende na intersecção entre o fazer e o saber interdisciplinar, não se limitando a uma leitura estritamente psicanalítica dos fenômenos.

cobrança da dívida, da ameaça de morte. Ainda outras e outros chegam demonstrando apatia, silêncio... tentando entender o que é essa casa, e em certa medida e de um jeito desconfiado, tentando entender o que são. Vão chegando. Vão ficando. Vão partindo. Nada aqui é estável. Estático. Tudo se move e tudo flutua. É preciso esticar, esticar, esticar, esticar... até acessar, ainda que de leve, pedaços dessas consciências.

A gente parte delas e deles! Parte das narrativas, mas também dos silêncios. Parte da agitação, mas também da calma. Parte da resistência, mas também do aconchego. Assim, como pensar uma proposta pedagógica que dê conta de tantas singularidades? Paulo Freire em sua obra, criou em certa medida uma Pedagogia das Diferenças ao elucidar sobre a importância de considerar com primazia a realidade cultural e territorial dos indivíduos em qualquer processo de aprendizagem. Paulo Freire destaca a valorização da história de vida, da oralidade, das experiências adquiridas ao longo de sua trajetória, como o instrumento mais eficaz de aquisição de conhecimento. Nos aproximamos de Freire. Nos aproximamos da juventude.

São então as jovens e os jovens detentoras e detentores do conhecimento e dos instrumentos para ampliá-los. Mas e nós? O que essa equipe diversa e interdisciplinar faz afinal? Nós mediamos, balizamos, inspiramos estes conhecimentos. A gente caminha em conjunto. Equipe, educandas e educandos. Esse trajeto percorrido é marcado por algumas metodologias: o plano pedagógico é parte integrante do PSA. Educadoras e educadores possuem uma dupla dimensão pedagógica: oficinas e ambiência. As oficinas são organizadas de modo a preservar a autonomia das educadoras e dos educadores em diálogo com a realidade dos educandos. Melhor dizendo: cada educadora e cada educador constroem um projeto pedagógico de atividades, uma ideia geral – que nos termos de Freire seria o “tema gerador”, e que na vida diária com as jovens e os jovens vai se ajustando às realidades e demandas por elas e eles trazidas. Desse modo, como é possível identificar no Quadro 1, a especialidade e experiências individuais de cada educadora e de cada educador, em contato com as experiências e singularidades de cada jovem, vão se combinando a fim de constituir a ampliação de conhecimento e de autonomia de cada educanda e de cada educando.

Quadro 1: Atividades pedagógicas desenvolvidas no Centro Social Marista Propulsão.

QUADRO ATIVIDADES PEDAGÓGICAS		
FORMAÇÃO	FOCO DE ATUAÇÃO	OFICINAS DESENVOLVIDAS
Ciências Sociais	Letramento e Direitos Humanos	Letrando-nos e Humanos Direitos
Artes Visuais	Artes Visuais e Direito à Cidade	Oficina de Artes e Grafite e Rolê de Bike
Artes Cênicas e Terapias Holísticas	Artes: literárias e do corpo	RAP - Repensando as Palavras e Corpo em Movimento
Psicologia/Dança	Artes: corpo	Movimentos Diversos

Fonte: Centro Social Marista Propulsão

Como dito anteriormente, as oficinas desenvolvidas atuam de forma combinada com as especificidades da dimensão Psicossocial: Psicologia e Serviço Social, que por sua vez, agem de modo a ampliar o acesso aos direitos sociais básicos por meio da rede intersetorial. Essa multiplicidade de possibilidades à vida das educandas e dos educandos que pretendemos acionar se materializa em síntese nas Discussões de Caso, em que o processo de desenvolvimento é debatido coletivamente e são aferidos encaminhamentos pedagógicos e psicossociais, considerando a integralidade de cada jovem.

A outra vertente da dupla dimensão pedagógica é a **ambiência**, entendida como “estar aqui e agora”. Todos os espaços da casa, a sala de informática, a biblioteca, a cozinha, o pátio... produzem conhecimento. Sentar-se à mesa e tomar um café, ouvir um som, trocar um papo, dar um rolê, ir almoçar: são potências para a reflexão de ampliação da vida. Assim, a metodologia estabelecida aqui é a preparação do espaço e, às vezes, do “nada”. A equipe organiza a casa e o tempo livre nela, de modo a dialogar com as necessidades da jovem e do jovem e disponibilizar artifícios pedagógicos que estimulem o desenvolvimento do senso crítico.

Partimos de um lugar. Caminhamos de um modo. Mas onde pretendemos chegar? À (Re)Inserção Social e à Redução de Danos, que em certa medida trata do processo de transmitir conhecimento de valorização da individualidade e das experiências culturais potencializando a autonomia dos

educandos perante o mundo e às próprias vidas. (Re)inserir-se socialmente escrutina um arcabouço de acesso aos direitos fundamentais: como o acesso à saúde, à educação, ao corpo, à cidade, aos laços afetivos, à cultura. Assumimos então, o pressuposto da Pedagogia Social, de que a aprendizagem é um processo lógico, intelectual, afetivo e social (GRACIANI, 2014) para criar estados mentais e emocionais capazes de propulsionar os educandos a fazer escolhas conscientes e críticas sobre os rumos de suas próprias vidas.

SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS COM OS PÚBLICOS ATENDIDOS: ADOLESCENTES, FAMÍLIAS, INSTITUIÇÕES

Expostos os conceitos e alicerces fundamentais de nossa metodologia, adentraremos em práticas realizadas para que esses alicerces obtenham sentido no cotidiano de atuação. Para atender cada jovem em desdobramento do PSA e chegar às (re)inserções, a equipe do CSM Propulsão realiza ações com os três públicos atendidos: os jovens, as famílias e as instituições da rede intersetorial, podendo essas ações serem no espaço do CSM Propulsão, ou no território.

De acordo com o Quadro 2, as ações realizadas com o público primeiro (jovens) são:

Quadro 2: Atividades desenvolvidas junto ao público 1º (adolescentes).

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Atividades em grupo	Oficinas, rodas de conversa, grupos operativos etc., podendo ser no CSM Propulsão ou no território.
Atividades/ atendimentos individuais	Atendimentos realizados por equipe técnica/ referência do caso (educadores, psicóloga, assistente social, coordenador pedagógico), atividades individuais propostas por educadores ou equipe técnica, podendo ser também no território, aquelas deliberadas exclusivamente para o jovem, de acordo com seu plano singular de atendimento - por exemplo: retorno com uma jovem à Delegacia do Adolescente, acompanhamento de outro jovem para tirar documentos ou ir ao dentista, etc..

Cont.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Ambiência	Inclui as ações de ambiência com o jovem na unidade, contabilizada pelo profissional destacado para esta função de acordo com escala prévia.
Almoço	Inclui o fornecimento desta refeição ao jovem, bem como seu acompanhamento ao local destinado às refeições por um dos profissionais da equipe.

Fonte: Centro Social Marista Propulsão

Sobre o público segundo (familiares), entendemos ser importante começar com a definição que baliza nossas ações. Partimos da definição de Horst e Miotto (2017), que concebem que “a família sempre foi instância central na configuração da proteção brasileira e referência na estruturação das políticas setoriais, como saúde, educação, previdência.” (HORST e MIOTTO, p. 231, 2017). Portanto, aqui se evidencia a importância desse nível de atuação na unidade, visto que muitas de nossas construções são feitas inicialmente na vivência familiar.

As famílias não se configuram apenas em um formato. Elas transcendem laços sanguíneos, podendo ser configuradas também em condições de cuidado e afeto, sendo compostas de diferentes formas, até mesmo por pessoas que não têm sequer grau de parentesco. Contudo, cabe salientar que é preciso recordar qual a estrutura social que permite que ela se reproduza; estrutura esta que se configura a partir de lógicas classistas, racistas, machistas, LGBTfóbicas. Sendo assim, os jovens e as famílias atendidos estão inseridos nesse contexto, e por vezes, irão reproduzir as opressões que perpetuam tal estrutura social. Cabe a nós buscar incidir nessas relações para que o fortalecimento de vínculos possa ser possível.

Os atendimentos feitos com as famílias, os contatos e também as visitas domiciliares são abarcadas como formas de aproximação para a vinculação. Quando essa vinculação é estabelecida, esses familiares geralmente passam a participar de dois espaços coletivos para a interação: o encontro de famílias e o encontro de mulheres. O segundo se dá em reflexo ao panorama brasileiro, onde as mulheres assumem os espaços de centralidade da família nas tomadas

de decisão e são quem, por vezes, geram a renda que subsidia a existência.¹¹ Portanto, foram pensados momentos da atuação com famílias e em específicos para as mulheres, que de alguma forma representam esses laços com os adolescentes, sendo elas mães, tias, irmãs, avós.

Os encontros de família acontecem em geral em momentos celebrativos do ano. Para isso, são chamados todos os familiares dos jovens, pessoas que constroem relações afetivas com eles, constituindo um espaço de partilha e diversão.

O encontro de mulheres possui outra perspectiva, ou seja, a de construir um espaço para que as mulheres que pertencem a essa família possam ter um momento de lembrar sua identidade para além do papel social que ocupam, de cuidado e proteção. A elaboração desses encontros é realizada de forma coletiva, com a escuta do que as mulheres gostariam de debater: são desenvolvidas atividades corporais, diálogos, escritas, ou seja, vivências que possam propulsionar relações que, em uma primeira instância, abarcariam elas com elas próprias, mas ao mesmo tempo, numa segunda instância, uma vivência coletiva, de mulheres que se identificam a partir da partilha de histórias que evidenciam um imperativo social: o de serem as únicas responsabilizadas pelo cuidado e educação de seus filhos.

Em relação ao público terceiro, compreendido como a rede intersetorial, temos a compreensão de que as adolescentes atendidas e os adolescentes atendidos são – ou deveriam ser – atendidas e atendidos por outras instituições, em geral do serviço público, em decorrência das situações de desproteção social em que se encontram. Entendemos que, para além de articulações e processos de encaminhamento com esse público, buscamos também elaborar trocas de conhecimentos, ou seja, formações coletivas sobre

¹¹ Em decorrência de uma vivência de uma sociedade patriarcal, compreendemos que mesmo que as mulheres tenham a centralidade de responsabilidade das famílias, são também as maiores culpabilizadas pelos cuidados das filhas e dos filhos e de outras pessoas que compõe a dinâmica familiar, mesmo que não tenham correlação sanguínea, somente de afeto. Dessa forma, como colocado pelos autores, “a expectativa de que as mães se responsabilizem sozinhas pela criação de seus filhos acaba se naturalizando frente à pressão da sociedade e das próprias famílias, que muitas vezes se desenvolvem com crenças de que cuidado e maternagem são sinônimos.” (VERZA, SATTTLER, STREY, p. 48, 2015).

redução de danos e a transversalidade dos direitos humanos em relação ao público atendido. Diante disso, são construídas (1) discussões de casos coletivos, (2) fluxos de encaminhamentos e (3) processos formativos.

Para o atendimento intersetorial, são necessárias algumas premissas básicas. Piovesan (2004, p. 29) postula que:

“São, assim, necessários avanços na expansão contínua do alcance conceitual de direitos humanos, contemplando as necessidades básicas de justiça social. Nesse cenário, é fundamental consolidar e fortalecer o processo de afirmação dos direitos humanos, sob essa perspectiva integral, indivisível e interdependente[...]. A efetiva proteção dos direitos humanos demanda não apenas políticas universalistas, mas também específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis”.

Cabe lembrar que o recorte do CSM Propulsão tem pontos de atenção ainda mais específicos sobre a proteção integral de cada adolescente, pontos estes que Brites (2017, p. 272) sintetiza dizendo que “o caráter ilícito de alguns psicoativos contribui para acentuar situações de violação de direitos”. Sendo assim, compreendemos o trabalho com a (re)inserção social ligado à redução de danos sociais como processo que viabiliza a ampliação da vida de forma a promover a garantia de direitos sociais por meio da dignidade humana. Para Silva (1998, p. 92.), “[...] [a dignidade da pessoa humana] não é apenas um princípio da ordem jurídica, mas o é também da ordem política, social, econômica e cultural. Daí sua natureza de valor supremo, porque está na base de toda a vida nacional.”. Assim como exemplificado por Awad (2006, p. 113):

Adotar a dignidade da pessoa humana como valor básico do Estado democrático de direito é reconhecer o ser humano como o centro e o fim do direito. Essa prerrogativa é o valor máximo, constitucionalmente falando, o valor absoluto.

Nesse ínterim, a redução de danos, assim como o cuidado em liberdade pautam a forma como acreditamos que os adolescentes precisam ser assistidos pela rede, buscando de fato o enfrentamento das vulnerabilidades diante de um posicionamento crítico consolidado, por meio do cuidado integral e não criminalizador. Portanto, a importância da articulação com outras instituições e não o encaminhamento por si só se dá justamente na compreensão que em cada discussão de caso há um fator potencializador para a ampliação da vida de cada adolescente. A redução de danos não está somente no falar sobre o uso de álcool e outras drogas e sobre as dimensões de risco de uso, está também na participação da vida comunitária, no direito à cidade, na mais subjetiva compreensão de seu próprio corpo: a redução de danos por si só é um processo de ampliação da vida, propulsionando sentidos e transvendo realidades, em rede.

CONSIDERAÇÕES: ENTRE PEDRAS E FISSURAS, TRANSVER TERRITÓRIOS E SUBJETIVIDADES

Assim como qualquer exposição sobre metodologias, se intenciona localizar o leitor o mais próximo possível à realidade do local, do grupo de pessoas, do cotidiano de atuação. Algo como que uma intenção etnográfica, que constrói por meio da narrativa uma imagem sobre determinada realidade ou contexto. O que não se nega é que existe um hiato entre aquilo que escrevemos nessas páginas e aquilo que vivenciamos enquanto equipe, que escrita alguma conseguiria dar conta de expressar.

Deixamos como principal consideração – e talvez contribuição para se pensar a atenção a adolescentes em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas – a nossa implicação no atendimento, em alguns momentos considerado como uma clínica da cultura, em outros como educação não formal, que diz respeito a danos sociais e à saúde. Ou melhor, à redução destes danos. Por isso, não caberia uma concepção dicotômica entre clínica e educação, mas sim de uma práxis de intersecção entre elas, compondo um todo direcionado à promoção de práticas e reflexões que integrem as dimensões psicossocial e pedagógica, dentro de uma lógica que é intersetorial e territorial.

Vemos nessa forma de atuação potencial para incidência em políticas públicas de atendimento dessa população, assim como um lócus de resistência a movimentos que buscam desconstruir trajetórias tão árduas para a consolidação de práticas garantidoras de direitos fundamentais de usuários da saúde mental. Também acreditamos que cada parte apresentada da metodologia compõe um todo que precisa ser interdisciplinar e complementar às ações intersetoriais de cuidado em liberdade, já que a questão da droga não diz respeito somente à saúde ou segurança pública, mas sim a articulações constantes por meio de um sistema de garantia de direitos.

Sendo assim, transver territórios e subjetividades significa enxergar biografias, construir conhecimentos e aprendizagens significativas, atuar com e nas ancoragens de cada sujeito, defender direitos humanos. Sem qualquer um desses elementos, incorreremos no equívoco de contrafissuras (expressões retas, traços acostumados), que em nada contribuirão para a construção de estratégias singulares de atenção psicossocial com vistas à proteção, promoção e defesa de direitos, ponto este em que o Cento Social Marista Propulsão se alicerça como dispositivo estratégico, tanto para a Rede Marista de Solidariedade quanto para a rede intersetorial de Curitiba e região metropolitana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. C. C. A.; DUARTE, M. J. O. *Criminologia crítica, drogas e saúde mental: integrando os saberes*. – Artigo 13 do livro: Serviço Social, saúde mental e drogas/ organizado por Marco José de Oliveira Duarte, Rachel Gouveia Passos e Tathiana Meyre da Silva Gompes. – Campinas: Papel Social, 2017. p. 249-276.

AWAD, F. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. *Revista Justiça do Direito*, v. 21, n. 1, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular*. 2º edição. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento*. Brasília, abril de 2018.

Brites, Cristiana Maria. *Consumo de psicoativos, proibicionismo e ética profissional* – Artigo 12 do livro: *Serviço Social, saúde mental e drogas/organizado por Marco José de Oliveira Duarte, Rachel Gouveia Passos e Tathiana Meyre da Silva Gomes*. Campinas: Papel Social, 2017. p. 277-298.

BROIDE, E. E.; BROIDE, J. O atendimento em situações sociais críticas: a construção de um método baseado nas ancoragens do sujeito. In: *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Escuta, 2016. p. 27-38.

FREI, A. Reinserções, Inserções e Deserções. In: *Cadernos de Subjetividade/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo*, v. 17, n. 12, p. 35-54, 2015.

GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia Social*. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2014.

FREUD, S. (1930 [1929]). O mal-estar na civilização. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 67-150.

HORST, C. H. M.; MIOTO, R. C. T. Serviço Social e o trabalho com famílias. In *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 228-246.

LANCETTI, A. Subjetividades drogadas. *Cadernos de Subjetividade/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo*, v. 15, n. 10, p. 37-43, 2013.

LANCETTI, A. *Contrafissura e Plasticidade Psíquica*. São Paulo: Hucitec, 2015.

MARTINELLI, M. L. *Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional*. Localización: Emancipação, ISSN-e 1982-7814, vol. 6, n. 1, 2006, p. 9-23. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4022679>.

PACHECO, J. *Dicionário de valores*. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2012.

PIOVESAN, F. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Sur – Revista Internacional De Direitos Humanos*. Ano 1, Número 1, 1º semestre de 2004, p. 21-47. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-

d=S1806-64452004000100003#:~:text=Os%20direitos%20sociais%2C%20econ%C3%B4micos%20e%20culturais%20incluem%20como%20preocupa%C3%A7%C3%A3o,a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20aos%20grupos%20vulner%C3%A1veis.&text=%C3%89%2C%20assim%2C%20adotada%20pela%20ONU,Estados%20Unidos)%20e%20oito%20absten%C3%A7%C3%B5es.

SILVA, J. A. da. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo da Democracia. In: *Revista de Direito Administrativo*, v. 212, 1998, p. 125-145.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. *O projeto ético político do Serviço Social*. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760 p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS v.1), p.185-199.

VERZA, F.; SATTLER, M. K.; STREY, M. N. *Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar*. Pensando fam., Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 46-60, jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2015000100005&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 21 abr. 2019.

SILVEIRA, D. P.; VIEIRA, A. L. S. Reflexões sobre a ética do cuidado em saúde: desafios para a atenção psicossocial no Brasil. *Estud. pesqui. psicol.* v.5 n.1 Rio de Janeiro jun. 2005, Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000100007.

SOUZA, J., KANTORSKI, L., & MIELKE, F. Vínculos e redes sociais de indivíduos dependentes de substâncias psicoativas sob tratamento em CAPS AD. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas* (Edição em português), 2(1), 01-17, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v2i1p01-17>.

VERZA, F.; SATTLER, M. K.; STREY, M. N. Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando fam.* [online]. 2015, vol.19, n.1, pp. 46-60.

DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E OS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Caroline Ferreira Costa Serqueira¹

Cineiva Campoli Paulino Tono²

Roseane Mendes Bernartt³

INTRODUÇÃO

A tecnologia mudou o jeito como vivemos, nos relacionamos e interagimos no mundo e com o mundo. As facilidades advindas da evolução tecnológica provocam mudanças estruturais no cotidiano, no trabalho, na escola e na vida. Apesar destas mudanças proporcionarem benefícios evidentes para a sociedade, nas mais diversas áreas, os efeitos nocivos do uso demasiado de tecnologias digitais já despontam como um alerta, principalmente quando fatores essenciais para a saúde e o bem-estar humano passam a ser negligenciados.

As redes sociais via internet e os mecanismos de comunicação instantânea são recursos cada vez mais presentes na vida das pessoas. Toda essa facilidade de acesso e de consumo de informação carregam consigo riscos e efeitos nocivos à saúde, à segurança, às relações sociais, enfim, à proteção da dignidade da pessoa humana, tornando os usuários das tecnologias digitais vulneráveis, principalmente as crianças e os adolescentes com

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Gestão Escolar e Mestre em Educação, atua como Gerente de Tecnologia na Educação Básica do Grupo Marista.

² Química, Especialista em Farmacologia, Mestre em Educação, Doutora em Tecnologia.

³ Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Conselheira Técnica do Instituto Tecnologia e Dignidade Humana.

acesso a um espaço cibernético repleto de atrativos. As vulnerabilidades se agravam quando as condições de uso das tecnologias não preceituam o devido controle de tempo, conteúdo e forma de uso condizentes com o grau de maturidade, discernimento e percepção sensorial das crianças e dos adolescentes.

Neste contexto, elegeu-se para este artigo um dos riscos do uso desmedido das tecnologias digitais, a dependência tecnológica, que está em crescente estudo na área de saúde mental em todo o mundo na atualidade, principalmente a partir de 2013, com a introdução do transtorno de jogo eletrônico, como um subtipo de dependência tecnológica, no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em sua quinta edição (DSM-5) pela Associação Americana de Psiquiatria, trazendo à tona um dos efeitos patológicos do uso abusivo e compulsivo das tecnologias digitais – *gaming disorder*.

Assim, é urgente a necessidade de promover reflexões, mobilizações sociais e concretizar ações educativas – tendo a aliança “família e escola” – que previnam este e outros riscos inerentes ao uso desmedido e descontrolado das tecnologias, tendo como firme propósito a garantia do direito de proteção integral das crianças e dos adolescentes na Era Digital.

A TECNOLOGIA DIGITAL NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As tecnologias, digitais ou não, têm um papel essencial na vida e no desenvolvimento da humanidade através dos séculos. Hábitos e comportamentos são modificados continuamente. As mudanças em várias dimensões na sociedade, decorrentes do avanço científico e tecnológico são evidentes e afetam diretamente o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes na atualidade. Estas mudanças também são estendidas para o ambiente escolar por meio da incorporação de tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e de aprendizagem, com o intuito de flexibilizar o trabalho pedagógico desenvolvido.

Assim, desde a mais tenra idade, as crianças, já enquanto bebês, estão expostas às telas de dispositivos eletrônicos, sendo este contato comumente proporcionado pela própria família. O contato precoce com as telas pode

resultar em prejuízos na fala, no comportamento sedentário e nos aspectos relacionais das crianças, segundo inúmeros estudos na área da pediatria.

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) publicou em 2016, um manual indicando que crianças com menos de dois anos não devem ser expostas a telas digitais. Em abril de 2019, a Organização Mundial da Saúde, informou que aproximadamente 6% da população mundial com menos de 5 anos apresenta sobrepeso e recomendou que as crianças tenham um mínimo de tempo de atividades físicas, substituindo o tempo de tela passivo, alienante e sedentário.

Os adolescentes, por sua vez, estão usando mais do que nunca a internet para compartilhar informações pessoais (PALFREY, GASNER, 2011). O mundo físico se interliga com o mundo digital e passa a não ter mais distinção entre eles e o tempo destinado à interação com o ambiente digital passa a ser maior. Para Setzer (2014), crianças e adolescentes são, naturalmente, propensos a se viciarem no uso de tecnologia por não terem autoconsciência e autocontrole desenvolvido como os adultos, sendo que os efeitos negativos do vício são obviamente muito maiores neste grupo do que com adultos, pois ainda estão em formação.

No Brasil, a evolução do consumo de internet por crianças e jovens pode ser acompanhada por meio da pesquisa TIC Kids Online Brasil,⁴ realizada anualmente desde 2012. Os resultados do relatório de 2017 indicam que 85% da população entre 9 e 17 anos é usuária da internet no país, com um aumento do uso do telefone celular, sendo este dispositivo, em muitos casos, a única opção de acesso à Internet para população jovem.

O relatório alerta que a intensidade do uso amplia as chances de exposição de crianças e adolescentes a riscos, como exposição à publicidade infantil, *cyberbullying* e conteúdo de natureza intolerante e recomenda medidas de promoção, e que sejam desenvolvidas políticas e ações que

⁴ A pesquisa TIC Kids Online Brasil, conduzida anualmente desde 2012 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), tem como objetivo central mapear possíveis riscos e oportunidades on-line, gerando indicadores sobre acesso à Internet por crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade e sobre os usos que eles fazem dela.

considerem o direito à privacidade e que protejam os dados de crianças e adolescentes na rede internet.

Em maio de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o vício em jogos eletrônicos como distúrbio e o adiciona à lista de doenças modernas (ICD11). O nome atribuído ao distúrbio é *gaming disorder*, que se caracteriza como um padrão recorrente ou persistente relacionado a jogos digitais ou videogames. A exposição de crianças e jovens aos jogos eletrônicos é um fator de risco expressivo em uma sociedade de tecnologia onipresente.

Mesmo com estas evidências, não é prudente tratar as tecnologias como algo ruim ou bom, mas sim encará-la como um poderoso ambiente no qual crianças e adolescentes estão inseridos. É preciso criar mecanismos que difundam a importância do uso consciente, em favor da proteção da infância e da adolescência no contexto digital. E o papel da escola, aliado à família, é essencial para preservar a saúde e o bem-estar da criança e do adolescente nesta conjuntura tecnológica.

DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

Considera-se dependência quando se constata que a vida das pessoas está sendo prejudicada em diferentes aspectos: desequilíbrio nos interesses, ansiedade, isolamento, comprometimento da qualidade do sono, da saúde, do tempo, da segurança e das relações sociais. Não existe um conceito único sobre 'dependência tecnológica' e as pesquisas apresentam diferentes terminologias para esta qualidade de dependência.

De acordo com Abreu, *et al.* (2008), existem diversos termos para descrever o uso abusivo de computadores e de internet na literatura: *Internet Addiction*, *Pathological Internet Use*, *Internet Addiction Disorder*, *Compulsive Internet Use*, *Computer-Mediated Communications Addicts*, *Computer Junkies* e *Internet Dependency* e essa diversidade é devido às distintas áreas de atuação dos profissionais que a pesquisam.

O termo Dependência Digital descrito por Gonçalves (2017) apresenta como a falta de autonomia relacionada ao uso de dispositivos digitais. Neste artigo, a opção foi pelo uso do termo Dependência Tecnológica, considerando

que esta terminologia adotada abrange os efeitos do consumo excessivo aos meios digitais, seja por dispositivos eletrônicos, conectados à internet ou não.

Para atender aos critérios de algo muito parecido com uma dependência de substância química psicoativa, os marcadores mais significativos são (YOUNG; ABREU et al, 2008):

1. Um comportamento que produz intoxicação/prazer (com a intenção de alterar o humor e a consciência);
2. Um padrão de uso excessivo;
3. Um impacto negativo ou prejudicial em uma esfera importante da vida;
4. A presença de aspectos de tolerância e de abstinência.

De acordo com Abreu, *et al.* (2008) é evidente que grande parte dos usuários que apresentam problemas de dependência, possuem algum tipo de vulnerabilidade pessoal, entre outras deficiências. Assim, a internet passa a ser uma das melhores formas de diminuição do estresse. Tais dependentes utilizam-se de tecnologia digital para aliviar suas tensões pessoais e passam a exibir comportamentos e características similares, como: trocar a vida real pela virtual, usar a tecnologia como principal meio de comunicação, possuir mais relações digitais que físicas, comprometer os hábitos de alimentação, o desempenho no trabalho e no tempo de sono, assemelhando-se a comportamentos de dependentes de álcool e outras drogas químicas psicoativas.

Os estímulos emitidos através dos dispositivos eletrônicos são intensamente recebidos pelo sistema nervoso central (SNC) da criança. São luzes, sons, figuras, movimentos que atraem a atenção do usuário e provocam uma excitação elétrica dos mecanismos sensoriais envolvidos nessa ação. Rowan (2017), descreve esse processo: do ponto de vista do desenvolvimento, a exposição repetitiva a estímulos sensoriais intensos leva a um sistema visual hiperativo: a criança tenta prestar atenção a tudo ao seu redor, dificultando o foco e causando outros problemas de integração sensorial.

Evelyn Eisenstein (2013) alerta que as especificidades no crescimento das estruturas cerebrais ocorrem até o final da adolescência, principalmente

no córtex pré-frontal, região cerebral onde “se estabelecem circuitos que irão influenciar os comportamentos cognitivos, de julgamento, de controle de impulsos e de planejamento de decisões e recompensas” (ABREU, EISENSTEIN, ESTEFENON 2013, p. 209).

Os estímulos advindos da tela, associados ao prazer que uma criança tem ao jogar ou navegar na internet, gera uma recompensa de curto prazo, o que levará à repetição do comportamento em busca dessa sensação. O sistema de recompensa será ativado toda vez que estiver nessa ação compensatória, provocando a produção do neurotransmissor dopamina. Em busca dessa sensação rápida de prazer, que se assemelha, comprovado cientificamente, ao uso de drogas químicas psicoativas, o indivíduo vai repetir o comportamento. Crianças e adolescentes que começam a jogar de maneira compulsiva ou que desejam manter-se cada vez mais tempo conectado à rede, demonstram claramente essa necessidade.

Em essência, segundo Young & Nabuco (2011), nos tornamos dependentes do intermitente e imprevisível fluxo de dopamina que passa a ser classicamente associado à substância ou comportamento que utilizamos. É aqui que a internet e os jogos eletrônicos se encaixam. Assim, começam a surgir as relações com outras condições psicológicas problemáticas.

Considera-se, portanto, que variados problemas para o desenvolvimento saudável das crianças e dos adolescentes podem estar associados ao uso de dispositivos eletrônicos e a alta conscientização em relação aos riscos de uso das tecnologias digitais, como fator de proteção na era digital, pode perfeitamente acontecer a partir de ações educativas produzidas no cerne da escola em comunhão à família das crianças e dos adolescentes.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E A PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Considerando a complexidade da inclusão digital, busca-se reforçar a importância de se desenvolver mecanismos na família e na escola para prevenção dos riscos apontados, de modo a apropriação das tecnologias digitais tornar-se saudável, em primeira instância, por aqueles que servirão de modelo para as crianças, os pais e os educadores.

Considerando que o Art. 4º do ECA prescreve:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Assim, quando o contexto do uso das tecnologias digitais pode conduzir a qualquer tipo de violação dos direitos de proteção integral à criança e ao adolescente, a política de acesso e ampliação de uso dessas tecnologias deve ser questionada. Daí a importância de se desenvolver mecanismos para propagação de informações sobre os riscos e impactos humanos e sociais decorrentes da inclusão digital.

Acrescenta-se a advertência de Nery Júnior e Machado (2002), de que as crianças e os adolescentes devem ser protegidos até atingirem seu desenvolvimento pleno em todos os aspectos: físico (nas suas facetas constitutivas, motora, endócrina, da própria saúde, como situação dinâmica), psíquico, intelectual (cognitivo), moral, social e artístico.

Com isso, notadamente, as crianças e os adolescentes necessitam ser instruídos, assistidos, orientados, monitorados no que tange ao uso da internet, quer a utilizem em casa, na escola, na casa de amigos, ou em outros lugares, para qualquer finalidade, até que atinjam minimamente a maioria civil aos 18 anos de vida, estabelecida pelo Código Civil do Brasil, Lei Nº 10.406 (BRASIL, 2002).

Segundo Paiva e Costa (2015), as crianças do século XXI nasceram em um período no qual a tecnologia é o alicerce das relações sociais e cada vez fica mais difícil viver sem ela. Antes mesmo de serem alfabetizadas, as crianças aprendem a usar os recursos dos aparelhos celulares de forma aleatória e sem objetivo, e este fator provoca, inclusive, dificuldades no processo de aprendizagem escolar.

Diante de tal contexto, faz-se emergente a implementação de ações educativas na escola e na família que trabalhem o tema de forma preventiva, antecipando-se a esses e outros problemas que certamente surgirão com o uso indiscriminado das tecnologias.

FATORES DE PROTEÇÃO E PROPOSTAS DE AÇÕES NA ESCOLA

Para orientar a análise sobre as implicações do uso da tecnologia no desenvolvimento de crianças e adolescentes, apontam-se elementos para superar uma dimensão de caráter fragmentado e alienante para uma dimensão de caráter flexível e qualificante da educação digital consciente, valorando o papel da escola e do professor.

A escola em que os processos educacionais superam as ideologias limitantes da inclusão digital meramente operacional e técnica não se acomoda com a condição materialista de provimento de tecnologias de informação e comunicação; seus gestores têm consciência de que esta condição por si só, não é capaz de atribuir aos alunos a possibilidade de investigar, questionar e de manter contato com a realidade de forma reflexiva e consciente em relação a todas as consequências do uso das tecnologias.

Para isso ocorrer, as crianças e os adolescente devem ser preparados e o papel do professor é fundamental ao assumir a mediação destas atribuições e capacidades, para desenvolver no aluno uma autonomia intelectual através do conhecimento científico, social, histórico, cultural, não valorizando em demasia o tecnológico, mas sim, o introduzindo na medida necessária, sugerindo aplicação refletida e equilibrada para produção do conhecimento na perspectiva transformadora.

O professor que trabalha nesta perspectiva elege a mediação como mecanismo condutor do processo de ensino e de aprendizagem, no lugar da transmissão, apresenta o conteúdo programático considerando o conhecimento historicamente produzido, estabelece estratégias metodológicas conforme seu discernimento, toma recursos diversos para uso didático, incluindo os tecnológicos, com criatividade e criticidade. Investe em atividades que despertam o interesse, o raciocínio lógico, a expressão dos pensamentos abstratos e a

permanente participação da criança e do adolescente, tendo assim catalisado o alcance do objetivo de torná-los autônomos intelectualmente.

Para isso acontecer, independentemente da área de formação e atuação, a formação dos educadores é essencial, assim terá condições de abordar pedagogicamente com as crianças e os adolescentes questões teóricas e práticas inerentes às consequências do uso inadequado das tecnologias digitais em caráter ergonômico, físico, cognitivo e organizacional relacionados à saúde e à segurança, de modo a estender tais informações às famílias, assim contribuindo para a produção de uma escola pautada em processos educacionais emancipatórios.

Neste contexto, a educação digital consciente desenvolvida na escola é estrategicamente planejada, conscientemente justificada e permanentemente avaliada pelo professor, com critério em relação ao conteúdo programático trabalhado e a metodologia aplicada (como, quando, com o que, o quanto e por que utilizar).

Se for para utilizar a tecnologia para pesquisa escolar, que o façam com critério rigoroso de seletividade, de categorização, de sistematização, verificando a legitimidade científica das fontes de dados e informações; se for para produzir textos, tabelas, planilhas e gráficos, que o façam a partir da inventividade e da criatividade; se for para publicar informações, que o façam com juízo e segurança.

O estudante requer um conhecimento ‘estratégico’ das tecnologias. A responsabilidade de ensiná-lo não é somente da escola, do professor, mas primeiramente preconizado pela família, porque a formação da criança e do adolescente tem que ser partilhada por estas entidades, como prescrito no art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil quando afirma a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família”.

O professor que trabalha na perspectiva do domínio estratégico das tecnologias, como apregoa Pozo (2002), discute nas dimensões humanistas o uso das tecnologias com as crianças e adolescentes e com suas famílias, apresentando os riscos e efeitos do uso indevido das tecnologias, que podem acarretar problemas de várias ordens aos usuários desinformados e/ou não conscientes, como os apresentados.

A escola que está municiada desta qualidade de professor e que estende o trabalho de conscientização de uso das tecnologias para a comunidade escolar está certamente preparando as crianças e adolescentes em idade escolar para o domínio estratégico, prudente e inteligente das tecnologias de informação e comunicação e para desempenhar papéis de líderes de uma sociedade carente de lucidez e criticidade acerca dos impactos do uso das tecnologias digitais. Eis o nosso desafio: criar e desenvolver mecanismos para formar o professor com este perfil!

A fim de cooperar com a preparação da escola e com a formação do professor para o desenvolvimento da “educação digital consciente” em toda a sua plenitude, sugere-se as seguintes condições:

- Formação instrumental, conceitual e metodológica do professor para utilizar as tecnologias digitais abordando conteúdos disciplinares às vistas de concepções sociológicas, filosóficas, culturais, de saúde e de segurança, ponderando a criança e o adolescente como beneficiários principais;
- Inclusão do tema “educação digital consciente” nos processos de construção do Projeto Político Pedagógico da escola e dos Planos de Trabalho Docente;
- Criação de mecanismos de troca de experiências e práticas bem-sucedidas na área de educação digital consciente entre professores e escolas, para valorização dos trabalhos pedagógicos que busquem resultados efetivos para prevenção dos riscos e efeitos nocivos do uso inadequado das tecnologias digitais;
- Desenvolvimento de atividades pedagógicas que conduzam as crianças e os adolescentes à releitura do mundo virtual às vistas da reflexão e da crítica, traduzindo as suas impressões em imagens, charges, músicas, poesias, peças teatrais, entre outras linguagens.

Aponta-se e sugere-se estas condições, certamente viáveis, acreditando-se na possibilidade de ressignificar prudentemente a assimilação da tecnologia digital na atualidade, para dar sentido à atividade humana reflexiva, crítica e consciente para o domínio estratégico da tecnologia.

Estas condições são dependentes do desenvolvimento da consciência do professor em utilizar tecnologias digitais para propor a seu favor e do seu aluno (crianças e adolescentes) mudanças nos processos educacionais, que por sua vez, dependem do conhecimento do conteúdo, do método, das possibilidades facilitadoras, dos riscos, das suas limitações, dos fatores de proteção que uma formação adequada pode lhe conferir, ao operar a tecnologia e a operar sobre a tecnologia, superando a inclusão digital passiva pela educação digital consciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os impactos do uso das tecnologias digitais na infância e na adolescência e analisar os fatores de risco que as crianças e os adolescentes estão submetidos na Era Digital tornaram-se necessidades emergentes e imprescindíveis para garantia da proteção integral, devido a sua fase peculiar de desenvolvimento humano. Por isso, os estímulos devem ser adequados às estruturas cerebrais, perceptivas e sensoriais da criança e do adolescente.

Dada a complexidade que envolve o tema em tela, recorre-se à educação escolar e familiar, por seu caráter pedagógico transformador, sempre buscando a garantia de direitos de proteção da criança e do adolescente na era digital, enquanto prioridade absoluta, como uma possibilidade real de prevenção aos riscos apontados, com a sensibilização e a disseminação de informação, como efetivo mecanismo de “Educação Digital Consciente”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. N. de; EISENSTEIN, E.; ESTEFENON, S. G. B. *Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- ABREU, C. N. de et al. Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 156-167, jun.

2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462008000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jan. 2018.

ABREU, C. N.; YONG, K. S. *Dependência de internet em crianças e adolescentes: fatores de risco, avaliação e tratamento*. Porto Alegre: Artmed, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de out. 1988. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 05 out. 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil brasileiro*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 3 out. 2017.

GONÇALVES, L. L. *Dependência digital: tecnologia transformando pessoas, relacionamentos e organizações*. 2017. Rio de Janeiro, RJ: Barra Livros, 2017.

NERY JÚNIOR, N.; MACHADO, M. T. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o novo Código Civil à luz da Constituição federal: princípio da especialidade e direito intertemporal. *Rev. de Direito Privado*, v. 3, n. 12, p. 9-49, 2002.

NABUCO, C. *Os efeitos da tecnologia em crianças menores de 2 anos*. 2016. Disponível em: <https://cristianonabuco.blogosfera.uol.com.br/2015/11/25/os-efeitos-da-tecnologia-em-criancas-menores-de-2-anos/>. Acesso em: maio 2019.

NABUCO, C. *Tecnologia e novas formas de isolamento*. 2014. Disponível em: <https://cristianonabuco.blogosfera.uol.com.br/2014/04/30/tecnologia-e-novas-formas-de-isolamento/>. Acesso em: mar. 2019.

PAIVA, N. M. L.; COSTA, J. S. *A influência da tecnologia na infância*. 2015. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>. Acesso em: maio 2019.

PALFREY, J; GASSER, U. Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto alegre: Artmed, 2011.

POZO, J. I. *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem*. 1.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

ROWAN, C. Dez razões pelas quais dispositivos portáteis deveriam ser proibidos para menores de doze anos. *Huffpost*, 2017. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com>.

com/cris-rowan/10-reasons-why-handhelddevices-should-be-banned_b_4899218.html. Acesso em: 14 jan. 2018.

SETZER, V. W. *Efeitos negativos dos meios eletrônicos em crianças, adolescentes e adultos*. 2014. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/efeitos-negativos-meios.html#17>. Acesso em: jun. 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Manual de orientação: Saúde de crianças e adolescentes na era digital*. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em: abr. 2019

UNITED NATIONS. *Under-fives daily screen time shou be kept to 60 minutes only warns who*. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2019/04/1037201>. Acesso em: maio 2019

TIC KIDS ONLINE 2017. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_kids_online_2017_livro_eletronico.pdf. Acesso em: maio 2019.

TONO, C. P. *Tecnologia e Dignidade Humana: mecanismos de proteção das crianças e adolescentes na era digital*. Curitiba: Juruá, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD-11)*. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/detail/25-05-2019-world-health-assembly-update>. Acesso em: maio 2019.

YONG, K.; NABUCO, C. Dependência de Internet. São Paulo: Artmed, 2011.

YOUNG, K. S, Abreu, C. N. *Dependência de internet: manual e guia de avaliação e tratamento*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PASSOS DA CRIANÇA: APRENDER PARA CONSTRUIR E TRANSFORMAR

Cristiane Faria Honório¹

Marlene Schüssler D'Aroz²

“À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele”

Jacques Delors

As crianças e os adolescentes sempre existiram, porém o que se modificou foi a concepções de infância e adolescência e o papel social em cada cultura. O mundo do que a “criança deveria ser” ou “ter”, e da mesma forma o adolescente, é diferente daquele onde vivem, ou na maioria das vezes sobrevivem (DEL PRIORE, 2012, p. 233). Há aqueles que estudam, os que trabalham, os que moram nas ruas, os que brincam, os que roubam e usam drogas. Há aqueles que são amados e outros, simplesmente explorados. (DEL PRIORE, 2012).

Avançamos nas políticas, nos direitos e nas ações voltadas a infância e à adolescência, porém, ainda são muitas as expressões sociais e violações de direitos que envolvem esse público, principalmente, em condição social vulnerável.

¹ Psicóloga formada pela PUCPR. Especialista em Educação Transformadora pela FAVE. Facilitadora habilitada em Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos pelo CEJUSC - TJPR. Pós-graduanda em Gestão de Pessoas: Carreiras, Liderança e Coaching pela PUCRS. Coordenadora Socioeducativa na OSC Passos da Criança. Atuante na Defesa e Garantia de Direitos da Criança e Adolescente há 15 anos.

² Pedagoga. Pós-Doutora em Educação. Docente colaboradora do Mestrado Profissional em Educação (UFPR). Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Positivo. Pesquisadora da infância de risco.

Garantir a criança e ao adolescente bases sociais e culturais que lhe permitam decifrar as constantes mudanças vivenciadas ao longo da vida e contextos, supõe-se, antes, auxiliá-los a compreender e a encontrar meios de superarem as adversidades e/ou solucioná-las, estabelecendo relações com aprender para transformar. O processo de aprender dá-se ao longo da vida. Para Jacques Delors (2003) está pautado em quatro pilares do conhecimento (aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser) que significa que a aprendizagem não pode estar voltada apenas para a absorção de conhecimento, mas principalmente ensinar a pensar e atuar no meio em que vivem.

Para a Associação Iniciativa Cultural, Organização da Sociedade Civil (OSC), de nome fantasia “Passos da Criança”, localizada em uma das diversas comunidades empobrecidas da cidade de Curitiba, proporcionar às crianças e adolescentes atividades que visam aprender a aprender para transformar é sua essência. Desta forma, a proposta socioeducativa visa a promoção do desenvolvimento integral e gradativo dos atendidos, integrando família, comunidade, escolas e a Rede de Proteção em seus processos e atuação.

A esse respeito Costa (2001, p. 16) evidencia que “nenhuma lei, nenhum método ou técnica pode substituir o frescor e a imediaticidade da presença solidária, aberta e construtiva do educador e da família junto ao educando”.

Do diálogo com diversos teóricos, temas e pesquisa com adolescentes, o presente texto objetiva apresentar percepções de adolescentes da Passos da Criança sobre suas experiências na instituição e refletir sobre o aprender a aprender e a sua contribuição para a transformação pessoal e social. As percepções foram registradas pelos educadores durante as atividades e conversas informais com os educandos.

APRENDER A APRENDER PARA TRANSFORMAR

A vida pessoal e social constitui um vasto campo de aprendizagens e realizações. Nesse sentido, cabe a quem educa e ensina, privilegiar o potencial de cada criança e adolescente proporcionando instrumentos a ponto de alcançar não somente um repertório de saberes, mas transformação. Para haver transformação, Freire (1998) propõe uma educação libertadora onde

cada indivíduo cria suas próprias representações de mundo, pensa estratégias para resolução de problemas e é protagonista de sua história. Proporcionar cada vez mais o gosto e prazer de aprender além da capacidade intelectual é a proposta de Delors (2003), descrita nos quatro pilares da educação (aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser).

O primeiro pilar “Aprender a conhecer” diz respeito ao ato de aprender permanentemente a compreender, descobrir e construir conhecimentos, valorizar a curiosidade, a autonomia. A esse respeito, Gardner et al (2001) afirma que cada criança pode desenvolver diferentes habilidades sobressaindo-se melhor em umas e não tanto em outras. Sobre conhecer, Feuerstein (apud MEIER, GARCIA, 2007) diz que “existe um potencial de aprendizagem a ser desenvolvido por qualquer sujeito, independentemente de sua idade ou origem étnica ou cultural” (p. 12).

O segundo pilar “Aprender a fazer” refere-se à capacidade de enfrentar as novas situações, desenvolver espírito cooperativo, coletivo e de troca.

Com base nas inteligências múltiplas de Gardner et al (2001), existem talentos diferenciados para atividades específicas, sendo que um ambiente estimulador de habilidades propicia condições adequadas de aprendizado suscitando no educando respostas positivas. Nesse processo, o educador enquanto mediador da aprendizagem tem um papel fundamental, uma vez que é ele quem cria situações que favorecem o desenvolvimento global do educando.

“Aprender a conviver” é o terceiro pilar. Envolve conviver com o outro, compreendê-lo, administrar conflitos, ter prazer em aprender mesmo que isso dependa de muito esforço. O ensinar a conviver na Passos da Criança está relacionado com o aprendizado experiencial dos valores universais, sabendo que cada indivíduo tem sua história e cultura, que influenciam na forma de relacionar-se com o outro, a conviver. O aprender a conviver torna aceitação e o respeito aos diferentes aspectos morais e sociais, tornando uma sociedade mais igualitária e pacífica.

O quarto pilar “Aprender a ser” requer sensibilidade, ética, responsabilidade pessoal, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, entre outros. Este pilar relaciona-se também com uma educação voltada para o desenvolvimento do corpo, mente, sensibilidade e espiritualidade.

Visando o desenvolvimento integral do educando, a Passos da Criança investe num quinto pilar, “Aprender a sonhar”. Sonhar, permite aos educandos reforçar as possibilidades de virem a ser quem eles quiserem ser, a terem uma perspectiva de futuro, a transformar sonhos em realidade.

Para que o desenvolvimento do educando seja também transformador, Yus (2002), propõe um desenvolvimento que contemple diferentes dimensões – emocional, social, física, criativa, intuitiva, estética e, inclusive, espiritual. Sendo que o estado último é uma consciência planetária e atuação em sua realidade. Dessa forma se dá a proposta pedagógica transformadora da Passos da Criança.

A Passos da Criança atende 60 crianças e adolescentes com idades de 5 a 14 anos, no contraturno escolar. A instituição tem como missão promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Como proposta pedagógica, e em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) visa identificar habilidades e desenvolver competências de cada educando. Na instituição participam de diferentes oficinas (música, esportes, yogaterapia, artes, ludicidade, leitura, sonho vivo, percussão, capoeira, dança, entre outros) e por meio destas atividades aprendem a construir projetos de vida. As atividades iniciam às 8 horas e encerram às 17 horas, de segunda a quinta-feira, sendo que algumas oficinas acontecem no período noturno e são abertas para a comunidade e famílias.

Do período de experiência, foram diversos os momentos marcantes da trajetória de cada participante, ora pelo aprendizado, ora pelas interações, pelos sentimentos de pertença e, embora não tenha sido investigado, manifestaram o desejo de permanecer na instituição. Sobre os momentos mais importantes e construtivos do período que frequentou a OSC, citaram a participação nas oficinas de yoga, sonho vivo, grafite e percussão, a relação com alguns educador(es)(as), a alimentação, a construção e resgate de valores, técnicas, amizades e o autodesenvolvimento. Sobre as mudanças percebidas desde a entrada na Passos, observa-se ter sido uma das melhores coisas que aconteceu na vida, associado às oportunidades de aprender o que não teria acontecido se não estivessem na instituição. Sobre o tempo, as atividades realizadas e o aprendizado, evidenciam:

Fiquei três anos e meio, fiz Percussão, Capoeira, Sonho Vivo, Yoga, Artesanato, Grafite, Esportes. Foi importante porque me ajudou a lidar com as pessoas, a ajudar o próximo. (6L)

Nos seis anos eu fiz Yoga, Percussão, Grafite, Sonho Vivo, tarefas da escola. Me ajudou a ler, a escrever, desenhar. Aprendi sobre união. Antes eu não falava com ninguém, porque ficava nervosa. Agora eu consigo falar e não fico mais nervosa. (1S)

Por quatro anos e meio participei de quase todas as atividades, fiz Percussão, Grafite, Yoga, Muay Thai, Música, Violão, Artesanato, Sonho Vivo, Olhares que Transformam, Esportes. Aprendi muitas coisas. Aprendi a pensar mais nas pessoas e ajudar elas. Antes pensava só em mim. Aprendi a ler e a escrever com letra de mão, a dialogar mais, ser menos tímida. Tinha dificuldade de dialogar. (4G)

Durante os seis anos fiz Yoga, Gastronomia, Música, Sonho Vivo, Olhares que Transformam, Capoeira, Percussão, Artesanato, Divertidamente, Grafite. A Passos mudou a minha vida para melhor. Antes ficava em casa e não estava nem aí para minha vida. Na Passos conheci novas pessoas, fiz amizades. Eu tinha dificuldade na escola (com cálculos) e em fazer amizade. Nas rodas de conversa e atividades de grupo, aprendi a me relacionar mais com a ajuda da psicóloga e da psicopedagoga. (2M)

Por seis anos, brinquei, fiz Percussão, Grafite, Yoga, Esportes, estou fazendo Informática. Eu aprendi bastante coisa. Aprendi a desenhar, a meditar, a pensar melhor, a ser mais educado, as regras de futebol, a ficar mais calmo, a subir nos palcos e fazer apresentação de trabalho. Me senti mais leve. (3V)

A Passos da Criança tem como proposta educativa preparar o educando para a vida. As ações são voltadas para o desenvolvimento de todas as dimensões do educando e suas habilidades. Neste sentido, as oficinas são planejadas visando, não somente conhecer algo, mas aprender o que fazer com esse conhecimento na prática, de forma que possa transformar aprendizado em projetos de vida. Desta forma, a Passos da Criança não é apenas um espaço protetivo, pois cumpre sua função de promoção e garantia de direitos e transformação pessoal e social.

Quando a criança/adolescente aprende, a vida ganha sentido e significado. Para Vygotsky (2001), “os significados constituem o ponto de partida”. Já o sentido, por sua vez, revela a apreensão individual do significado a partir de suas experiências pessoais. Os educandos (1S, 4G, 2M) evidenciam tais sentidos e significados quando afirmam ter participado de diversas atividades e delas apreendido valores como respeito, técnicas que contribuíram tanto na escola quanto nas interações com a família e a comunidade. Indicam também como relevante, o cuidado do educador, e sobre este, evidenciam o sentimento de saudades.

O princípio do aprender a aprender é o de que para a aprendizagem ser verdadeiramente educativa ela deve ser movida pelos interesses e necessidades da própria criança. Segue alguns relatos obre a atividade mais significativa, as mudanças e o aprendizado que irão levar para a vida.

Quando vim para a Passos eu não gostava de dividir as coisas com as pessoas, não sabia ler, gritava, falava com as pessoas de forma agressiva, falava muito palavrão. Hoje sou responsável. Sei ler, sei muitas coisas, não fico falando de forma grosseira com as pessoas.

Me identifiquei com yoga. Porque antes eu fazia as coisas sem pensar e agora eu penso. A meditação me ajudou a relaxar e ficar mais calma. Eu sei que mudei porque eu percebo e as pessoas falam.

Tudo que aprendi aqui, vou levar para outros lugares. Estou levando amor, penso mais no próximo e não só em

mim. As conversas com os educadores me ajudaram a mudar. Alguns educadores, vou levar como amigos. (6L) Eu era legal, mas tímida, nervosa, brava, bagunceira e briguenta. Hoje não faço mais isso. O psicólogo me ajudou. A atividade que mais me identifiquei foi yoga, porque aprendi a ser mais calma. Os exercícios me deixavam calma. Hoje lido melhor com as pessoas. Levo o aprendizado da leitura, escrita, desenho, união, alegria, amizade, respeito. (1S)

Antes eu era santa e não fazia nada. Mudei muito, não faço as coisas que me falam. As pessoas da minha família acham que eu me perdi no projeto. Mas eu acho que eu sou melhor, transmito coisas melhores, a ser o que eu quero. No projeto me identifiquei com a percussão. Desde quando entrei na Passos sempre quis fazer e hoje estou em dois grupos de percussão – Princesas do Ritmo e Bloco Pretinhosidade. Vou levar para a vida a comida da Sol (cozinheira), a espontaneidade, a criticidade, dar conselho, a dar opinião, ser quem eu quero ser. Ter liberdade para fazer escolhas, ser mais feliz e levar felicidade para as pessoas. (4G)

Vencer a timidez e valorizar mais as pessoas é frequentemente manifestado pelos educandos. As dificuldades vivenciadas pelas famílias afetam diretamente os filhos, que por sua vez manifestam tais dificuldades por meio de comportamentos. A oficina de yoga foi pensada para orientar o educando sobre como lidar com a dor, a angústia, raiva, tanto que a prática de yoga é evidenciada como a atividade que mais se identificam, justificando ser a yoga uma atividade prazerosa que contribui para harmonizar a mente, o corpo, a se acalmar.

Assim como a yoga, é também evidenciada a prática de esportes. Essa oficina é muito aguardada, pois é o momento em que podem brincar, desafiar os limites, potencializar as habilidades. O público atendido pela Passos reside em uma área de extrema vulnerabilidade social e humana. A comunidade não oferece espaços para as crianças praticarem esportes, lazer, ficando especificamente restrito às escolas e às instituições sociais. Quando surgem

oportunidades, seja com o futebol, atletismo ou outras modalidades, tudo é festa, alegria.

Quando (4G) diz que a experiência na Passos da Criança a ajudou tomar suas próprias decisões sobre o que quer fazer e o que quer ser, fica claro que houve transformação e que nas experiências seguintes, terá mais tranquilidade em realizar tarefas, superar desafios. Já (6L e IS), quando afirmam ter aprendido a respeitar as pessoas, evidenciam que os valores trabalhados diariamente pelos educadores contribuíram para a transformação. Trilhar seus próprios caminhos não é tarefa fácil, principalmente para os adolescentes e isso pressupõe que ter autonomia, segundo Freire (1998), só acontece na dialética entre o ensinar e aprender numa relação dialógica entre educador e educando.

A transição de uma etapa para outra sempre é desafiadora. Para os adolescentes o desafio é ainda maior, pois estão iniciando uma das fases mais importantes da vida, a preparação para a vida adulta. Nessa transição, os sentimentos evidenciados pelos participantes é de medo, receio de encarar o novo/diferente, de deixar os amigos, a comida servida, as atividades com as quais se identificaram.

De uma maneira geral, mesmo a Passos mantendo relações de cuidado e amizade pelos educandos egressos, no momento da transição ocorre uma ruptura com a organização, não só com o espaço físico, mas também nos contatos com os educadores, que carinhosamente chamam de tios. A partir do registro de relatos dos educandos foi possível identificar o quanto esse processo de transição tem gerado angústia e dificuldades em desvincular-se do espaço e pessoas, expressas nas negativas sobre a mudança de instituição e desejo de continuar no local que está.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível evidenciar clara distinção das mudanças ocorridas nos períodos antes, durante e em fase de saída, bem como a relação com as atividades, com a equipe, o aprendizado, a alimentação e as contribuições para a vida.

Destaca-se a importância com que os adolescentes atribuem a compreensão e a prática de valores, da valorização pelas pessoas, respeito, solidariedade, novas amizades, a compreensão do que é certo e errado. Destaca-se também sobre vencer a timidez, ser uma pessoa diferente. E ainda, não haver evidências de maiores dificuldades na participação nas oficinas, no aprender, bem como nas relações com pares e equipe. Embora os educandos mostrem sentimentos de nostalgia, o relato sobre o que levarão de aprendizado do período que ficaram na instituição é de gratidão e alegria.

A experiência mais significativa para os educandos centra-se nas atividades de yoga, sonho vivo, percussão e projetos que trabalharam valores. Para a equipe, o ganho maior está no aprendizado para a vida evidenciado na voz dos adolescentes quando afirmam a transformação para uma pessoa melhor, mais preparada, mais motivada, mais crítica, mais solidária, evidenciando com isso que a proposta educativa da organização está caminhando para o aprender a aprender e a transformar. À sociedade cabe rever as políticas públicas de atendimento a esse público. A nós, educadores sociais, cabe não apenas acolher, orientar, mas ensinar a aprender, a compreender a realidade, a trilhar seu próprio caminho.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

ALVES, R. *Conversas com quem gosta de ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 12 fev. 2018.

COSTA, A. C. G. *Pedagogia da presença: da solidão ao encontro*. 2. ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

DELORS, J. L. *Educação: um tesouro a descobrir*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DEL PRIORE, M. Infâncias, Adolescências e Famílias. In JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Orgs.). *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232-253.

DELVAL, J. *Introdução a prática do método clínico*. São Paulo: Penso Editora, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GARDNER, H.; CHEN, J. Q.; KRECHEVSKY, M; ISBERG, E. *Utilizando as Competências das Crianças: Volume 1*. Artmed, Porto Alegre, 2001.

MEIER, M.; GARCIA, S. *Mediação da Aprendizagem: contribuições de Feuerstein e Vygotsky*. Curitiba: Edição do autor, 2007.

VYGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YUS, R. *Educação integral: uma educação holística para o século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CENTROS DE CONVIVÊNCIA E CULTURA: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES, CIDADANIA E SUPORTE COMUNITÁRIO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Luís Felipe Ferro¹

INTRODUÇÃO

As diferentes críticas em âmbito nacional e internacional, desferidas contra o modelo manicomial de atenção, vêm possibilitando o vislumbre e o amadurecimento tanto sobre a pluralidade dos fatores intrinsecamente relacionados ao processo de saúde-doença, como a respeito das possibilidades de intervenções no campo da Saúde Mental (MOREIRA; NETO, 2017; NICÁCIO, 1990).

O movimento da Reforma Psiquiátrica, iniciada no contexto brasileiro nos anos de 1970, pôs em marcha algumas propostas que, gradualmente, vêm instaurando novas instituições e práticas voltadas ao cuidado comunitário e, com elas, possibilidades de existência em liberdade de pessoas em sofrimento psíquico (AMARANTE, 2018).

Neste processo maturacional, uma intensa miscelânea de práticas passou a acontecer, muitas vezes dentro de uma mesma localidade, e

¹ Docente do departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná com interesses e pesquisa voltados ao campo da Saúde, com ênfase em estudos na Saúde Mental, Terapia Ocupacional, processos de controle social das políticas públicas, economia solidária e educação em Saúde. Membro da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e região metropolitana (LIBERSOL) e presidente da Associação Arnaldo Gilberti.

algumas das iniciativas exitosas vêm conquistando, gradualmente, o status de política pública (SCARCELLI, 1998). Neste sentido, a atual política pública nacional do campo da Saúde Mental, a qual vem sendo chamada de Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), congregou algumas destas iniciativas. Centros de Atenção Psicossocial, Unidades de Acolhimento, Serviços Residenciais Terapêuticos, Consultórios na Rua, Centros de Convivência e Cultura, etc. são alguns dos pontos de atenção que atualmente compõem a RAPS (BRASIL, 2011, 2017).

Para além, o vislumbre da multifatorialidade do processo saúde-doença no campo da Saúde Mental passou a tomar materialidade fenomênica. Dentro do corpo legislativo (BRASIL, 2001, 2011, 2017), procura-se direcionar práticas de profissionais dos diferentes pontos de atenção da RAPS para promover ações que promovam a saúde e a vida humana por meio da inclusão cultural, esportiva, laboral, etc. Em um complexo e variado quadro atual, práticas caducas do modelo manicomial de atenção compõem terreno coexistencial com cooperativas e grupos de geração de trabalho e renda (MARTINS, 2017; FERRO, 2015), acompanhamentos terapêuticos (FERRO, 2014; 2018; ESTELLITA-LINS; OLIVEIRA; COUTINHO, 2015; BENATTO, 2014; SILVEIRA, 2016), projetos culturais, esportivos e de investimento no protagonismo dos usuários (FERRO, 2016; CASSANDRI; ARANHA E SILVA, 2009; AMARANTE, 2012; MATTOS, 2004), os quais vêm se tornando experiências cada vez presentes nos cotidianos dos serviços.

A partir do exposto, o presente capítulo pretende destinar esforços para congregiar reflexões e apresentar de maneira mais aprofundada um dos pontos de atenção da RAPS, o Centro de Convivência e Cultura (CECO), demonstrando seu potencial contributivo para a promoção da Saúde e para o cuidado comunitário na Saúde Mental, propondo, ainda, aliança pragmática entre os conceitos de Redução de Danos e o trabalho junto a crianças e adolescentes.

REDUÇÃO DE DANOS, PROMOÇÃO DE SAÚDE E PRODUÇÃO DE VIDA

Para construir a linha reflexiva aqui pretendida, é importante apresentar, embora com a brevidade necessária, o terreno conceitual sobre redução de

danos, foco dado às dimensões teórico-práticas do conceito e sua relação com a abstinência.² Segundo Andrade (2004),

Redução de Danos não é um conceito de consenso na literatura ou entre os técnicos que o operacionalizam; entretanto, é de fácil definição a partir de suas práticas: trata-se de ações que visam minimizar riscos e danos de natureza biológica, psicossocial e econômica provocados ou secundários ao uso/abuso de drogas sem **necessariamente** [grifo nosso] requerer a redução de consumo de tais substâncias. Tais ações se orientam por três princípios básicos: o pragmatismo, a tolerância e a diversidade. (ANDRADE, 2004, p. 87).

Embora exista uma atual polissemia sobre o conceito de Redução de Danos, no Brasil vem sendo vivenciada uma discussão bastante contraprodutiva, a qual coloca em terreno de disputa, e até mesmo de antagonismo, o conceito de Redução de Danos e a prática de ações que promovam o cuidado pela abstinência, ou seja, pautado pelo não uso de drogas.

Se, por um lado, o modelo do proibicionismo³ (ALVES, 2009; MARLATT, 1999) para a condução das questões pertinentes ao uso de drogas proponha o investimento em instituições e intervenções intolerantes ou muito pouco tolerantes ao uso de drogas, voltadas a buscar o ideal da abstinência (quase sempre pré-requisito para o tratamento), é tácito para qualquer trabalhador ou a qualquer sujeito em uso nocivo de drogas, a condição crônica de diferentes dos usuários e as dificuldades longitudinais de se manter a abstinência durante seu cotidiano vital.

² Não serão abordadas aqui questões a respeito da mudança longitudinal da relação das diferentes comunidades com o uso da droga, da ação estatal no controle do uso de substâncias psicoativas e suas contradições ou mesmo da questão da liberação e regulação social do uso, produção ou comércio de substâncias psicoativas. Para introdução a estas questões se aconselha as seguintes leituras: MEDEIROS; TOFOLI, 2018; PASSOS; SOUZA, 2008; SANTOS; OLIVEIRA, 2012; FIORE, 2012.

³ Para maior aprofundamento, sugere-se a leitura de SOCCAL (2012) e Alves (2009).

Logo, ainda se faz ponto pacífico, a necessidade de ações desenvolvidas neste campo que proporcionem atenção e cuidado a momentos vivenciais, investindo, junto com os usuários, em situações de vida concreta que evitem e/ou diminuam o uso nocivo de substâncias psicoativas e que proporcionem formas de vida diferenciada, que possam proteger estas pessoas dos danos de tal uso (ALVES, 2009; TRINO et al., 2017). Neste sentido, afirmando esta questão como ponto pacífico, é preocupação de qualquer indivíduo que trabalhe seriamente com a população com necessidades específicas por conta do uso de drogas compor intervenções que organizem cuidado longitudinal e comunitário, assim como novas possibilidades de vida que transformem padrões de uso nocivo.

Na experiência junto a um Congresso de Saúde Mental, um dos participantes tomou a voz e convocou todos os profissionais presentes a uma tarefa. Em palavras aproximadas, o usuário, a partir de sua vivência no uso nocivo de drogas, clamou aos presentes: “Vocês devem trabalhar para proporcionar cores para nossa vida, a droga proporciona, mas na minha vida veio junto toda uma desestrutura! Que o trabalho de vocês possa nos mostrar cores e possibilidades de viver outras coisas com alegria!”.

Neste sentido, é importante que o trabalho junto à drogadição possa estruturar ações singularizadas e novas experiências e, com isso, proporcionar outras formas de vivenciar cores, calcadas em experiências cotidianas que proporcionem vida junto às diferentes áreas da ocupação humana: educação, lazer, trabalho, participação social, etc.

A Redução de Danos, desta forma, apresenta-se como base estrutural para ampliar o vislumbre da complexidade humana e do uso histórico das drogas, proporcionando o alargamento do espectro de ações que promovam cuidado e cidadania (ALVES, 2009; SANTOS, 2008; TRINO et al., 2017). Se, por um lado, a Redução de Danos abre frente para intervenções que possibilitem apoio comunitário e ações voltadas a transformar o cotidiano, inserindo novas cores na vida de pessoas, no qual a possibilidade do uso é sempre presente, por outro, não se nega, em momento qualquer, a estabelecer estratégias de cuidado que proporcionem momentos de abstinência a determinados usuários que, porventura, destes possam se sobrevaler.

Ainda, a Redução de Danos propõe ampliar o olhar sobre a questão das drogas para compreender o efeito nocivo de diferentes estruturas sociais e sua intrínseca relação ao uso de substâncias psicoativas. E aqui não nos faltam exemplos fenomênicos.

É sabido que um país em crise, com altas taxas de desemprego, amplia consideravelmente o sofrimento de sua população (RIBEIRO, 2007) e, com ele, o uso de substâncias psicoativas, sejam legalizadas ou não. Barros e Oliveira (2009) e Giatti, Barreto e Cesar (2008) apresentam o aumento no uso de antidepressivos e mesmo de álcool e outras drogas nessa situação.

Estudos têm demonstrado que a situação de desemprego pode acarretar: conflitos no relacionamento familiar e social do sujeito; isolamento social; ocorrência constante de uso de álcool ou de outras drogas; apelo anormal para a religião ou esporte; ou agravamento de problemas sociais, como por exemplo, a criminalidade e a informalidade do trabalho. (BARROS; OLIVEIRA, 2009, p. 90).

A discussão até mesmo se amplia e torna evidente a relação direta entre a atual configuração capitalista, o desemprego e o uso de drogas (MATOS, 2018; BARROS; OLIVEIRA, 2009).

Neste sentido, a Redução de Danos apresenta contribuição para a análise de diferentes fatores imbricados com o uso de drogas, propondo ampliar o olhar exclusivo ao usuário e sua relação com a substância, para compreender todo um contexto histórico-social, no qual estão em jogo diferentes relações de poder e interesses, assumindo pragmaticamente formas de intervenção nestas diferentes realidades.

Explicitamente: algumas discussões imaturas sobre Redução de Danos no contexto brasileiro, desta forma, vêm criando fricções que diminuem a potência do crescimento comunitário mútuo na elaboração de estratégias de intervenção junto à questão da drogadição. Desta forma, procurou-se contextualizar o conceito de redução de danos a ser aqui utilizado, pedra fundamental para se desenvolver as reflexões propostas neste capítulo.

Com o delineamento deste terreno, pretende-se adiante discorrer sobre um dos pontos de atenção da RAPS, situando sua potencialidade estrutural para a Redução de Danos e contribuição para a promoção da Saúde Mental e, acima de tudo, da vida humana.

OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA E CIDADANIA: AMPLIANDO CORES E CONSTRUINDO (CON)VIVÊNCIAS COMUNITÁRIAS

No atual processo vivenciado no contexto brasileiro, em sua busca por iniciativas de construção de cuidado comunitário em Saúde Mental, uma das experiências de grande êxito foram os Centros de Convivência e Cooperativa (CECCOs). Frutos da experiência embrionária do município de São Paulo, no ano de 1989, já com 18 CECCOs implementados no município em 1992, estes pontos de atenção ganharam destaque nacional (LOPES, 2002). Nesta experiência, os CECCOs, concebidos como equipamentos intersetoriais, recebiam a contribuição de diferentes secretarias municipais, procurando investir na promoção da saúde por meio de diferentes estratégias.

Em parte das experiências do município, os CECCOs foram instaurados em parques públicos, tomando como foco proporcionar convivência comunitária em diferentes formatos, ancorados na proposta de oficinas e ações que pudessem congregiar pessoas da comunidade e proporcionar inclusão social (LOPES, 2002). Desta forma, oficinas de violão, canto, costura, artesanato, culinária, convivência, etc., foram organizadas nestes espaços por seus profissionais e voluntários de maneira a compor vivência plural e dispersa e versar sobre inclusão social de diferentes segmentos populacionais, aqui incluídas as pessoas vinculadas a serviços de Saúde Mental (FERIGATO; CARVALHO; TEIXEIRA, 2016).

Como estratégia, ainda, estes serviços direcionavam esforços para analisar necessidades de sua população alvo, maximizando potências individuais e grupais, para possibilitar geração de trabalho e renda. No cotidiano dos Centros de Convivência e Cooperativa, dando sentido ao seu sobrenome, usuários com demandas de inclusão produtiva, ao realizarem uma oficina de serigrafia, por exemplo, poderiam encontrar estrutura organizacional nos

CECCOs voltada a desenvolver ações de geração de trabalho e renda, aliando potências e necessidades para promover a vida e a convivência humana em variadas frentes (ANDRADE, 2019).

O sucesso da experiência se alastrou a partir da década de 1990 e variados municípios organizaram forças para implementar, muito das vezes a partir de intensas mobilizações comunitárias, seus Centros de Convivência (ALEIXO; LIMA, 2017). A experiência alcançou status de política pública nacional com a publicação da portaria 396 em 7 de julho de 2005 (BRASIL, 2005), sendo referendada como Centro de Convivência e Cultura. O ponto de atenção, atualmente, foi também reafirmado enquanto componente da Rede de Atenção Psicossocial em 2011 e atualmente se encontra previsto pela portaria de consolidação n.º 3 de 28 de setembro de 2017. Segundo esta portaria:

Art. 6º São pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na Atenção Básica em saúde os seguintes serviços:

(...)

III - Centro de Convivência Cultura: é unidade pública, articulada às Redes de Atenção à Saúde, em especial à Rede de Atenção Psicossocial, onde são oferecidos à população em geral espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cultura e na cidade. (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 6º, III)

(...)

§ 4º Os Centros de Convivência e Cultura, de que trata o inciso III deste artigo, são estratégicos para a inclusão social das pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, por meio da construção de espaços de convívio e sustentação das diferenças na comunidade e em variados espaços da cidade. Os Centros de Convivência serão normatizados por portaria específica. (BRASIL, 2011; 2017).

Mesmo com a atual inexistência da normatização dos Centros de Convivência e Cultura (CECO), assumida como compromisso pelo Ministério da Saúde na portaria já em vigor desde 2011, as experiências orgânicas em existência no panorama brasileiro vêm acumulando expertise para versar sobre inclusão social.

A partir deste momento, apresentaremos em maior profundidade duas das vertentes do trabalho dos CECOs, procurando tecer reflexões sobre a potência estratégica deste ponto de atenção da RAPS para o trabalho junto a crianças e adolescentes, foco dado às especificidades do campo da Saúde Mental.

CONVIVÊNCIA, CULTURA E PRODUÇÃO DE CIDADANIA

O atual quadro vivenciado socialmente em diferentes pontos da nação aponta para uma transformação da convivência comunitária em variados espaços públicos e sua captura por interesses do capital – e tal fenômeno não se apresenta sem repercussões (SOBRAZO, 2006). O empobrecimento da vida comunitária, das trocas sociais, das possibilidades de transmissão de valores intergeracionais, da diminuição das formas de lazer, da prática de esportes e do brincar (e/ou sua captura pelo capital), do aprendizado de diferentes atividades, apresentam consequências diferenciadas e, pensar a promoção da saúde, ainda mais da Saúde Mental, neste contexto, torna-se uma tarefa imprescindível e urgente.

A não circulação, ou a circulação errante pelos espaços comunitários, dificulta a criação de laços, raízes ou redes sociais de apoio que edifiquem sujeitos em seu percurso vital, dificulta o estabelecimento de relações de afeto e carinho, anestesia. E é contra a vida anestesiada que o CECO se constitui.

O maior objetivo desse equipamento está na produção, mediação e investimento em formas possíveis de encontros e convivência com a diversidade, buscando inclusão, cuidado, pertencimento, grupalidade e descoberta de outras possíveis formas de expressão

da vida – inclusão, aqui, pensada enquanto conexão, enquanto fabricação de redes sociais. (ALEIXO; LIMA, 2017, p. 650).

Pensar a organização estrutural e as propostas de um Centro de Convivência passa, necessariamente, por falar sobre *cores*. A enunciação do usuário no Congresso, acima exposta, promove reflexões sobre a complexidade que conduz ao uso de drogas e procura despertar para uma prática vital de produção de sentido. E aqui se apresenta um grande desafio para as práticas em Saúde.

Compreender, advogar e empreender o cuidado comunitário e em liberdade em Saúde Mental, ações que proporcionem *cores*, que diminuam o sofrimento, que possibilitem e encantem a existência, tornam-se os fios condutores para as práticas do CECO e para a produção de sentido à vida das pessoas e da comunidade.

Operacionalmente, os profissionais dos CECOs devem encantar. Suas atividades devem ter como foco as demandas e potências da comunidade na qual se instalam. Desta forma, grupos de dança, de música, de teatro, de costura, de canto, de grafite, etc., todos voltados às realidades e demandas comunitárias devem compor o cenário cotidiano dos CECOs.

Os CECOs trazem, em seu núcleo, a ruptura com o modo hegemônico de pensar a saúde apenas como remissão de sintomas. Trata-se de um equipamento idealizado a partir das diretrizes do SUS e Atenção Psicossocial, com a promoção da convivência produtora de inclusão mediada pelo cuidado. Para tanto, utiliza-se de espaços de produção, desenvolvendo oficinas de artes, esportes, artesanato, autocuidado, práticas integrativas, dança, teatro etc., e visando ao desenvolvimento de potencialidades, intersubjetividades, trocas, aprendizados, experimentação e construção de um campo diversificado na produção de encontros. (ALEIXO; LIMA, 2017, p. 650).

Ao profissional do serviço cabe também ativar potências locais que venham a fortalecer o CECO para o desenvolvimento de suas ações. Desta forma, parcerias das mais diversas ordens devem ser estabelecidas, procurando mobilizar forças comunitárias que o apoiem em sua missão institucional.

O encontro entre profissionais (...) produz, entre outras coisas, a transdisciplinaridade e a construção de redes de cuidado; isso por que, no contexto dos CECOs de Campinas, as equipes são compostas por profissionais contratados para o CECO, profissionais parceiros vindos de diferentes serviços, estagiários e voluntários; todos eles com diferentes formações. Os saberes advindos de diferentes núcleos profissionais e de diferentes pontos da rede de serviços têm sua atualização compartilhada e dá luz à potência do CECO como um dispositivo produtor e operador de redes. (FERIGATO; CARVALHO; TEIXEIRA, 2016, p.14)

Com tal estrutura em andamento, organicamente passa a se delinear possibilidades concretas de ampliação de redes sociais de apoio, de vivências de situações que pintem com cores as experiências de vida de crianças e adolescentes (e não só!) e que possibilitem a vivência humana e comunitária. Os CECOs, assim, transformam-se numa fábrica de sentido.

Neste contexto, versar sobre inclusão social, Promoção da Saúde ou Redução de Danos, torna-se cotidiano e, ao campo da Saúde Mental, o CECO afirma sua potência.

CENTROS DE CONVIVÊNCIA E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: REDUÇÃO DE DANOS E CIDADANIA

Cabe precisar uma contribuição, ainda em suspenso neste texto, dos CECOs: as diferentes estratégias de instrumentalização profissional. As oficinas, para além de garantir espaços de convivência comunitária, plural e diversa, abrindo caminho para outras vivências e sentidos, apresenta a

benesse de instrumentalizar sua população alvo em diferentes técnicas, seja de pintura, dança, costura, cozinha, artesanato, etc.

Tais aprendizados não fecham o circuito unicamente sobre a convivência ou à circulação no CECO. Momentos vindouros de desemprego, por exemplo, cuja desestrutura poderia bater à porta destes indivíduos ou famílias, encontram alívio na vivência e posse concreta de conhecimentos diversos, os quais protegem os indivíduos das possíveis intempéries da vida laboral. A demissão do emprego desempenhado por um cidadão em uma empresa, por exemplo, acaba, a partir do investimento advindo dos CECOs, por propulsionar sua vida de artesão, de músico, de cozinheiro, de dançarino..., abrindo portas e possibilidades de geração de trabalho e renda diferenciadas que, por certo, protegerão tais famílias.

Ainda, aos CECOs e aos seus profissionais cabe a atribuição de identificar prontamente as necessidades de geração de trabalho e renda da população que usufrui de seus serviços. Tal identificação, ainda, encontraria desfecho pragmático a partir da elaboração e suporte a projetos de geração de trabalho e renda, funções estruturais dos CECOs (ANDRADE, 2019; RAMOS, 2015).

Neste sentido, à população vinculada ao campo da Saúde Mental, muitas vezes alijada do mercado formal capitalista, é possibilitada inclusão social em atividades produtivas e, acima de tudo, inclusão social e dignidade. Por sua vez, tratar sobre a questão da drogadição, neste contexto, é compreender que o funcionamento capitalista exclui diferentes segmentos populacionais e, com isso, impulsiona vivências diversas que necessariamente não precisaríamos experienciar socialmente.

Embora a questão do uso das drogas seja bastante complexa e envolva especificidades dos usos de seus diferentes tipos, Alves e Kossobudzky (2002) e Minayo e Deslandes (1998, p. 38) apontam uma relação entre o uso nocivo das drogas e a prática de crimes para obtenção da droga, embora as últimas autoras ressalvem que a "...motivação econômica é uma explicação apenas parcial do complexo universo que constitui o mercado de drogas".

A falta de possibilidades de geração de trabalho e renda tornam-se, desta forma, fatores de risco que contribuem para o desenrolar de situações de violência – e tais danos afetam tanto usuários como comunidade em geral.

Possibilitar, por meio de estratégias concisas, como é o caso dos CECOs, a proliferação de iniciativas de geração de trabalho e renda, sensíveis às especificidades próprias ao campo da Saúde Mental, reduz os danos sociais do uso de drogas, possibilitando, mesmo com o uso, outras relações comunitárias e possibilidades de vida.

Neste sentido, o fomento e apoio à edificação de cooperativas de trabalho ou grupos associativos, a organização de feiras e clubes de troca em parques públicos/espços comunitários, a conquista de estruturas de lojas para vendas dos produtos e serviços produzidos nas oficinas/grupos/cooperativas, a comunicação e integração dos projetos do CECO com Redes de Economia Solidária⁴ voltadas a fomentar ações de geração de trabalho e renda, são algumas das estratégias possíveis para o alcance do compromisso institucional dos CECOs (RAMOS, 2015; BRASIL, 2005).

CONCLUSÃO

Tangenciando o tema foco deste livro, endereçado a discutir estratégias voltadas a crianças e adolescentes para prevenção da violência e do uso abusivo de álcool e outras drogas, cabe neste desfecho ancorar as diferentes contribuições dos Centros de Convivência e Cultura.

Ao perceber a necessidade de promoção da Saúde, o CECO deixa explícita sua contribuição para ampliar formas de relações comunitárias, de redes sociais de apoio a diferentes segmentos sociais, incluídas aqui as crianças e adolescentes. Tais vivências, materializadas por meio do CECO, de sua estrutura, corpo profissional, parcerias e ações, passam a traçar rotas alternativas de sentido que fazem frente ao uso nocivo de drogas. Tal direcionamento não tem foco exclusivo às pessoas em uso de drogas, mas proporciona sentido de vida para enfrentar diferentes sofrimentos de nossa população.

⁴ A Economia Solidária se organiza por meio de empreendimentos pautados pela autogestão, democracia, solidariedade e preocupação com a comunidade. Neste sentido, constitui matriz propícia para estruturar possibilidades de geração de trabalho e renda. Para aprofundamento, ler Ferro, Macedo e Loureiro (2015) e Ministério da Saúde (2005).

A ampliação de redes sociais de apoio, por sua vez, constrói concretamente parcerias comunitárias que protegem diferentes cidadãos, incluídas aqui a população foco deste capítulo. Desta forma, em um momento de uso nocivo, de crise, de sofrimento, as famílias ou usuários encontram apoio em vizinhos, amigos, companheiros de oficina, nas próprias atividades (no campeonato de futebol, na apresentação do coral, na venda dos produtos na feira, que serão prejudicados pelo uso da droga, por exemplo).

O CECO, ainda, reduz diferentes danos do uso das drogas, possibilita formação profissional, atingindo, por meio de sua missão institucional, tanto as crianças e adolescentes como seus pais. Possibilita ações imediatas que gerem trabalho, renda, dignidade e possibilidades de existência para a família, protege. Pensar, neste contexto, a pluralidade das questões que envolvem a drogadição passa a se tornar um exercício político, teórico, prático e ético de promoção da vida humana.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, J. M. P.; LIMA, E. M. F. A. Invenção e produção de encontros no território da diversidade: cartografia de um Centro de Convivência. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 649-659, 2017.

ALVES, R.; KOSSOBUDZKY, L. A. Caracterização dos adolescentes internados por álcool e outras drogas na cidade de Curitiba. *Interação em Psicologia*, v. 6, n. 1, p. 65-79, 2002.

ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, nov. 2009.

AMARANTE, P.; NUNES, M. O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], v. 23, n. 6, p. 2067-2074, 2018.

AMARANTE, P. et al. Da diversidade da loucura à identidade da cultura: o movimento social cultural no campo da reforma psiquiátrica. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, v. 4, p. 125-132, 2012.

ANDRADE, E. S. *A experiência de usuários em um Centro de Convivência: um estudo fenomenológico*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

ANDRADE, T. M. Redução de danos: um novo paradigma? In: ALMEIDA, A. R.; NERY-FILHO, A.; MACRAE, E.; TAVARES, L. A.; FERREIRA, O. S. *Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo*. EDUFBA, 2004, p. 87-95.

BARROS, C. A.; OLIVEIRA, T. L. *Saúde mental de trabalhadores desempregados*. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 86-107, jun. 2009.

BENATTO, M. C. *A clínica do acompanhamento terapêutico no Brasil: uma análise da produção científica de 1985 a 2013*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2014.

BRASIL. *Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 3, de 03 de outubro de 2017. *Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 out. 2017. Seção 1. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/Matriz-3-Redes.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.h. Acesso em 06 de ago. 2012.

Brasil. Portaria nº 1.028 de 01 de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Diário Oficial da União 2005; 1 jul.

CASSANDRI, J.; ARANHA E SILVA, A. Contribuições da Copa da Inclusão para a consolidação do campo psicossocial. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 43, n. 2, p. 384-392, 2009.

ESTELLITA-LINS, C.; OLIVEIRA, V. M.; COUTINHO, M. F. Clínica ampliada em saúde mental: cuidar e suposição de saber no acompanhamento terapêutico. *Ciência & Saúde Coletiva* (Rio de Janeiro). v. 14, n. 1, p. 205-215, 2015.

FERIGATO, S. H.; CARVALHO, S.; TEIXEIRA, R. Cartografia dos Centros de Convivência: a produção de encontros e redes. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 27, n. 1, p. 12-20, 1 jul. 2016.

FERIGATO, S. H.; CARVALHO, S. R.; TEIXEIRA, R. R. Os centros de convivência: dispositivos híbridos para a produção de redes que extrapolam as fronteiras sanitárias. *Cad. Bras. Saúde Ment.*, Florianópolis, v. 8, n. 20, p. 80-103, 2016.

FERRO, L. F. et al. Demandas, subjetividade e processo terapêutico: construções e limitações do Acompanhamento Terapêutico. *Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar*, São Carlos, v. 22, n.3, p. 1-11, 2014.

FERRO, L. F.; MACEDO, M.; LOUREIRO, M. B. Economia Solidária, Saúde Mental e a prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 101-116, 2015.

FERRO, L. F. Fortalecimento do controle social em saúde mental: estratégias e possibilidades. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 24, n. 3, 2016.

FERRO, L. F.; MARIOTTI, M. C.; HOLANDA, A. F.; NIMTZ, M. A. Acompanhamento terapêutico em saúde mental: estrutura, possibilidades e desafios para a prática no SUS. *Rev. abordagem gestalt.* Goiânia, v. 24, n. 1, p. 66-74, abr. 2018.

FIGLIARELLI, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 92, p. 9-21, Mar. 2012.

GIATTI, L.; BARRETO, S. M.; CESAR, C. C. Informal work, unemployment and health in Brazilian metropolitan areas, 1998 and 2003. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 2396-2406, out. 2008.

LOPES, R. E. et al. Terapeutas ocupacionais. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 13, n. 2, p. 56-63, maio/ago. 2002.

MARLATT, G. A. *Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco*. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

MARTINS, R. C. A. Ressignificação do trabalho na Saúde Mental: Interações e diálogos com a Economia Solidária. *Mundo do trabalho contemporâneo*, v. 2, n. 1, p. 76-95. São Paulo, 2017.

MATOS, D. O impacto do desemprego e a saúde psicossocial. *Psicologia.pt*. Documento publicado em 21 jan. 2018.

MATTOS J. P. V. Loucos pela X. *Cadernos gestão pública e cidadania*, v. 9, n. 43, p. 57-74, 2004.

MEDEIROS, D. G. M. S.; TOFOLI, L. F. *Mitos e evidências na construção das políticas sobre drogas*. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 18, p. 53, 2018.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 35-42, Jan. 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho*. Brasília: Editora MS, 2005. p. 11-12.

MOREIRA, L. R.; NETO, F. K. Dos benefícios sociais na reforma psiquiátrica: necessidade, demanda e desejo. *Revista de Psicologia*, v. 8, n. 2, Fortaleza, 2017.

NICÁCIO, M. F. S. (Org). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec, 1990.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construção de alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicol Soc.*, v. 23, p. 154-62, 2011.

RAMOS, R. B. Os centros de convivência e experiências de economia solidária. In: CRP/SP (Org.). *Centros de Convivência e Cooperativa – cadernos temáticos*. São Paulo: CRP/SP, 2015. p. 23-26.

RIBEIRO, M. A. Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 10, n. 1, p. 75-91, 2007.

SANTOS, J. A. T.; OLIVEIRA, M. L. F. *Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico*. *J. Nurs. Health.*, v. 1, n. 2, p. 82-93, 2012.

SANTOS, V. *O objeto/sujeito da redução de danos: uma análise da literatura da perspectiva da Saúde Coletiva*. Dissertação (mestrado) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCARCELLI, I. R. *O movimento antimanicomial e a rede substitutiva em saúde mental: a experiência do município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVEIRA, R. W. M. Redução de danos e acompanhamento terapêutico: aproximações possíveis. *Rev. NUFEN*, Belém, v. 8, n. 1, p. 110-128, 2016.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, n. 19, p. 93-111, 30 dez. 2006.

SOCAL, L. B. *Drogas e a política do controle: entre o proibicionismo e a redução de danos*. Monografia (graduação) - Santa Maria, RS, 2012.

TRINO, A. T.; RAPELLA; K. F.; SANTOS, A. L. A.; SILVA, P.R. Promoção do cuidado com estratégias de redução de danos na cena de uso do bairro de neves em São Gonçalo (RJ). *Cadernos do cuidado*, v. 1, p. 18-32, 2017.



1950

26 MAY 1950
1950

47

O problema da violência e do uso abusivo de álcool e outras drogas entre crianças e adolescentes é um dos principais desafios enfrentados pela sociedade e se encontra presente em diferentes cidades do mundo, por isso se impõe a seguinte questão: como abordar o tema de modo efetivo, prevenindo o uso precoce e o desenvolvimento da dependência de substâncias psicoativas, ou reduzindo os danos do uso abusivo por parte de crianças e adolescentes? A complexidade do tema exige uma atuação intersetorial, que envolva o poder público, universidades e sociedade civil, na busca por respostas que possibilitem o melhor aproveitamento dos recursos em ações que gerem resultados de impacto na vida dos jovens e das famílias acometidas pelo problema. Foi com foco nesse objetivo que se desenvolveu esta obra, congregando o estudo e a prática de diferentes pesquisadores(as), educadores(as) e estudantes que atuam com a temática, para servir de referência e consulta para quem trabalha nesse campo.